

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Jovens do sexo masculino de famílias de camadas populares: sociabilidade, identidade,  
subjetividade, masculinidade

Eduardo Name Risk

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como  
parte das exigências para a obtenção do título de  
Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO-SP

2012



EDUARDO NAME RISK

Jovens do sexo masculino de famílias de camadas populares: sociabilidade, identidade,  
subjetividade, masculinidade

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade  
de São Paulo para obtenção do título de Mestre em  
Ciências

Área de concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Romanelli

Ribeirão Preto-SP

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Risk, Eduardo Name

Jovens do sexo masculino de famílias de camadas populares: sociabilidade, identidade, subjetividade, masculinidade, Ribeirão Preto, 2012.

187 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Romanelli, Geraldo.

1. Famílias de camadas populares. 2. Jovens do sexo masculino. 3. Gênero. 4. Identidade. 5. Subjetividade.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: RISK, Eduardo Name

Título: Jovens do sexo masculino de famílias de camadas populares: sociabilidade, identidade, subjetividade, masculinidade

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



*Para Augusta, minha mãe: a força terna que viceja a cada dia, a cada tempo.*





## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Geraldo Romanelli, por ter apresentado, aos poucos, o universo teórico da Antropologia e Sociologia a mim, pela amizade, rigor científico e consideração por este trabalho, por sua dedicação à minha formação acadêmica e pessoal desde a iniciação científica, por alentar minha ansiedade juvenil diante das dificuldades subjetivas e objetivas que se descortinaram durante a realização desta pesquisa, a minha estima, gratidão e respeito por sua trajetória e linhagem acadêmica e intelectual.

Aos participantes desta pesquisa e àqueles(as) que colaboraram das diversas formas possíveis para que ela, enfim, prosperasse páginas afora.

Ao poeta, Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos, pelas contribuições valiosas e letradas na ocasião do exame de qualificação, por seu apoio, lealdade e escuta diferenciada à minha pessoa desde o primeiro ano de graduação, por instilar minhas potencialidades, e por dividir comigo o gosto pela palavra escrita, mesmo nas comunicações mais prosaicas, a minha admiração e carinho. À Profa. Dra. Elisabeth Meloni Vieira pelas críticas gentis e contribuições de grande importância endereçadas a este trabalho no exame de qualificação.

À memória do Prof. Dr. Luiz Marcellino de Oliveira, pioneiro da Psicologia brasileira, meu primeiro mestre na Universidade de São Paulo.

Aos meus pais, Carlos e Augusta, pela dedicação, por investirem com afincamento e luta em minha formação educacional e acadêmica desde a tenra infância, pelos constantes incentivos, pelo afeto, por serem parte visceral do que sou. Ao meu irmão, Cassio, pelo companheirismo, pela história, pela vida que juntos dividimos (*Se lembra do futuro / Que a gente combinou / Eu era tão criança e ainda sou - Maninha - Chico Buarque*). À minha avó, Augusta, professora normalista, caipira de formação, que me ensinou o gosto pelo estudo e pelas palavras simples, pelo carinho e pela humildade que a vida nos impõe e que não vemos. À Leonilda, cabocla, a minha admiração por sua força venerável. À nossa amiga, Cristina Sauer, que nos amparou nos momentos difíceis, a minha generosa gratidão.

Ao amigo, Fernando de Figueiredo Balieiro, doutorando em Sociologia, pelas sugestões bibliográficas valiosas, pós-estruturantes e estruturadas, pela escuta acadêmica que me instiga a vislumbrar tropegamente as tramas que urdem as disciplinas que estudamos, pelo diálogo constante sobre esta pesquisa.

Aos amigos(as) com quem dividi os bancos e cafés do Programa de Pós-graduação em Psicologia, em especial, à Alice Costa Macedo pela escuta incondicional e entendimento vivido do que sou, por iluminar em tons azuis o que há de latente, “reconvexo” e profundo em

mim; ao Vitor Hugo de Oliveira pela amizade, pelas ideias partilhadas, pela vida “cajuína”, por sua admirável honestidade intelectual; à Juliana Bezzon da Silva, que “chove na roseira”, por me mostrar que outro tempo pode nos habitar.

À amiga Marina Marques que mesmo distante de terras latinas, esteve comigo, sempre. Agradeço também as noites e penumbras etílicas que partilhamos (*And just dismiss with a kiss la petit bourgeoisie* - Two kites - Tom Jobim).

À Amanda Lyra Rocha pela escuta refinada e sensível, ao Arthur Egydio de Sousa Santos pela nossa amizade, por não se perfilar junto àqueles que mercantilizam nosso brilho. À Simone Amoreira, denguinho, por alimentar meus mimos de menino, pela companhia, ao William Lillowikz por me ouvir, pelas revisões letradas e inspirações literárias.

Aos amigos(as) e coralistas da Companhia de Ópera Minaz pelo canto que ecoa em nossas vidas e gravita na leveza impermanente dos tons.

À Profa. Dra. Lucy Leal Melo-Silva que acompanha e incentiva meus descaminhos acadêmicos desde a graduação, ao Prof. Dr. José Francisco Miguel Henriques Bairrão pela escuta, amizade e confiança, à Profa. Dra. Francirosy Campos Barbosa Ferreira pelo companheirismo e sugestões bibliográficas, por acreditar em mim, à Profa. Dra. Vera Lucia Navarro pela amizade; à Profa. Dra. Carmen Lúcia Cardoso pelo apoio, referência carinhosa e de inestimável competência no exercício clínico e social da psicologia. À Dra. Erika Tiemi Kato Okino pelo incentivo constante.

Às coordenadoras do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Profa. Dra. Eucia Beatriz Lopes Petean e Profa. Dra. Sonia Regina Pasian, por meio das quais agradeço aos professores desse Programa e à Universidade de São Paulo, com votos de que nela se mantenham vivas as raízes do pensamento em seu sentido lato, que execra a mercancia instrumental dos títulos e do conhecimento.

À Jacqueline Correa, secretária do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Regina Troca e demais funcionários(as) do Departamento de Psicologia e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, pelo apoio e cuidados costumeiros.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela bolsa de mestrado atribuída a esta pesquisa, sem a qual sua realização não seria de forma alguma possível.

*E que eu não esqueça, nessa minha fina luta travada, que o mais difícil de se entender é a alegria. Que eu não esqueça que a subida mais escarpada, e mais à mercê dos ventos, é sorrir de alegria.*

*Primavera ao correr da máquina - Clarice Lispector (1999, p. 18)*



*Hoje sabe-se cada vez menos o que isso significa, o que seja um homem realmente vivo, e se entregam à morte sob o fogo da metralha a milhares de homens, cada um dos quais constitui um ensaio único e precioso da Natureza. Se não passássemos de indivíduos isolados, se cada um de nós pudesse realmente ser varrido por uma bala de fuzil, não haveria sentido algum em relatar histórias. Mas cada homem não é apenas ele mesmo; é também um ponto único, singularíssimo, sempre importante e peculiar, no qual os fenômenos do mundo se cruzam daquela forma uma só vez e nunca mais [...]. Não creio ser um homem que saiba. Tenho sido sempre um homem que busca, mas já agora não busco mais nas estrelas e nos livros: começo a ouvir os ensinamentos que meu sangue murmura em mim. Não é agradável a minha história, não é suave e harmoniosa como as histórias inventadas; sabe-se a insensatez e a confusão, a loucura e o sonho, como a vida de todos os homens que já não querem mentir a si mesmos.*

*Demian* - Hermann Hesse (2010, p. 15-16)



## RESUMO

RISK, E. N. **Jovens do sexo masculino de famílias de camadas populares: sociabilidade, identidade, subjetividade, masculinidade.** 187 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

A juventude assume características próprias conforme o contexto sociocultural e histórico. No Brasil, jovens pertencentes às camadas populares, em geral, ingressam no mercado de trabalho antes de atingir a maioridade legal, e passam a gozar de certa autonomia em relação à família. Durante a juventude as experiências vividas e os modos de conduta juvenis podem entrar em confronto com aqueles preconizados pelos pais. O grupo de pares contribui para a constituição da identidade pessoal e social dos jovens, além de ser importante agente na constituição de sua subjetividade. Esta pesquisa objetivou investigar como jovens do sexo masculino constituem suas identidades, subjetividade e masculinidade a partir das relações de sociabilidade vividas na família e no grupo de pares. Para isso, foram descritas e analisadas normas, códigos de conduta, representações de gênero e formas de sociabilidade que vigoram em cada uma dessas esferas. Foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas, com jovens do sexo masculino, na faixa etária entre 17 e 23 anos, solteiros e inseridos no mercado de trabalho, pertencentes a famílias das camadas populares de Ribeirão Preto-SP. Além das entrevistas, realizou-se observação das formas de sociabilidade entre jovens em uma praça localizada na região central da cidade, e também foram realizadas observações em um bairro da periferia da cidade em que alguns entrevistados residiam. Os dados foram analisados qualitativamente, de acordo com a temática e fundamentados em referenciais teóricos da Antropologia, Sociologia e Psicologia. Ainda que pertençam a arranjos familiares distintos, os participantes apontam a mãe como figura afetiva e mais próxima deles, sendo o pai ou padrasto relativamente distante. Quanto à sociabilidade grupal, a maior parte dos participantes afirmou ter bastante afinidade com seus pares do mesmo sexo, com quem dividem questões pessoais, pois essas relações fundam-se na confiança mútua e na reciprocidade. O contato com os pares constitui um modo de amenizar as tensões entre orientações parentais e disposições juvenis, compartilhando com eles vivências comuns e modificando suas identidades, que se reconstróem ao longo de sua trajetória individual, social e geracional. A construção da masculinidade parece estar relacionada à honra, à virilidade. Apesar de manifestações tradicionais a respeito das relações de gênero, a maioria dos entrevistados também expressou vias alternativas a esse modelo. Desse modo, expressam certas mudanças em suas representações acerca das relações de gênero quando as comparam com as posturas paternas e ainda que essas inovações sejam relativamente reduzidas, convivendo ambigualmente com modelos tradicionais, julgam-se diferentes dos homens da geração anterior quanto a algumas dimensões definidoras da masculinidade e da convivência com mulheres. Com referência à trajetória dos participantes, em particular sua inserção precoce no mercado de trabalho e a convivência cotidiana com jovens que praticam atos ilícitos no bairro em que vivem, os entrevistados apoiam-se na família como referência para seus códigos morais, a fim de que sejam “honestos”, opondo-se àqueles que se envolvem em atividades ilícitas, com quem convivem de modo cordial no bairro, ou até mesmo com quem podem ter alguma proximidade. (FAPESP)

Palavras-chave: Famílias de camadas populares. Jovens do sexo masculino. Gênero. Identidade. Subjetividade.





## ABSTRACT

RISK, E. N. **Male young men of low income families: sociability, identity, subjectivity, masculinity.** 187 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

The youth has different characteristics according to the sociocultural and historical context. In Brazil, generally young people from low income families enter the labor market before having reached legal majority, and start to enjoy some autonomy from their family. Throughout the youth, the experiences and modes of conduct may conflict with the standards established by their parents. The peer group contributes to the personal and social identity formation of young people; besides, it is an important agent for the constitution of their subjectivity. This study aimed to investigate how young men build their identity, subjectivity and masculinity based on their social relations with their family and peer group. In order to achieve this, there were described and analyzed standards, codes of conduct, gender representations and forms of sociability that prevail in each of these spheres. Nine semi-structured interviews with young males between the ages of 17 and 23, single, who entered the labor market and belong to low-income families of Ribeirão Preto, SP, Brazil were conducted, recorded and transcribed. Likewise, observations on the forms of sociability among young people were made both in a square located in the downtown area of the city and in a neighborhood where some participants live. The data was analyzed qualitatively, according to the theme and based on Anthropology, Sociology and Psychology theory. Although belonging to different family arrangements, participants point the mothers as the closest affective figure, whereas the father or stepfather are relatively distant. Regarding the group sociability, most participants stated that they have affinity with their same-sex pairs, with whom they share personal issues, because these relationships are founded on mutual trust and reciprocity. The contact with peers is one way to reduce tensions between parental guidance and youth provisions, sharing common experiences and modifying their identities, which are reconstructed along their individual, social and generational history of life. The construction of their masculinity seems to be related to honor and virility. Despite traditional expressions of gender relations, the majority of the participants also expressed alternative ways to this model. Thus, they express certain changes in their representations of gender relations when compared to the parental attitudes and, even though these innovations are relatively small and coexist ambiguously with traditional models, they think of themselves as different from the previous generation of men in some defining dimensions of masculinity and in relation to women. Regarding to the participants' life history, in particular about their entrance in the labor market and about sharing their daily lives with young people who engage in illegal activities in the neighborhood where they live, the respondents rely on the family as a reference for their moral codes, in order to become "honest", as opposed to those who are involved in illegal activities, with whom they share the neighborhood cordially, or even have some proximity. (FAPESP)

Keywords: Low income families. Male young men. Gender. Identity. Subjectivity.



## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>2. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>23</b>
2.1 Juventude: limites etários e características .....	23
2.2 Sociologia da juventude: apontamentos conceituais .....	25
2.3 Gerações e ritos de instituição .....	32
2.4 Família e socialização .....	39
2.5 Formas de sociabilidade e a construção da subjetividade no grupo de pares .....	46
2.6 Problematizando o(s) gênero(s) .....	55
2.7 A contenda das masculinidades .....	64
2.8 Análise antropológica da família e das relações de gênero .....	79
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	<b>83</b>
<b>4. METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO</b> .....	<b>85</b>
4.1 Participantes .....	85
4.2 Procedimento .....	87
4.3 Trabalho de campo .....	88
4.4 A análise dos dados .....	90
<b>5. O BAIRRO, OS JOVENS E SUAS FAMÍLIAS</b> .....	<b>91</b>
5.1 O Jardim Azul e seus moradores .....	91
5.2 Organização e sociabilidade familiar .....	92
5.3 O ingresso no mercado de trabalho e as relações com a família .....	98
<b>6. FORMAS DE SOCIABILIDADE JUVENIL E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES</b> .....	<b>107</b>
6.1 O grupo de pares .....	107
6.2 Formas de sociabilidade grupal no espaço público da Praça .....	111
6.3 As implicações subjetivas do trabalho de campo .....	117
<b>7. RELAÇÕES DE GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA</b> .....	<b>125</b>
7.1 Gênero e a construção das masculinidades .....	125
7.2 Sociabilidade grupal e convivência cotidiana com a violência .....	142
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>165</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>177</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como jovens do sexo masculino constroem suas identidades, subjetividade e masculinidade a partir das relações de sociabilidade vividas na família e no grupo de pares. Para isso, foram descritas e analisadas normas, códigos de conduta, representações de gênero e formas de sociabilidade que vigoram em cada uma dessas esferas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas na íntegra, com nove jovens do sexo masculino, na faixa etária entre 17 e 23 anos, solteiros, inseridos no mercado de trabalho e integrantes de famílias de camada populares de Ribeirão Preto-SP. Além das entrevistas realizou-se observação das formas de sociabilidade entre jovens em uma praça localizada na região central da cidade e em um bairro da periferia em que alguns entrevistados residiam. Os dados foram analisados qualitativamente, de acordo com a temática e fundamentados em referenciais teóricos da Antropologia, Sociologia e Psicologia.

A partir da organização das relações de sociabilidade na família e no grupo de pares, será discutida a constituição da subjetividade, da identidade, das relações de gênero e da masculinidade dos sujeitos da pesquisa. Ao investigar aspectos da constituição da masculinidade, que tem sido objeto de estudos a partir da década de 1990, pretende-se ampliar a pesquisa sobre essa temática. Por outro lado, como esses jovens são vulneráveis ao envolvimento em práticas ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas os relatos coligidos possibilitaram apreender a necessidade de se garantir proteção à juventude, que tem sido pouco praticada pelo Estado, o que justifica a pertinência desta pesquisa, que pretende contribuir para a produção do conhecimento e para subsidiar eventuais políticas públicas no sentido de proteger e assistir os jovens.



## 2. INTRODUÇÃO

*A castidade serena de meu amigo, eu continuava classificando de “infâncias”. Frederico Paciência, por seu lado, se escutava com largueza de perdão e às vezes certa curiosidade os meus descobrimentos de amor, contados quase sempre com minúcia raivosa, pra machucar, eu senti mais de uma vez que ele se fatigava em meio da narrativa insistente e se perdia em pensamentos de mistério, numa melancolia grave. E eu parava de falar. Ele não insistia. E ficávamos contrafeitos, numa solidão brutalmente física.*

*Frederico Paciência - Mário de Andrade (1996, p. 84)*

### 2.1 Juventude: limites etários e características

As transições do ciclo de vida na sociedade ocidental são objeto de discussão entre diversos autores e há divergências entre eles a esse respeito. No caso dos jovens, uma das formas de classificação etária utilizada por pesquisadores foi elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e situa a adolescência entre 15 e 19 anos e a juventude entre 20 e 24 anos (MARTINS, 2000).

Já o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), classifica a população jovem na faixa etária entre 16 e 25 anos, o que corresponde a 19% da população brasileira, ou seja, 35.331.229 habitantes, sendo 50% mulheres e 50% homens, segundo dados desse Instituto divulgados no jornal Folha de São Paulo (FINOTTI, 2008). Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2008 e publicada pela Folha de São Paulo (FINOTTI, 2008), evidencia que desse total, 20% têm entre 16 e 17 anos, 41% estão na faixa dos 18 aos 21 anos e 38% situam-se entre 22 e 25 anos. A maior parte, 64%, reside com os pais, 74% são solteiros e 24% casados, sendo que 35% apenas trabalham, 25% estudam e trabalham, 25% somente estudam e 15% não exercem nenhuma dessas atividades.

Como se observa, tanto a OIT quanto o IBGE pautam-se em faixas etárias diferentes para classificar a juventude. As distinções de períodos geracionais apresentadas por essas organizações supranacionais e nacionais evidenciam, de acordo com Bourdieu (1983a), a

arbitrariedade das divisões entre idades, e a utilização de critérios distintos para estabelecer limites entre gerações. Considerando que os dados do IBGE são relevantes para delimitar a juventude e para efetuar comparações entre seus integrantes, optou-se pela classificação desse Instituto para se estabelecer o limite etário dessa faixa da população. A partir desse referencial empírico, pretende-se discutir formas de sociabilidade e a constituição da identidade, da subjetividade e da masculinidade em jovens do sexo masculino pertencentes às camadas populares. Cabe então, delimitar o que aqui se define por camadas populares.

Em termos descritivos, este grupo pode ser classificado como a população pobre das cidades que ocupa postos de trabalho no setor formal ou informal da economia caracterizados por baixos salários, e reside, em geral, em bairros periféricos, com precária infraestrutura de serviços básicos, como rede de água, esgoto, ruas pavimentadas, serviços de saúde e áreas de lazer (ROMANELLI, 1997). Conforme a posição que ocupa no espaço social, cada camada comporta determinado estilo de vida, ou seja, detém propriedades, no sentido material, e expressa práticas que lhes são próprias. Da mesma maneira, interioriza princípios da realidade em que vivem, isto é, visões de mundo comuns a seu grupo (BOURDIEU, 1983b). Pode-se afirmar que as camadas populares, assim como as outras, detêm repertórios culturais próprios, o que para a presente pesquisa é de grande relevância, na medida em que a sociabilidade entre jovens compreende práticas e modos de apreensão da realidade particulares, que compõem dinâmicas culturais específicas.

Nesse sentido, a categoria camadas populares<sup>1</sup> não constitui uma realidade social homogênea, mas é composta por segmentos diversos em função do rendimento familiar e do estilo de vida. As famílias dos jovens que participaram da pesquisa podem ser incluídas em um segmento das camadas populares em função de alguns atributos internos a essas unidades domésticas como rendimento familiar, modo de composição do orçamento doméstico que demanda que os filhos trabalhem para aquisição de bens que os pais não podem oferecer, além de contribuírem para o orçamento doméstico. Outro elemento que permite situar tais famílias em um segmento dessas camadas refere-se aos bairros onde residem, convencionalmente considerados “bairros populares”, por estarem distantes do centro da cidade, pelo tipo de moradia e pelos serviços de infraestrutura existentes nesses locais.

---

<sup>1</sup> Esclarece-se que embora nesta pesquisa utilize-se preferencialmente o termo “camadas”, em alguns trechos emprega-se “classes”, tal como consta em diversas obras citadas no decorrer do texto.



## 2.2 Sociologia da juventude: apontamentos conceituais

Para ampliar a dimensão empírica de faixas etárias que compreendem as diferentes gerações, apresentar-se-á como a sociologia concebe teoricamente a juventude e suas implicações de ordem prática. Conforme essa disciplina, a juventude é tratada como “construção cultural” variável de acordo com o contexto histórico-social. Desse modo, para que haja juventude, devem existir determinadas condições sociais como comportamentos, formas de sociabilidade, que diferenciem os jovens de outros grupos etários, e um corpo de “imagens culturais”, referidas a normas, valores, atributos e ritos especificamente relativos aos jovens, ensejadas pela estrutura social em seu conjunto (FEIXA, 2006). Ainda conforme esse pesquisador:

Cada sociedade organiza a transição da infância para a vida adulta, ainda que as formas e conteúdos desta transição sejam enormemente variáveis [...], os conteúdos atribuídos à juventude dependem dos valores associados a este grupo etário e dos ritos que marcam seus limites, o que explica que nem todas as sociedades reconhecem um estágio nitidamente diferenciado entre a dependência infantil e a autonomia adulta (FEIXA, 2006, p. 28, tradução minha).

A delimitação da juventude não é algo simples, já que empiricamente essa se compõe de modo singular, conforme a camada social, repertório cultural, gênero, dentre outros marcadores. Nesse sentido, no contexto dos jovens urbanos franceses, Bourdieu (1983a) analisa as juventudes de acordo com a camada social a que pertencem. De um lado, aqueles provenientes das classes médias, cuja adolescência é subvencionada pelos pais, que garantem alimentação, moradia, lazer e vestuário a seus filhos, que não precisam, nem são instados a trabalhar. Dentre esse grupo social, a família investe sobremaneira na educação escolar da prole, visando à obtenção do diploma universitário a fim de que consigam elevadas remunerações no mercado de trabalho (NOGUEIRA, 2000). De outro lado, os jovens advindos das camadas populares, cujos pais garantem sua manutenção física, mas não proporcionam acesso a outros bens de consumo, leva esse grupo a inserir-se no mercado de trabalho (BOURDIEU, 1983a), e constitui um dos fatores que dificultam sua trajetória escolar, apesar de seus progenitores conceberem a certificação escolar como instrumento primordial para superação das condições de pobreza em que vivem (ZAGO, 2000). Estes fatos corroboram a constatação de que:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poder comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo etc., dos “jovens” que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes (BOURDIEU, 1983a, p. 2).

Para Margulis e Urresti (2008), idade e sexo constituem eixos de classificação social e estruturadores de sentido, sendo ordenadores da vida social. Em nossa sociedade, os referenciais empregados para organização etária são ambíguos e de difícil definição. Infância, juventude ou velhice constituem categorias imprecisas, com limites difusos. Desse modo, a juventude inclui-se em um marco classificatório impreciso, compreendendo desde as mudanças corporais, maturidade sexual, típicos da adolescência, até a independência familiar, formação de um novo lar e autonomia econômica, que definiriam a condição adulta (MARGULIS; URRESTI, 2008).

Ainda conforme os autores supracitados, a juventude deve ser analisada não apenas como divisão etária, mas também pelas diferenças sociais e culturais existentes em seu interior, a partir da noção de moratória social que relativiza a mera divisão etária, ao mostrar as condições desiguais que marcam esse “período” do curso de vida. Desse modo, os jovens pertencentes às camadas médias e altas passariam por uma moratória desfrutando de tempo e dinheiro para viver esse período com certa despreocupação, pois têm a oportunidade de estudar e postergar seu ingresso no mercado de trabalho e de assumir responsabilidades da vida adulta, casando-se e tendo filhos mais tardiamente. Já a possibilidade dos jovens pertencentes às camadas populares vivenciarem a moratória social seria limitada, visto que ingressam precocemente no mercado de trabalho e geralmente contraem com menor idade obrigações familiares, carecendo de tempo e rendimento para viver a juventude e sua despreocupação característica. Ou seja, “as modalidades sociais de ser jovem [...] não se manifestam da mesma maneira [...] o que implica que os recursos que compõem a moratória social não estão distribuídos de maneira equitativa entre diversos setores sociais” (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 29, tradução minha).

Todavia, ainda que não contestem o conceito de “moratória social”, Margulis e Urresti (2008) afirmam que a juventude não deve ser compreendida apenas por esse viés, já que sua divisão implica o fator geracional. Entre as gerações coexistentes, há também diferenças no plano da vivência e no da memória; para o jovem o mundo se apresenta como novo, aberto a

experiências, ainda que haja relatos do passado, “cada geração se apresenta como nova no campo do vivido, detentora de seus próprios impulsos, da vontade de organizar suas forças e não reiterar fracassos, sendo geralmente cética em relação aos adultos, cuja sensibilidade e sistemas de apreciação tendem a subestimar” (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 19, tradução minha). Conforme tais autores, à “moratória social” deve-se acrescentar o conceito de “moratória vital”, período de vida dotado de um “excedente temporal”, um “crédito”, algo que se tem a mais e pode ser disposto, que nos adultos é mais reduzido. Assim, “é mais provável que seja jovem todo aquele que tenha este *capital temporal* como condição geral (deixando de lado, no momento, considerações de classe ou gênero)” (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 20, grifo dos autores, tradução minha).

A juventude tem um espectro de alternativas abertas, a esperança, daí a sensação de invulnerabilidade e de segurança que normalmente caracteriza os jovens, pois a morte está longe, é inverossímil, pertence ao mundo dos outros, às gerações precedentes. Margulis e Urresti (2008) intitulam tal “crédito vital” como “moratória vital”, à qual serão sobrepostas diferenças culturais e de classe. No entanto, anterior a elas, há esta facticidade, a possibilidade de gozar um crédito temporal, vinculado à cronologia do corpo, comum aos jovens, independente de coortes por classe, dentre outros. Ao formularem tal concepção, os pesquisadores criticam vertentes culturalistas que restringem a juventude à moratória social, de maneira que os jovens pertencentes às camadas populares jamais chegariam a ser jovens, por não deterem os privilégios materiais que a caracterizam como período de despreocupação, ao desconsiderarem a existência da moratória vital.

Cabe salientar que o fator etário e a vivência da moratória social e vital articulam-se com o papel de instituições sociais como a família, palco de coexistência e interação de diferentes gerações, além de outras, como escola, religiões de diferentes denominações, o espaço das relações de trabalho e demais associações. Essas concepções são ratificadas por Elbaum (2008), para quem, tornar homogêneos diversos grupos juvenis pautando-se em seu pertencimento geracional constitui uma falácia analítica comum, pois considerar apenas a ordem etária como elemento explicativo para práticas e percepções acaba por gerar obstáculos epistemológicos à pesquisa, impedindo que fatores como classe, gênero, pertencimento étnico/cultural sejam levados em conta. Desse modo, tratar a desigualdade social que há entre distintos jovens possibilita a superação da “cultura juvenil como fator condicionante de ser jovem” (ELBAUM, 2008, p. 158).

Segundo Pais (1990a), a literatura sociológica a respeito da juventude tem alternado entre duas correntes: geracional e classista. Na primeira, os jovens são tidos como grupo

social cuja principal característica é compartilharem uma fase da vida, dando-se relevo aos aspectos uniformes e homogêneos que constituem essa “etapa” e a juventude é então definida em termos etários. Esta vertente voltada à discussão da continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais, fundamenta-se nas teorias de socialização propostas pelo funcionalismo e na teoria das gerações que recebeu grande influência de Mannheim<sup>2</sup> (1952 apud PAIS, 1990a, p. 152), e dedica-se ao estudo da conservação ou modificação dos padrões geracionais a partir da contraposição ou manutenção dos códigos sociais incorporados pelos jovens em comparação aos adultos. Assim, a experiência vivencial dos indivíduos se unificaria diante do fato de que são “membros de uma geração”, sua sensibilidade seria moldada por viverem circunstâncias e problemas semelhantes. A continuidade geracional se daria mediante o papel de instituições como família e escola ao transmitirem valores, crenças, normas, símbolos comuns ao universo adulto, que seriam interiorizados e reproduzidos pelos jovens em seu cotidiano. No entanto, a incorporação de padrões predecessores não seria realizada de forma indiscriminada e passiva, havendo a possibilidade de conflitos geracionais, em virtude da contraposição entre o arcabouço de crenças e valores adultos com aqueles preconizados pelas gerações sucessoras, conforme o processo de transformação social (PAIS, 1990a).

Após descrever as contribuições dessa vertente da sociologia da juventude, Pais (1990a) a critica pelo fato de conceber a juventude como categoria social homogênea, acarretando sérios problemas conceituais, por exemplo, ao estudar comportamentos desviantes de jovens suas práticas são estendidas a toda geração. Nessa interpretação, a juventude é descrita como “categoria etária” e a idade é alçada a fator preponderante em detrimento de outros, como os aspectos socioeconômicos, realizando-se correspondências entre idade e repertórios culturais, o que nem sempre corresponde à realidade dos jovens.

Já para corrente classista, a reprodução social pauta-se na estrutura de classes sociais, o que justifica suas críticas a pesquisas que subsumem a juventude em um mesmo corpo social, enquanto “fase da vida”. Assim, “as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classe” (PAIS, 1990a, p. 158). Diferentes estilos de vida juvenis, em termos de gosto, vestuário, linguagem, práticas de consumo, constituiriam distinções simbólicas, fruto de diferenças de classe. Os trabalhos dessa vertente dedicam-se à análise do processo de “incorporação” e “resistência”, resultado da relação dialética entre “cultura dominante” e “cultura dominada”, assim como o papel de

---

<sup>2</sup> MANNHEIM, K. *Essays on the sociology of knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1952.

instituições, como a escola, que reproduzem a “cultura dominante” em sua acepção hegemônica (PAIS, 1990a).

Mediante a exposição de ambas vertentes, Pais (1990a) propõe que a sociologia estude as culturas juvenis, não tanto em relação a quais valores os jovens de distintos meios e classes sociais irão aderir, mas que se leve em consideração os modos específicos de vida e práticas que são dotados de significados não apenas no conjunto das instituições, como também na vida cotidiana. Isso requer que o conceito de socialização seja analisado no âmbito microssociológico, no modo como os jovens diariamente reproduzem ou modificam as normas vigentes. Para tal, é preciso que esse grupo etário seja investigado em contextos cotidianos, visto que o curso das interações constitui modos de vida específicos, associados a práticas e representações próprias. Deve-se buscar estudar as táticas e estratégias que os jovens empregam constantemente e de que maneira estes mecanismos são modificados, utilizados e investidos. A noção de cultura juvenil inclui também a análise do processo de incorporação e reprodução das crenças e representações precedentes, conforme o pertencimento geracional e de classe dos sujeitos, a fim de conciliar fatores estudados pelas abordagens descritas por este autor e que, como vem sendo discutido neste trabalho, não podem ser negligenciados.

Para Feixa (2006), as culturas juvenis constituem “microssociedades” jovens, com significativo grau de autonomia em relação às “instituições adultas”, sendo dotadas de localização espaço-temporal definida. De acordo com esse autor, essas culturas tiveram sua origem nos países ocidentais após a II Guerra Mundial (1939-1945), mediante mudanças econômicas, ideológicas, assim como no campo do trabalho e da educação. Feixa (2006) destaca o uso do termo no plural a fim de evidenciar sua heterogeneidade.

A noção de subcultura, quando aplicada aos estudos sobre juventude, tem sido objeto de controvérsias, como expõe Bennett (1999). Trata-se de um conceito profundamente problemático, visto que impõe rígidas formas de divisão às sociações juvenis, que muitas vezes são mais transitórias e arbitrárias do que a expressão permite abarcar, já que se centra na coerência e solidariedade presente nesses grupos. A partir de pesquisa etnográfica sobre estilos musicais juvenis entre ingleses de Newcastle, que frequentavam boates e festas da cidade, o autor argumenta que o construto em questão considera que a subcultura expressa uma “cultura” específica, impondo linhas de divisão e categorias não verificáveis empiricamente. Ademais, não há fortes evidências de que os grupos mais comprometidos são tão coerentes ou “fixos” como o termo pretende abarcar; pelo contrário, são exemplos de filiações instáveis e deslocadas que caracterizam a moderna sociedade de consumo.

Ainda que haja divergências em relação ao termo “culturas juvenis”, a análise empreendida por Feixa (2006) parece bastante útil teórica e empiricamente, pelo fato de o autor apontar que as culturas juvenis não são homogêneas ou estáticas, tendo fronteiras plásticas que traçam intercâmbio com diversos estilos, visto que os jovens não costumam identificar-se sempre com o mesmo, recebendo influência de vários, a partir dos quais concebem um conjunto de referências próprio. Para o pesquisador em questão, as culturas juvenis podem ser analisadas segundo: (a) as condições sociais construídas a partir das relações geracionais, de classe, gênero, etnia/território; (b) no plano das “imagens culturais” concebidas como conjunto de atributos ideológicos e simbólicos apropriados pelos jovens, traduzindo estilos mais ou menos visíveis, que integram elementos simbólicos heterogêneos advindos da música, moda, além de práticas culturais e atividades específicas. Ainda segundo esse autor:

O primeiro grande fator estruturador das culturas juvenis é a geração, que pode ser considerada o nexos que une biografia, estrutura e história. A noção remete à identidade de um grupo etário socializado em um mesmo período histórico. Como a juventude constitui um momento chave no processo de socialização, as experiências compartilhadas permanecem no tempo e se traduzem na biografia dos atores (FEIXA, 2006, p. 109, tradução minha).

O sentimento de pertença a uma mesma geração se reflete em fatos geracionais: guerras, movimentos sociais, lugares em comum, autoqualificações. Ainda que não constituam grupos homogêneos, nem afetem de igual forma a todos seus membros, as efemérides históricas transformam-se em “modelos retóricos” presentes nas histórias de vida. As culturas juvenis mais destacadas compõem uma patente identidade geracional, que sumariza o contexto histórico de que é fruto, marcando o perfil de uma geração, mesmo que a cada momento haja diversos “estilos juvenis” (FEIXA, 2006).

Quanto às diferenças de classe na juventude, Feixa (2006) realiza uma leitura “socializadora” a respeito, ou seja, descreve padrões de sociabilidade diversos conforme este marcador, não discorrendo sobre o debate sociológico a respeito do conceito, embora não deixe de mencionar sua importância. No entanto, sua investigação empírica dirige-se à microssociologia das culturas juvenis, o que inclui as diferenças de classe. Segundo Feixa (2006), a articulação entre cultura juvenil e classe se expressa principalmente na relação que este grupo etário mantém com as culturas parentais, que não se restringe à interação direta entre pais e filhos, espalhando-se em uma vasta gama de relações cotidianas que incluem os componentes de diferentes gerações na família, o bairro, a escola, dentre outras. As classes

médias tendem a concentrar as funções socializadoras junto à família nuclear, ao passo que nas classes trabalhadoras essas se difundem também via família ampliada e comunidade local. Trata-se de temática controversa, haja vista que não se pode negligenciar o papel da escola e da mídia, dentre outras agências socializadoras, na educação das crianças e jovens, como atestam as pesquisas de Setton (2002, 2009), que serão tratadas adiante.

Dentre as críticas endereçadas à sociologia da juventude, em especial no que tange à literatura sociológica sobre o tema desde a década de 1950 até 1990, Abramo (1997) afirma que os jovens têm sido tratados como “problema social”, isto é, “como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade” (p. 29), sendo objeto de projeção das angústias sociais. Essa abordagem deita raiz no momento em que os jovens passam a significar ameaças à continuidade social, espécie de ruptura com os padrões da sociedade, potenciais dissidentes em relação à herança cultural transmitida, como será explanado adiante. Tal concepção funda-se na sociologia funcionalista, na qual a geração em questão é categorizada como “momento de transição no ciclo de vida” entre infância e maturidade, quando os jovens são socializados via incorporação de elementos da cultura e de “papéis adultos”, expressão comum a essa abordagem e criticada atualmente por se restringir a um conjunto de expectativas e atribuições sociais regulares que paulatinamente são apreendidas e praticadas pelos imaturos via socialização. De acordo com a corrente funcionalista, a juventude constitui período importante, em que, por meio da introjeção de valores, normas e comportamentos da sociedade, “o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social” (ABRAMO, 1997, p. 29), e é então concebida como etapa crucial em que pode ou não ocorrer a integração social dos jovens. Desse modo, para a autora, não apenas a corrente funcionalista da sociologia, como também outras escolas de pensamento dessa disciplina, enfatizam o processo de socialização do jovem e suas potenciais desorganizações, e a juventude é considerada uma etapa de desenvolvimento social e pessoal de capacidades, sendo que eventuais rupturas neste processo são alvo de preocupação social, acarretando em uma “problematização moral” da juventude.

Por exemplo, nos anos 1990, as pesquisas dedicam-se aos jovens que vivem nas ruas, como infratores e membros de gangues, ou com aqueles agrupados na expressão “em situação de risco”. A pesquisadora atribui tais fatos à falência das instituições socializadoras, além da estrutura social desigual que rege o país e que leva a se avaliar os jovens como “vítimas e promotores de ‘dissolução social’” (ABRAMO, 1997, p. 32). Assim, em tais estudos, não é considerada a posição dos membros da juventude enquanto atores sociais, ou seja, não são ouvidos ou entendidos, “como sujeitos capazes de qualquer tipo de ação propositiva, como

interlocutores para decifrar conjuntamente, mesmo que conflituosamente, o significado das tendências sociais do nosso presente e das saídas e soluções para elas” (ABRAMO, 1997, p. 35-36).

Como tentativa de síntese das ideias apresentadas, esclarece-se que a sociologia concebe as práticas socializadoras ensejadas por instâncias como família, escola, mídia, religiões, dentre outras, como de suma importância para compreensão da juventude, embora essas práticas apresentem características próprias de acordo com diferenças de camada social, gênero, raça, dentre outras. Do mesmo modo, grupos juvenis organizam-se de acordo com referenciais e práticas peculiares conforme as diferenciações apontadas no decorrer dessa subseção e que se expressam na estética, no estilo e nos hábitos de cada grupo. No entanto, as fronteiras entre diferentes sociações jovens são plásticas, visto que apesar de marcadores próprios, há certos atributos compartilhados que revelam a condição geracional de seus membros. A fim de clarificar essas questões discute-se com maior profundidade os conceitos de geração e socialização e sua intersecção com a juventude.

### **2.3 Gerações e ritos de instituição**

Para retomar a dimensão geracional da juventude, utiliza-se como referência a discussão de Debert (1999), para quem a maneira como o ciclo de vida é organizado e a qualidade da sensibilidade investida nas diversas faixas de idade constitui dimensão importante para análise das formas de sociabilidade em contextos específicos. Tratar da hierarquização etária e do relacionamento entre gerações permite ainda, sob o vértice antropológico, evidenciar como um dado biológico é trabalhado culturalmente, construído simbolicamente via rituais que marcam fronteiras entre idades. Em outro estudo, a mesma autora afirma que a propalada valorização da juventude como modelo de dinamismo e criatividade é fato recente, da mesma maneira que a constituição do jovem como símbolo de rebeldia e insubordinação está associada ao contexto pós-guerra (DEBERT, 2010).

Considerando que as etapas em que a vida se desdobra são relacionais e performáticas [...] assistimos a um duplo processo que redesenha os estágios que marcam o envelhecimento e dissolve a vida adulta como uma experiência ou etapa de maturidade, responsabilidade e compromisso [...], a juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da



adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados (DEBERT, 2010, p. 51).

Conforme essa pesquisadora, as atuais modificações no ciclo de vida na sociedade ocidental têm levado autores da sociologia a considerar que a civilização seria arranjada em três estágios sucessivos, cuja dimensão cronológica é profundamente diferente: na pré-modernidade a idade cronológica seria sobrepujada pelo *status* da família, que determinava o nível de maturidade e controle de recursos de poder; na modernidade dar-se-ia a cronologização da vida; e na pós-modernidade haveria “uma desconstrução do curso de vida” via constituição de um estilo unietário. Para Debert (2010), as análises de Philippe Ariès e Norbert Elias são fundamentais para discussão da constituição do ciclo de vida na pré-modernidade e na modernidade.

De acordo com Ariès (1981), na passagem do século XVII para o XVIII, no contexto europeu, dá-se a privatização da vida familiar. Os integrantes da família recolhem-se ao particularismo de sua intimidade e, paulatinamente, os pais – mas sobretudo a mãe – devotam-se aos cuidados dos infantes com dedicação e afeto, vicejando o correspondente “sentimento de família”. A instituição familiar vai se convertendo lentamente em palco da sensibilidade afetiva dos pais para com os filhos. Alia-se a isto a escolarização dos filhos das famílias ricas, para as quais a escola passou a ser meio de iniciação social e proteção da infância em relação às “mazelas” do mundo adulto. Nessa sequência ampliou-se a distância social entre o universo infantil e adulto, já que os imaturos passaram a ser socializados gradualmente para viverem no mundo dos mais velhos, via atuação da família e da escola.

À análise de Ariès (1981) deve-se acrescentar a de Elias (1994), que evidencia como os padrões de controle do corpo e da conduta variam conforme as sociedades e no interior delas, uma vez que se difundiram diferentemente entre as classes, primeiramente nas altas e gradativamente nas classes baixas no contexto europeu entre os séculos XVI-XVIII. São características deste processo as modificações no padrão de decoro, o surgimento dos códigos de vergonha, repugnância e embaraço. As restrições externas foram cada vez mais sendo incorporadas pelas pessoas, dependendo de sua posição social, expressando uma diminuição do medo físico direto do outro, sendo organizadas pela interiorização do controle que o sujeito exerce sobre si mesmo.

Conforme a leitura que Debert (2010) realiza da obra “O processo civilizador” de Elias (1994), apreende-se que o advento da modernidade teria aumentado a distância entre adultos e crianças, não só por considerar a infância como etapa que demanda cuidados

específicos, mas também por constituir o adulto como “ser independente, com maturidade psicológica e com direitos e deveres de cidadania” (DEBERT, 2010, p. 58). Apesar das mudanças nas divisões etárias no contexto contemporâneo, no qual a juventude tende a alongar-se e a velhice a ser relativizada, a ordem etária ainda é de suma importância na organização da sociedade e modificações em seu padrão dificilmente culminariam em uma nova cronologização da vida, de acordo com a referida autora.

Levando em conta diversos autores da sociologia que tratam do conceito de gerações, dentre eles Mannheim, Domingues (2002) afirma que esse é um termo complexo e multifacetado, que exige diversos níveis de análise. O autor considera três conjuntos de variáveis sumamente importantes para tal, a saber, (a) a influência da família e das relações de parentesco, que esboçam uma gama de formas de organização, desde a família nuclear, que mantém pouca relação com linhagens laterais (tios, sobrinhos, primos) e verticais (avôs e netos), até sociedades em que a linhagem constitui o fulcro da organização social; (b) o delineamento de coortes, que compreendem indivíduos cuja época de nascimento é próxima e compartilham “estágios” sucessivos no decorrer da existência, isto é, sujeitos que dividem semelhanças quanto à idade cronológica, biológica e etapas de maturação; (c) a experiência de vida reflexivamente coordenada pelos indivíduos e coletividades, na qual diversas dimensões dos sistemas sociais são importantes. Trata-se de uma conceituação ampla que o pesquisador explica a partir de uma série de argumentos, que são aqui sumarizados.

O autor critica as argumentações que restringem o nexos causal das gerações à reprodução e transmissão genética e ao desenvolvimento biológico, embora as gerações tenham “de fato no corpo e na sucessão biológica um substrato fundamental, conquanto não absoluto nem exclusivo” (DOMINGUES, 2002, p. 77), mas evidente diante da constatação de que os seres humanos dividem com os primatas processos biológicos e maturacionais que compõem o ciclo vital. Embora as etapas delimitadoras das gerações sejam extremamente variáveis, como em sociedades “tradicionais”, nas quais a ligação com a natureza é mais imediata, as etapas de reprodução e envelhecimento têm peso maior nas sociedades modernas, em particular na contemporaneidade, em que as fronteiras geracionais têm se evidenciando mais variáveis e em princípio mais indeterminadas, como também defende Debert (2010).

Domingues (2002) afirma que se a compleição corporal/física das coletividades é importante para definição do que constitui uma geração, os recursos exteriores também o são, isto é, de que maneira cada sociedade institui regras e padrões de relações sociais relativamente permanentes, organizando a interação homem-natureza. Embora a idade biológica, em geral, constitua o fundamento básico para discriminação das gerações, os

padrões etários são elaborados simbolicamente na convivência simultânea de diversas gerações, já que essas não se definem de forma isolada, e sim a partir de interações recíprocas, em que a identidade é forjada e concomitantemente outras identidades são produzidas, sendo também marcadas por atributos de classe, gênero e raça.

Isso quer dizer que passados e presentes distintos convivem, com o que a tese da “não simultaneidade do simultâneo” pode ser reposta em termos da perspectiva de que gerações distintas não somente coexistem a partir de estágios biológicos distintos mas também a partir de experiências e identidades diferenciadas, sendo que a vida social consiste em parte em uma constante mediação de sentido, de uma permanente interpretação de significados entre coletividades que têm como referências passados e presentes distintos, assim como projeções de futuro díspares (DOMINGUES, 2002, p. 78).

Ao analisar a modernidade, em particular, o pesquisador supracitado argumenta que inicialmente ocorreu uma institucionalização do curso da vida via cronologia, em que se fixaram coortes etárias. Tal fato está associado ao papel do Estado, com a instituição de direitos políticos e sociais, ao estabelecimento de fases profissionais e à rede de previdência social e aposentadoria, tributados às sociedades ocidentais modernas. À medida que a modernidade avançou, estaria em movimento uma desinstitucionalização do ciclo vital, conforme também apontado por Debert (2010), e a juventude e a velhice têm se pluralizado em diversas formas identitárias, ao mesmo tempo em que têm sido dilatadas.

Ao estudarem o conceito de geração nas teorias sobre juventude, Feixa e Leccardi (2010) afirmam que a abordagem de Mannheim<sup>3</sup> (1928/1993 apud FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 187) pode ser considerada um “divisor de águas” na história da noção, haja vista que a livrou de tons positivistas, ligados a explicações biológicas, além de incluí-la no debate sobre as condições sociais e existenciais do conhecimento no que tange ao contexto histórico-social.

Outro conceito importante, surgido nos últimos anos, trata do que se convencionou chamar, na Itália, de “consciência geracional”, por conjugar tempo biográfico e tempo social, além de introduzir a dimensão da reflexividade, evidenciando a maneira como as continuidades e descontinuidades histórico-sociais, que tomam corpo na existência do sujeito, constituem fundamento para a tessitura dos laços sociais entre diferentes gerações. A noção de consciência geracional é composta por duas dimensões, a saber, historicidade e

---

<sup>3</sup> MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 62, p. 145-168, 1928/1993.

experiência. A primeira refere-se à capacidade do sujeito localizar-se historicamente em relação a um passado e a um futuro que se alongam para além de sua existência individual, que une sua vivência às gerações precedentes e futuras (FEIXA; LECCARDI, 2010). Nas palavras dos autores:

Embora as gerações por si mesmas ajudem a estruturar o tempo social – diferentes gerações personificam coletivamente o passado, o presente e o futuro – a consciência geracional possibilita que o vínculo seja elaborado subjetivamente. Localizar-se a si mesmo no fluxo das gerações não significa somente relacionar-se com o tempo social, mas também inscrever a própria existência, a própria história, numa história mais ampla na qual ela se inclui (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 192).

A segunda dimensão, a experiência da singularidade, possibilita que a consciência geracional forje o *self* como instância separada e única, a partir do contato com o tempo biográfico. A unicidade da subjetividade é fruto da consciência geracional enquanto potencialidade para enfatizar a proximidade e distância em relação às gerações precedentes. Desse modo, estar ciente de seu tempo de vida implica estar consciente da dimensão temporal que marca sua própria existência e se expande para além dela. Essa dimensão do *self* adquire tons pessoais a partir das relações familiares e do afeto nelas investido. Como formulou Mannheim<sup>4</sup> (1928/1952 apud FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 193) a transmissão intergeracional caracteriza-se, em parte, por ser inconsciente e involuntária. Assim, de acordo com Feixa e Leccardi (2010), os conteúdos apreendidos são dotados de força e influência, sendo concebidos como “naturais” para seus receptores<sup>5</sup>, o que é ratificado pelos vínculos sustentados entre os integrantes do grupo familiar, reforçando seus laços.

Os autores supracitados apontam também que o conceito de consciência geracional relaciona-se ao de genealogia. No caso, citam a vivência de gerações de mulheres de uma mesma família, já que as mães e avós carregam experiências de uma época que suas filhas/netas não viveram, possibilitando que as últimas comparem suas experiências geracionalmente. Ao mesmo tempo em que constituem a singularidade de suas experiências, as filhas gozam o sentimento de que pertencem a um universo compartilhado: a família. “Conseqüentemente embora ambas – geração e genealogia – sejam construídas através da referência do tempo, somente a última representa uma dimensão que pode ser chamada de

<sup>4</sup> MANNHEIM, K. The problem of generations. In Kecskemeti, P. (Ed.). **Essays on the sociology of knowledge**. Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1928/1952. p. 251-273.

<sup>5</sup> Neste ponto, há alguma semelhança entre essa interpretação e o papel da transmissão geracional de disposições familiares, via *habitus*, como será argumentado adiante.

‘personificada’, isso em função da conexão física que se deve à descendência” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 194-195).

A conceituação dos ritos de passagem é também importante para a sociologia da juventude, assim como para a noção de gerações, já que compreendem um conjunto de práticas, representações e símbolos que distinguem grupos sociais geracionalmente nas sociedades tradicionais, embora no contexto ocidental contemporâneo, a divisão etária não se dê apenas por ritos, mas por um conjunto de outras distinções intercambiáveis, como evidenciadas anteriormente. De qualquer maneira, à vivência da juventude pode ser atribuído um caráter liminar, entre o universo infantil e adulto, embora estabelecer divisões desta natureza na sociedade ocidental seja extremamente complexo.

Conforme DaMatta (2000), o conceito de liminaridade deve ser remetido à obra de Van Gennep, em especial, à noção de ritos de passagem, onde o autor contesta a primazia da biologia nos “ritos de puberdade”. Esta análise deve ser concatenada com o atual contexto societário, em que, conforme Pais (2009), ainda que sejam socialmente reconhecidos, os marcadores de passagem, como casamento, nascimento dos filhos, aposentadoria, não logram adesão explícita dos sujeitos, conquanto em termos jurídico-políticos, a idade constitua importante elemento de acesso a direitos e deveres no âmbito do Estado.

As pesquisas sobre gerações e ciclos de vida têm evidenciado certa imbricação entre fronteiras geracionais, por exemplo, no caso dos jovens adultos. Embora as trajetórias de vida sejam particulares, há padrões compartilhados que compõem suas marcas culturais específicas. Nas sociedades contemporâneas a transição da juventude para idade adulta, até algumas décadas do século XX era marcada pela inserção do sujeito no mercado de trabalho, pelo alistamento militar, no caso dos homens e pelo casamento, o que assegurava ascensão ao *status* adulto (PAIS, 2009). Atualmente, os limites entre as diversas fases da vida são mais fluidos e descontínuos, sendo que

[...] um dos traços que mais caracteriza a atual condição juvenil é a situação de impasse vivida por muitos jovens em relação ao seu futuro. Eles até poderão galgar as fronteiras que, supostamente, permitem a passagem simbólica da juventude para a idade adulta; contudo – porque a precariedade pauta as suas trajetórias de vida – muitos deles não conseguem reunir condições de independência econômica estável. E não obstante, independentemente de as fronteiras entre as várias fases de vida se encontrarem sujeitas a uma crescente indeterminação, continuam a ser valorizados determinados marcadores de passagem entre as várias fases de vida, havendo um reconhecimento genérico quanto às idades mínimas para se ter relações sexuais, deixar a escola, casar ou ter filhos (PAIS, 2009, p. 374).

Ainda que, como afirmado anteriormente, as divisões etárias na sociedade ocidental contemporânea sejam extremamente arbitrárias, alguns marcadores valem-se no sentido de distinguir posições no curso de vida. Para Bourdieu (2008), a expressão “ritos de passagem” poderia ser também tomada como “ritos de instituição”, já que a última clarifica a intenção principal da cerimônia: demarcar a posição identitária de quem foi sancionado como tal em oposição àquele a quem a atribuição é negada, instituindo “uma diferença duradoura entre os que foram e os que não foram afetados” (p. 97). O rito legitima, como se fosse natural, uma demarcação arbitrária, dividindo de modo notável a ordem social, “consagrando a diferença”, como ocorre entre os judeus, para os quais a circuncisão constitui passagem importante para os homens. Desse modo, o deferimento de determinado atributo, seja um título de nobreza, um estigma, define uma posição social, de maneira que “instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser quem é também um dever ser (ou um dever de ser)” (BOURDIEU, 2008, p. 100). Segundo esse autor:

“Torne-se o que você é”, eis a fórmula que subentende a magia performativa de todos os atos de instituição. A essência conferida pela nomeação, pela investidura, é no sentido verdadeiro, um *fatum* (o que também se aplica sobretudo às *injunções*, por vezes tácitas, outras vezes explícitas, que os membros do grupo familiar dirigem continuamente à criança, e que variam sua intenção e intensidade segundo a classe social e, no interior dela, conforme o sexo e a posição na fratria (BOURDIEU, 2008, p. 102, grifo do autor).

A análise dos ritos de instituição, portanto, não deve se prender às cerimônias religiosas ou a rituais específicos de sociedades tradicionais, haja vista que seu poder nomeador espraia-se ao longo de todo o curso de vida, demarcando posições de identidade na família e nos grupos de convivência. Ainda que a fronteira entre juventude/maturidade seja relativamente difusa, marcadores de passagem, conforme expressão de Pais (2009), apresentam efeito instituidor, dividindo grupos etários. No contexto brasileiro, de acordo com Watarai e Romanelli (2010), entre as camadas populares, o ingresso no mercado de trabalho possibilita a atribuição da identidade social de trabalhador ao jovem, de acordo com a noção bourdieusiana de rito, em que os jovens do sexo masculino consideram que não são mais crianças, ao mesmo tempo em que não se sentem “totalmente” adultos, já que outras características adultas ainda não são por eles correspondidas, por exemplo, a constituição de uma família própria.

A partir dos autores mencionados, este trabalho compreende a juventude como construção histórica e social, cujos limites geracionais são organizados em contextos

específicos, a partir da delimitação de faixas etárias (infância, juventude, maturidade e velhice) e do fato de que a definição de cada geração requer referência às outras. No caso da sociedade ocidental, nota-se que as fronteiras geracionais têm se afrouxado nas últimas décadas, em virtude de modificações nas relações familiares, na estrutura econômica e no mercado de trabalho, dentre outras. Se a experiência de “ser jovem” é compartilhada geracionalmente, diferentes atributos imiscuem-se em sua classificação, configurando “juventudes”, de acordo com diferenças de camada social, repertório cultural, gênero, dentre outras, que podem ser analisadas empiricamente em estudos microsociológicos ou etnográficos. Assim, à teoria das gerações imbrica-se a sociologia da juventude, compondo a multiplicidade conceitual do tema, também verificável no plano empírico, como a literatura evidencia.

#### **2.4 Família e socialização**

Dando sequência à discussão sobre formas geracionais e conceituação da juventude, pretende-se apresentar os conceitos de família e socialização cujas manifestações estão no bojo da constituição histórica das divisões etárias.

Ao longo da história a família vem sofrendo diversas transformações. Atualmente é até mesmo difícil defini-la diante da multiplicidade de arranjos que pode assumir, desde a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, até vários outros, como as famílias chefiadas por mulheres, as famílias ampliadas, as recompostas. As famílias ampliadas são constituídas pelo casal, filhos e parentes diversos (BILAC, 1991) e as famílias recompostas são formadas por parceiros em segunda união, que têm filhos de casamento anterior (PORRECA; ROMANELLI, 2004). Em termos formais, a composição familiar pauta-se nos laços de parentesco forjados a partir de relações de aliança que se estabelecem por meio do casamento, ou por uniões consensuais, além dos vínculos de descendência e consanguinidade. A família tem sido definida como unidade de reprodução biológica e social, responsável pela socialização dos imaturos e pela procriação, conforme a literatura antropológica (DURHAM, 1980).

A socialização dos filhos é marcada pela orientação gradual para assunção do autocontrole, regulação e contenção dos impulsos e afetos, processo denominado “civilização da criança” por Elias (1998). Instituições como creches e escolas também contribuem para a

promoção do autocontrole nas crianças, no entanto, a família ainda é a principal responsável pela socialização dos filhos. Todavia, os espaços socializadores do mundo moderno não se restringem à família e à escola, já que outras agências, por exemplo, a mídia, também transmitem padrões e modelos de conduta às gerações, tornando-se “responsáveis pela produção e difusão de patrimônios culturais diferenciados entre si” (SETTON, 2002, p. 109).

Neste sentido, vale mencionar o conceito de *habitus* como instrumento para compreensão do processo socializador e de construção das identidades sociais. Trata-se de uma noção cunhada por Bourdieu a partir de referências à Filosofia (Aristóteles) e à Sociologia (Durkheim), sendo aplicado nos estudos do pesquisador em diferentes campos empíricos (DUBAR, 2005; SETTON, 2002). Ao criá-lo, e em relação com sua teoria da prática, o autor busca a articulação entre estrutura e prática, já que enquanto matriz de referências culturais, o *habitus* é fruto das condições sociais de existência ao mesmo tempo em que opera como estrutura incorporada, dotada de práticas, disposições e esquemas de percepção que dão sentido ao mundo e às ações do agente social. A seguir, apresentam-se duas formulações de Bourdieu sobre o conceito em questão, a primeira na obra “A distinção: crítica social do julgamento” (2007a), em que discute a constituição do gosto e estilo de vida na sociedade francesa conforme sua divisão por classe. A segunda, no artigo “Futuro de classe e causalidade do provável” (1998a), onde analisa o papel da família e escola na reprodução social, além de outras estratégias que as classes e suas frações utilizam para manter ou aumentar seu patrimônio econômico e cultural.

Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições sociais de aprendizagem (BOURDIEU, 2007a, p. 163).

Princípio gerador de *estratégias objetivas*, como sequências de práticas estruturadas que são orientadas por referência a funções objetivas, o *habitus* encerra a solução dos paradoxos do sentido objetivo sem intenção subjetiva, entre outras razões porque – a própria palavra diz – ele propõe explicitamente a questão de sua própria gênese coletiva e individual [...] as práticas que o *habitus* engendra e que são comandadas pelas condições passadas da produção de seu princípio gerador já estão previamente adaptadas às condições objetivas todas as vezes em que as condições nas quais o *habitus* funciona tenham permanecido idênticas (ou semelhantes) às condições nas quais ele se constituiu (BOURDIEU, 1998a, p. 84, grifo do autor).



Como se nota em ambos os trechos, o *habitus* constitui-se objetiva e subjetivamente, ao estruturar práticas e representações do agente social, orientando sua aplicação nas diversas situações do mundo social. Bourdieu propõe a homologia entre origem e aplicação do *habitus*, que apesar de deter certa plasticidade entendida como sua adaptação aos campos sociais, como argumenta Setton (2002), também carrega as marcas da origem social em que foi construído, restringindo as expectativas do agente àquilo que é historicamente alcançado e forjado por sua classe.

Ao analisar esse conceito no conjunto da obra do autor, Butler (1999a) afirma que *habitus* refere-se aos rituais cotidianos a partir dos quais dada cultura produz e sustenta a crença de sua própria obviedade, ao compor-se por uma série de disposições que inclinam o sujeito a agir em certa direção, não determinando casualmente sua ação, já que é fruto da conjuntura com o campo social. Práticas pressupõem crença, que por sua vez são geradas pelo *habitus*, especificamente pelas disposições que o compõem. Em contrapartida a essa caracterização aparentemente subjetivista do conceito, Bourdieu irá afirmar que o campo limita e “instrui” as práticas em uma direção objetiva. Butler (1999a) aponta também que o *habitus* é constituído continuamente, o que dá margem para o fortalecimento da “crença na realidade” de um campo social em que ele opera. As convenções sociais avivam/vitalizam os corpos, que por sua vez, as reproduzem e ritualizam em práticas. O *habitus* não é apenas instância de reprodução da crença da realidade de determinado campo, mas também origina disposições que inclinam o sujeito a agir em relativa conformidade às demandas objetivas do campo.

A mutualidade subjetiva/objetiva do *habitus* é também discutida por Dubar (2005), para quem Bourdieu especifica “a um só tempo o mecanismo de interiorização das condições objetivas e o mecanismo de exteriorização das disposições subjetivas” (DUBAR, 2005, p. 90), ou seja, por meio dele o agente social compõe determinadas práticas e representações de seu universo social, que constituem sua subjetividade, via incorporação das condições objetivas de sua posição no espaço social, leia-se, a estrutura, distribuição e hierarquia dos diversos capitais de acordo com os campos de atuação. Assim, o *habitus* é fruto de condições objetivas incorporadas (posição e trajetória social do grupo em que o sujeito é socializado), como também de práticas que levam a consequências “objetivas” (pertencimento à posição de um grupo). O *habitus* é definido como incorporação de uma posição social em dado campo social (alta/média/baixa), que por sua vez reflete a percepção do campo social operada pelo sujeito, ao orientar e organizar suas expectativas em relação às práticas, o que redundará na tendência em perpetuar sua própria condição, em restringir subjetivamente suas possibilidades futuras

ao que é esperado de seu grupo social, embora trajetórias alternativas sejam possíveis. A reprodução de determinada posição social, assim como sua percepção subjetiva, confere ao *habitus* o caráter de “identidade social” “definida como *identificação a uma posição* (relativa) *permanente e às disposições que lhes são associadas*” (DUBAR, 2005, p. 91, grifo do autor). Assim, de acordo com esse pesquisador, tal formulação possibilita garantir a constância das identidades individuais concomitante à reprodução das estruturas sociais.

Partindo dessa problemática, Bourdieu estuda o papel de instituições sociais, como a família e a escola, na reprodução social, isto é, na constituição dos *habitus* dos imaturos e jovens, a partir da difusão de códigos específicos, que possibilitam a orientação de suas práticas e representações, de acordo com a posição ocupada por sua família no espaço social. A partir das disposições incorporadas pelo *habitus*, em certa posição social, a criança incorpora e detém determinado conjunto de capitais, que devem ser compreendidos como “o conjunto de propriedades atuantes” capazes de garantir a seus agentes poder sobre determinado campo (BOURDIEU, 2006). O capital econômico define-se pelo patrimônio material/financeiro da família, já o capital social diz respeito às relações que o sujeito estabelece com pessoas que gozam de prestígio, permitindo acentuar os ganhos decorrentes da posse do capital econômico e cultural (BOURDIEU, 1998a). O capital cultural refere-se à incorporação dos códigos capazes de tornar inteligível a cultura legítima, por meio da educação familiar; em seu “estado institucionalizado”, compreende a obtenção do diploma escolar, que permite receber rendimentos condizentes a esse no mercado de trabalho (BOURDIEU, 1998b, 1998c).

A difusão dos capitais entre gerações se dá a partir do *habitus* compartilhado por aqueles que ocupam certa posição social, fruto da interiorização das estruturas sociais (BOURDIEU, 1983b). Dessa forma, a família é instituição fundamental na reprodução social, visto que por meio da transmissão dos diversos tipos de capitais (econômico, cultural, social) aos filhos, a ordem social é mantida, já que o montante e a forma dos capitais instrumentam os agentes que os detêm a ocupar determinada posição no espaço social, compartilhada entre aqueles que estão sujeitos a condicionamentos semelhantes (BOURDIEU, 2006).

A reprodução social se traduz nas estratégias, práticas que as famílias empregam com vistas a manter ou elevar sua posição no espaço social e que permitem a perpetuação do grupo. Dentre elas, podem-se citar as estratégias matrimoniais, educativas, de sucessão, de fecundidade, havendo diferenças qualitativas no modo como cada fração de classe as emprega, conforme garante sua manutenção ou ascensão no espaço das posições sociais (BOURDIEU, 1998a). Cabe ressaltar que as estratégias educativas incluem o investimento na

escolarização dos filhos e a educação familiar, qual seja a transmissão paulatina dos meios de apreensão dos bens legítimos, ou seja, dos códigos simbólicos, linguísticos capazes de decifrar a cultura legítima (BOURDIEU, 1983b).

Diante desse referencial pode-se relacionar os conceitos de reprodução social e socialização, a partir das proposições bourdieusianas, tal qual realizado por Dubar (2005) e Setton (2002, 2009). Enquanto a análise de Bourdieu centrou-se no papel de instituições como família e escola na manutenção das estruturas sociais, as proposições de Setton, apoiando-se em tal argumentação, defendem a constituição de um “*habitus* híbrido”, formado a partir de diferentes conjuntos institucionais que difundem às crianças e aos jovens códigos específicos, que irão compor uma matriz múltipla de referências. Nas palavras da autora:

Considera-se que o processo de socialização das formações atuais é um espaço plural de múltiplas referências identitárias. Ou seja, a contemporaneidade caracteriza-se por oferecer um ambiente social em que o indivíduo encontra condições de forjar um sistema de referências que mescle as influências familiar, escolar e midiática (entre outras), um sistema de esquemas coerente, no entanto híbrido e fragmentado (SETTON, 2009, p. 297).

Em termos subjetivos, embora seja evidente que cada instância formadora compõe campos específicos de atuação, com mecanismos e valores distintos, cabe ao sujeito articular as redes de sentido que o constituem, unificando suas vivências socializantes, sendo ele, então, o cerne da interação de sentidos particulares e diversos. De acordo com essa interpretação, a socialização forja-se por meio da imbricação entre agente social e matrizes culturais, considerando-se que no contexto contemporâneo há tensão entre instituições socializadoras, o que redundará na luta simbólica entre seus valores (SETTON, 2009). Por luta simbólica, entende-se a disputa entre diversos campos socializadores pela produção e domínio de bens simbólicos, o que requer a prerrogativa de determinados grupos sociais, leia-se aqueles que ocupam posição dominante no espaço social, de determinar o que é considerado relevante e digno de nota em determinado meio cultural. Trata-se da concepção de Bourdieu a respeito da luta simbólica, que a autora aplica para fundamentar sua proposta da diversidade dos campos socializadores.

Em termos operacionais, Setton (2009) afirma que instituições como família, escola, mídia, religiões, dentre outras, constituem agências socializadoras que conformam relação dinâmica e interdependente, de maneira que a socialização moderna é compreendida como “espaço plural de múltiplas relações sociais” (p. 305). A autora fundamenta esta proposta na

ideia de que o *habitus* compõe uma instância híbrida, que se constrói processualmente, ao longo da trajetória dos agentes sociais, conjuminando vivências interiorizadas e sedimentadas como respostas a situações presentes. No caso, sua hibridez derivaria da incorporação de referências de matrizes culturais díspares, por exemplo, a conjunção dos elementos modernos da escola e da cultura letrada com os das tradições populares e sua oralidade.

Nesse sentido, o *habitus* do agente social moderno é fruto de um “processo sucessivo e simultâneo” de difusão de referências diferentes entre si, que não são constantemente coerentes, ou seja, as instituições contemporâneas não ofereceriam padrões de conduta fechados, estanques. Diante desta multiplicidade de referências, o agente social pode traçar diretrizes próprias, integrando seus códigos, já que não há coerência única entre os sistemas. Assim, com o avanço das tecnologias, nota-se o enfrentamento dos valores difundidos pelas instâncias de referência, fruto de modificações nas experiências subjetivas, uma vez que as influências tradicionais da família e da escola, enquanto tradição, passam a se dispersar (SETTON, 2002).

A atribuição do processo socializador a outras agências, somada a certa diminuição da autoridade parental na educação dos filhos, possibilitou que a família se constituísse como espaço relacional e afetivo, sendo este processo datado historicamente a partir do surgimento do sentimento de família e do recolhimento dessa instituição ao mundo privado e dos sentimentos, de acordo com a análise clássica de Ariès (1981). O componente emocional tem se revelado sensivelmente no trabalho de socialização, o que exige grau ainda maior de autocontrole e organização de afetos (ELIAS, 1998). Na socialização primária, a criança depara-se com outros significativos que serão responsáveis pela mediação entre ela e o mundo social objetivo. Assim, “a criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais, quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 176). Conforme esses autores, por meio da identificação com os outros significativos, o imaturo pode ser capaz de reconhecer a si mesmo; trata-se de um processo dialógico, que compreende a identificação pelos outros e a autoidentificação, fundamental para a construção da subjetividade.

De acordo com Romanelli (1998a), se o processo socializador permite que os imaturos tenham acesso ao patrimônio cultural das gerações anteriores, ele não se dá sem confronto e os filhos reagem às orientações transmitidas pelos pais, o que possibilita que tenham acesso a outras fontes de informação, provenientes de contatos com outras pessoas o que contribui para enriquecer suas experiências. Nas palavras do mesmo autor: “a existência do confronto significa que as relações intergeracionais não são mera atualização de estruturas dadas, mas

abrem caminho para alterações, cujo alcance e extensão dependem da forma de questionamento que elas suscitam entre jovens e adultos e das soluções propostas” (ROMANELLI, 1998a, p. 125).

Na convivência doméstica diária a família constitui-se efetivamente como grupo, a partir da promoção do sentimento de integração entre seus membros e de sua reafirmação constante por meio das “afeições obrigatórias e [das] obrigações afetivas do sentimento familiar, (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial e amor fraterno)” (BOURDIEU, 1997, p. 129). Isto não significa que as relações familiares sejam sempre harmônicas. A proximidade afetiva entre seus membros engendra também tensões, sobretudo nas ocasiões em que se confrontam os interesses da família, enquanto expressão do interesse coletivo do grupo doméstico, e as aspirações individuais de seus integrantes, como ocorrem com os filhos durante a juventude, quando questionam a autoridade parental e buscam maior autonomia em relação a seus familiares.

Com o crescimento dos filhos, as posições familiares se alteram, sobretudo quando eles ingressam no mercado de trabalho, o que ocorre precocemente entre as camadas populares (ROMANELLI, 2008). Os rendimentos auferidos pela prole integram a lógica das obrigações familiares, na medida em que seu trabalho é considerado importante para a manutenção da unidade doméstica (SARTI, 2003). No entanto, por mais que nas famílias de camadas populares haja solidariedade entre seus integrantes, deve-se lembrar de que a constituição da identidade do jovem é marcada por ocasionais rupturas em relação às orientações parentais.

Para tais jovens, mesmo sendo parte de suas responsabilidades, o trabalho também é concebido como forma de afirmação individual, visto que permite acesso a bens de consumo de alto valor simbólico, que marcam o padrão da juventude urbana: tênis, roupas, aparelhos eletrônicos, dentre outros (SARTI, 2003). Ademais, o ingresso no mercado de trabalho representa um marco em suas vidas, na medida em que consideram que deixaram de ser “moleques”, mas não necessariamente tornaram-se “homens”, pois ainda não ocupam a posição de provedor principal da família (WATARAI, 2006). As famílias das camadas populares incentivam o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, seja de modo direto ou implícito, aprovando a condição de seu filho enquanto “trabalhador”, inculcando-lhes a importância de serem “trabalhadores e honestos”, a fim de que não vivam no ócio ou se envolvam em práticas criminais (WATARAI; ROMANELLI, 2009).

## 2.5 Formas de sociabilidade e a construção da subjetividade no grupo de pares

Os jovens tecem relações de sociabilidade estreitas com o grupo de pares, constituído por amigos diversos da rua, do bairro, da escola, dos clubes, do trabalho, das filiações religiosas, cujo aspecto principal é a igualdade da condição de jovem. Assim, tendem a incorporar atributos gerais dos grupos que integram, sobretudo as características definidoras da identidade de gênero<sup>6</sup>, isto é, dos elementos que socialmente definem a masculinidade, e que são bastante relevantes para a constituição de suas identidades. Por sociabilidade entende-se a “forma lúdica da sociação” (SIMMEL, 1983), a “associação básica”, cujo objetivo é a própria interação por si mesma, sem outros propósitos e interesses, espécie de “jogo” cujo cerne da relação é a atuação de todos como se fossem iguais. A partir dessa troca mantém-se o vínculo social e as ações de reciprocidade entre os sujeitos, que pressupõem um *ethos* compartilhado (FRÚGOLI JR., 2007).

No caso dos jovens pertencentes às camadas populares, as relações de sociabilidade entre amigos são fonte de definição e redefinição identitária, cujos primeiros contornos têm início na família. A identidade pessoal, constituída pela biografia e trajetória da pessoa, proporciona o sentimento de unicidade e de que se é diferente de todos os outros (GOFFMAN, 1988), sentimento denominado por Giddens (1991) como autoidentidade, criada e sustentada na atividade reflexiva do indivíduo. A autoidentidade não pode ser entendida como uma coleção de traços dos quais a pessoa toma posse, e sim enquanto reflexão compreensiva em torno de sua biografia, a capacidade de manter uma narrativa acerca de si, o que presume não apenas a continuidade de sua identidade no tempo/espço, mas também a necessidade de se construir como pessoa, como ser único dotado de atributos próprios (GIDDENS, 1991).

Já a identidade social, elaborada por meio do contraste e da oposição “nós-outros”, inclui os atributos dos vários grupos dos quais o indivíduo participa, como o pertencimento à camada social, ocupação, religião e ao gênero, permitindo que ele incorpore diferentes identidades sociais que o distinguem dos integrantes de outros grupos. A identidade social possibilita o estabelecimento de semelhanças entre portadores dos mesmos atributos, identificado-os com os integrantes de um grupo e, ao mesmo tempo, diferenciando o sujeito daqueles que têm atributos diversos e que pertencem a outras sociações.

---

<sup>6</sup> O conceito de identidade de gênero será problematizado adiante, conforme análise da literatura feminista.

As identidades sociais são contrastivas, de acordo com Oliveira (2006a), pois operam a separação e distinção entre os que fazem parte de um “nós”, isto é, de um mesmo universo social, e dos “outros”, que participam de espaços sociais diferentes. Por exemplo, de acordo com Pais (1990b), que estudou relações de sociabilidade entre jovens portugueses, a participação nos grupos não é livre, ou seja, há normas implícitas e explícitas que determinam aqueles que neles podem ingressar. Nas práticas cotidianas, segundo o autor, os jovens elaboram fronteiras simbólicas que delimitam, inclusive, o espaço físico de que se apropriam, cujas referências estão ligadas às práticas que ali engendram, funcionando como suporte de suas identidades sociais. Nesse sentido, as referências identitárias forjadas no grupo de pares e na família são fundamentais para a constituição da subjetividade dos jovens.

Já por subjetividade entende-se “o conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes [...] [assim como] as formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento etc.” (ORTNER, 2007, p. 376). Para esta autora, a subjetividade refere-se a “uma consciência cultural e historicamente específica”, mediante a qual os agentes devotam-se à construção e reconstrução permanente do *self*, sendo minimamente cognoscentes de seus desejos. O sentimento de identidade individual se dá a partir do reconhecimento do outro no encontro das sociabilidades, “a procura de contato é também uma *busca de si*, uma vez que as identidades individuais se constituem como resultado de experiências individuais, embora surgidas de ritualizações próprias de identidades coletivas” (PAIS, 2006, p. 18, grifo do autor). No nível coletivo, a subjetividade constrói-se ambigualmente a partir da sensibilidade de si e do outro. Levar em conta a análise da subjetividade, “estrutura complexa de pensamento, sentimento, reflexão, e similares” (ORTNER, 2007, p. 385), implica considerar os agentes sociais mais do que “meros” ocupantes de posições no espaço social.

De acordo com Luhmann (2006), o conceito de subjetividade é amplamente utilizado pelos antropólogos para se referir à vida íntima do sujeito, sua sensibilidade, seus sentimentos, evocando sua dimensão psicológica. O interesse antropológico pelo tema indica o desejo dos pesquisadores dessa área em descrever o estilo emocional/humor de um grupo de pessoas, a partir da discussão sobre a influência social na constituição da vida interior. Nesse sentido, o referido termo é utilizado para analisar a maneira como o sujeito pensa e sente, a fim de investigar o aspecto social das emoções. Para Ortner (2007), a subjetividade é uma dimensão fundamental da existência humana, que possibilita compreender “como as pessoas

(tentam) agir no mundo mesmo se agem sobre elas” (ORTNER, 2007, p. 380), e como seus desejos e suas intenções são construídos em uma matriz de subjetividade.

Gaulejac (2004/2005) propõe que as fronteiras disciplinares, sobretudo entre Psicologia e Sociologia, sejam revistas, a fim de perscrutar os processos sociopsíquicos que fundamentam a existência do indivíduo, sua subjetividade, identidade e “suas maneiras de ser no mundo” (p. 68). Ao considerar que o social e o psíquico entrelaçam-se de modo complexo, o autor intenta discutir tais questões e propõe uma “sociologia do indivíduo” que deveria “analisar a dialética permanente entre os diferentes processos de construção do indivíduo, suas influências recíprocas, suas complementaridades e suas oposições” (p. 68). Para esse pesquisador, a relação entre indivíduo e sociedade pauta-se na historicidade, na inscrição em um passado e na projeção em um futuro diferente do presente. Dessa forma, o sujeito não seria redutível à capacidade de contar sua história (narratividade), como também seria capaz de inventar outras veredas para si (reflexividade), transformando o mundo em que vive e, assim, sua própria existência, argumentos também presentes nas formulações de Giddens (2002), apesar de Gaulejac não citá-lo.

A “questão do sujeito” norteia-se na confluência de quatro universos teóricos, que aludem a diversos campos disciplinares, devendo-se apontar suas concordâncias e oposições. Em síntese, a subjetividade envolveria: (a) “o universo cognitivo da reflexividade”, ligado à capacidade do indivíduo em pensar, nomear e relacionar-se com o mundo; (b) “o universo da lei, das regras, das normas” em que o sujeito confronta-se com as leis, valores e códigos prescritos; (c) “o universo do inconsciente, das pulsões, das fantasias”, em que o sujeito se vê diante de seu desejo e do desejo do outro; (d) “o universo da sociedade, cultura, economia, instituições” que remetem às relações sociais e posições de classe, demarcando a natureza sócio-histórica do indivíduo (GAULEJAC, 2004/2005). Conforme esse autor: “se o indivíduo é produto de uma história, esta condensa, de uma parte, o conjunto dos fatores sociais e históricos que intervêm no processo de socialização e, de outra, o conjunto dos fatores intrapsíquicos que determinam sua personalidade” (p. 70).

No âmbito da Psicologia e da Psicanálise, Coelho Junior e Figueiredo (2004) discutem a questão da subjetividade e intersubjetividade pautados nas proposições dessas disciplinas e da Filosofia, afirmando que o domínio da alteridade é uma “aquisição recente” das teorias psicológicas, que têm tratado desse conceito como elemento formador das subjetividades. Os autores citam, por exemplo, as formulações de G. H. Mead, que propôs uma nova concepção do *self* “fundamentada na pressuposição do caráter social e intersubjetivo dos gestos e comportamentos do sujeito dirigidos a outros sujeitos, e dos significados que os indivíduos



implicados nessa trama social produzem para o mundo, para a própria vida e a própria pessoa” (COELHO JUNIOR; FIGUEIREDO, 2004, p. 11). Por meio das conceituações da fenomenologia e do interacionismo simbólico foi possível evidenciar a importância do outro na constituição do *self*, o que também é da ordem da Antropologia, já que esta disciplina dedica-se à compreensão do outro, da alteridade enquanto fundamento para sua investigação, a partir da noção de “estranhamento”.

Ao articular discussões da Filosofia e Psicanálise sobre a intersubjetividade, Giddens (2002) sustenta que a confiança nos outros, desde os primórdios da infância até a vida adulta, é o fundamento da regularidade na experiência do mundo externo e na vivência da autoidentidade. É a partir das respostas do outro que se concebe um mundo observável e responsivo, em suas palavras: “O mundo social, afinal, não deve ser entendido como uma multiplicidade de situações em que o ‘ego’ enfrenta ‘alter’, mas como um mundo em que cada pessoa está igualmente implicada no processo ativo de organizar uma interação social previsível” (GIDDENS, 2002, p. 53). No processo de constituição da subjetividade, outro elemento destacado por este autor diz respeito à autoidentidade, que não significa a sucessão de fatos dos quais o indivíduo está consciente, mas sim algo que é criado e constantemente sustentado nas atividades reflexivas. Ela pressupõe a continuidade espaço-temporal sobre a qual o sujeito se debruça, interpretando-se, o que exige o sentimento de “pessoa” (*personhood*), ou seja, que se é uma pessoa, aplicando este conceito *para si* e para os outros. Além disso, a autoidentidade preconiza que o agente consiga contar sua trajetória, isto é, que ele teça uma narrativa biográfica acerca de si, frágil, porque essa é apenas uma das inúmeras possibilidades que poderia narrar sobre seu eu, e ao mesmo tempo, regular, por sustentar um sentido de si diante das tensões e transições nos ambientes sociais (GIDDENS, 2002).

Conforme tem sido discutido por outros autores citados neste trabalho (BOURDIEU, 2007a; DUBAR, 2005; GIDDENS, 2002), a articulação entre subjetivo e objetivo é fundamental para compreensão das identidades, o que cada um destes teóricos irá propor de modo específico, indo além da distinção entre papel e identidade.

No prefácio de seu livro, Dubar (2005) propõe que a questão fundamental ao sociólogo que investiga identidade em qualquer campo, é esmiuçar como os atores sociais identificam-se uns com os outros, levando-se em conta o contexto de ação, que é também palco da definição de si e do outro. Em outras palavras, o ator social define a si e ao outro pautando-se em categorias de diversas origens, que dão forma a argumentos conforme valores e interesses. Assim, cabe ao pesquisador em campo coletar tais “definições da situação”, o que permite a compreensão das regras situacionais, da maneira como são subjetivamente

elaboradas pelos atores. As autodefinições são determinadas pelo contexto, pelos parceiros atuais e por interações face a face, assim como pela trajetória pessoal e social do ator, em que sua subjetividade envolve a interpretação de seu passado e sua projeção no futuro. “As identidades de ator estão assim vinculadas a formas de identificação pessoal, socialmente identificáveis. Elas podem assumir formas diversas, assim como são diversas as maneiras de exprimir o sentido de uma trajetória, ao mesmo tempo sua direção e sua significação” (DUBAR, 2005, p. XIX).

Esse autor propõe, então, eixos de identificação do ator social, sendo um relativo a processos sincrônicos, relacionados ao contexto social e à definição da situação, e outro concernente a processos diacrônicos, relativos à trajetória do sujeito e a seu modo de interpretá-la, ambos constituídos socialmente. A definição do sujeito dar-se-á, portanto, no intercâmbio entre tais eixos, “simultaneamente como ator de um sistema determinado e produto de uma trajetória específica” (DUBAR, 2005, p. XX), o que redundará na contenda entre a definição de si, que requer reconhecimento alheio, e a definição atribuída pelo outro. Esta problemática é estudada pelo autor a partir da articulação entre socialização e identidade.

A divisão interna à identidade deve ser compreendida a partir da “dualidade de sua própria definição”, onde *identidade para si* e *para o outro* são inseparáveis, já que a primeira necessita do olhar e reconhecimento do outro, ao mesmo tempo em que a vivência do outro não é experimentada diretamente por mim (DUBAR, 2005). Neste ponto, nota-se a influência de Goffman no pensamento de Dubar, já que esse afirma que a identidade para si constrói-se a partir das concepções que se julga que o outro tem a respeito de mim, embora nunca se possa realmente ter certeza delas. Dessa maneira, concebe-se que a identidade não é evidente por si, dada, mas sempre construída e reconstruída com base em incertezas relativamente constantes. Para o autor essa abordagem não é extremamente psicológica, pois leva em conta o papel da socialização na constituição da identidade.

Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o *resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições [...]* ela [identidade] tenta introduzir a dimensão subjetiva, vivida e psíquica no cerne da análise sociológica (DUBAR, 2005, p. 136, grifo do autor).

Esta abordagem não suprime o “eu” enquanto instância original da identidade, mas a situa no plano social, no sentido de analisar suas tensões, contradições, como fruto da socialização e não intrinsecamente relacionada ao funcionamento psíquico e inconsciente

(DUBAR, 2005). Para o autor, o processo mencionado decorre a partir do mecanismo de identificação, que se pauta na atribuição/incorporação de categorias socialmente reconhecidas em diversos níveis institucionais (denominações étnicas, regionais, designações oficiais estatais, profissionais, dentre outras). Pormenorizadamente, identificação consiste em “atos de atribuição” de tais categorias por outrem e sua conseqüente aceitação ou recusa, conforme “atos de pertencimento” que exprimem o desejo sobre o que *se quer ser*. Assim, não se exige que haja correspondência entre identidades atribuídas e reconhecidas, entre a identidade singular de um sujeito e as categorias diversas que lhes são imputadas/atribuídas. São manifestações heterogêneas, e se uma consiste na atribuição da identidade por instituições e agentes que travam interações com o ator social, devendo-se analisá-la nos contextos sociais em que esse está imerso, a outra perfaz a incorporação da identidade pelo sujeito, conforme as trajetórias sociais em que se constitui a identidade para si, baseada em categorias reconhecidas pelo grupo e por ele próprio (DUBAR, 2005).

Ainda segundo esse autor, o processo de atribuição/incorporação pode redundar em desacordo, em situações em que categorias atribuídas ao sujeito não são por ele reconhecidas e incorporadas. Nestas ocasiões decorrem estratégias identitárias que visam a acomodar suas tensões, que podem ter caráter externo (transação objetiva), em que o ator busca adequar a *identidade para si* à *identidade para o outro*, ou seja, suas identificações procuram ajustar-se às categorias atribuídas pelos outros significativos. Já o caráter interno (transação subjetiva), corresponde à situação na qual o sujeito procura manter identificações anteriores ao mesmo tempo em que busca construir nova identidade para si, a partir da apreensão de categorias atribuídas pelo outro, “com vistas a tentar assimilar a identidade-para-o-outro à identidade-para-si” (DUBAR, 2005, p. 140).

A construção das identidades sociais pauta-se então na articulação entre transações objetivas e subjetivas, na tensão entre significados/categorias atribuídos pelo outro e sua apreensão ou recusa pelo agente social, em contextos sociais específicos. Há então combinações ou tensões entre a identidade “proposta/imposta” pelo outro e a identidade real “interiorizada/projetada” pelo ator social, ou seja, um jogo entre atribuição/incorporação. “As configurações identitárias constituem, então, formas relativamente estáveis, mas sempre evolutivas, de compromisso entre os resultados dessas duas transações diversamente articuladas” (DUBAR, 2005, p. 141). Conclui-se que esse autor inscreve a construção do processo identitário intrinsecamente articulado à socialização, dando nota à dinâmica social da construção das subjetividades.

A partir destas considerações, pode-se articular o conceito de subjetividade, como expressão social do privado, do afeto, seja ele positivo ou negativo, às relações de sociabilidade que os jovens levam a cabo. As formas de sociabilidade têm conteúdo social e emocional variável, e os vínculos podem compreender desde a amizade estreita até certa indiferença ou antagonismo. Para os jovens, a amizade representa a possibilidade de estabelecerem laços mais próximos com quem compartilham espaços como vizinhança, escola, trabalho e lazer. A sociabilidade vivida nos grupos de pares do sexo masculino constitui meio para expressarem e redefinirem suas identidades e subjetividades, que se manifestam de modo livre e lúdico em brincadeiras institucionalizadas de caráter galhofeiro, de acordo com expressão de Romanelli (1995). Para esse autor, o caráter aparentemente inamistoso e desafiador dessas brincadeiras traduz, no plano social e subjetivo, as diferenças e contrastes entre os participantes e atua como elemento que além de traduzir as diferenças entre eles, permite a convivência com a alteridade.

Caracterizadas por licenciosidade, obscenidades e insultos dirigidos a um ou a vários membros do grupo, essas brincadeiras são pautadas pela irreverência e pelo humor, muitas vezes expresso de forma grosseira (ROMANELLI, 1995). Essa modalidade de conduta constitui as “relações jocosas”, isto é, uma peculiar combinação entre amizade e oposição que em contextos sociais formais seria sentida como agressiva e geraria hostilidade, mas que não deve ser “levada a sério”, pois nela se imiscuem adversidade e amizade, havendo uma relação de desrespeito consentido (RADCLIFFE-BROWN, 1971). Trata-se de um tipo de sociabilidade que vem sendo estudado pela Antropologia, como se notam nas investigações de Comerford (1998), Gastaldo (2005), Motta (2008) e Romanelli (1995).

Os temas das provocações presentes nessas relações são variados e podem versar sobre os atributos físicos, intelectuais e morais de algum de seus integrantes ou conter motivos obscenos, tendo como alvo um ou mais integrantes do grupo, que pode retrucar em tom amistoso. Em princípio, todos podem dirigir insultos ou ser insultados, havendo um suposto igualitarismo entre as partes. Nessas relações há marcadores linguísticos próprios e tende-se a falar alto e a exagerar a entonação, elementos que compõem a amizade nestas circunstâncias (COMERFORD, 1998). As relações jocosas, que ocorrem sobretudo entre homens, são componentes básicos para a constituição da identidade e da subjetividade masculinas, e expressam, em uma forma de contestação política, o confronto e a negação da ordem social vigente. Conforme afirmam Miagusko e Ferreira (1999, p. 28), “o decoro nem sempre é levado em conta de forma mais intensa em relação às pessoas mais próximas, parentes ou amigos”.

É importante salientar que a androssocialidade, isto é, a sociabilidade entre homens, compreende marcas de gênero extremamente relevantes, pois constitui um dos recursos para a constituição da identidade e da masculinidade, sobretudo em grupos de jovens (ROMANELLI, 1995). Trata-se do que Leal e Boff (1996) documentaram em uma pesquisa acerca de “duelos verbais” entre adolescentes das camadas médias, isto é, trocas rimadas de insultos típicas do folclore popular da região sul do país. Nessa interação, os jovens elaboram as modalidades prescritivas da masculinidade, sendo a disputa de rimas, insultos, parte da gramática da androssociabilidade, que se dá em um momento liminar, no qual se verifica “o domínio de um código que constrói estes sujeitos como adultos e como homens e tece cumplicidades e identidades entre eles” (p. 121). Além disso, os duelos verbais exigem um código da “rua”, na acepção de DaMatta (1991), obsceno e transgressor, assim como o rompimento com o universo doméstico, associado à feminilidade.

Vale de Almeida (2000), que investigou a sociabilidade entre homens residentes em Pardais, vilarejo português, afirma que na sociabilidade pública os homens pautam-se na masculinidade homosocial, competitiva, por um lado, mas também solidária, uma vez fundamentada na amizade e na comensalidade. “A masculinidade exibida é um mundo aparentemente desprovido de sentimentos” (VALE DE ALMEIDA, 2000, p. 238), já que as emoções e sua expressão são tidas como pertencentes ao universo feminino, restando aos homens a manutenção do prestígio e da honra, que se faz na contínua tentativa de serem e de se fazerem homens. O autor nota que as relações pautam-se a partir dos valores tradicionais e patriarcais. Por outro lado, em algumas situações, Vale de Almeida (2000) constatou que era possível que os homens expressassem seus sentimentos com relativa liberdade, por exemplo, quando estavam no café, onde consumiam álcool “em regime de comensalidade e reciprocidade diferida” (p. 64), o que permitia que se sensibilizassem e exteriorizassem, poeticamente ou cantando, emoções, em geral consideradas feminilizantes, “como o amor, a saudade, a caridade e a compaixão” (p. 65), por meio do que em Portugal é conhecido como “décimas”, canções populares, que diferem da sociabilidade cotidiana dos homens, marcada por conversas a dois ou em grupo.

Por exemplo, enquanto nas interações comuns as mulheres eram muitas vezes tratadas como “objeto”, na poesia havia espaço para expressão do sentimento amoroso, de perda e abandono, emoções vistas como femininas, como se nota no trecho a seguir, que trata dos sentimentos de um marido que ao viajar por muitos anos, foi deixado por sua esposa: “Ambos nós temos razão / explico por que motivo / julgavas de eu não ser vivo / e eu estava numa prisão / não tinha comunicação / pra te escrever adorada / estás com outro homem casada /

sendo minha esposa querida / eu penei bastante em vida / que o meu nome deu soada” (VALE DE ALMEIDA, 2000, p. 216). É fundamental retomar a citação acima, quando o autor afirma que sentimentos e emoções estão “aparentemente” ausentes dessas manifestações.

De fato, o que ocorre é que emoções e sentimentos são supostamente excluídos, ou melhor, são socialmente expressos de modo elíptico, como se não existissem, numa tentativa de expulsá-los do universo da masculinidade. No caso do Brasil, ainda que seja um exemplo ficcional e não documentado etnograficamente, pode-se aludir à música “A Bela e a Fera” de Chico Buarque e Edu Lobo: “Ouve a declaração, oh bela / de um sonhador titã / Um que dá nó em paralela / e almoça rolimã / O homem mais forte do planeta / tórax de Superman / Tórax de Superman e coração de poeta” (BUARQUE; LOBO, 2007), como se nota, o trovador invoca o amor de sua amada, ao mesmo tempo em que evoca suas características masculinas, à procura de garantir sua virilidade diante dos sentimentos que declara à “Bela”.

No presente trabalho, com base nas proposições dos autores citados, o conceito de subjetividade é definido como a estrutura geral do *self*, o conjunto de afetos e cognições que organizam as experiências dos sujeitos. Entende-se que a subjetividade não se limita às manifestações da dinâmica psíquica do sujeito, por ser constituída objetivamente a partir da interação entre o *self* e as contingências estruturais que o forjam, quais sejam, suas condições sociais de existência (evidenciadas por marcadores como camada social, gênero, raça, dentre outros), que acarretam diversos desdobramentos na experiência e trajetória do indivíduo.

Já a noção de identidade que será utilizada nesta pesquisa, a partir das obras citadas a respeito do tema, refere-se à prática ou tomada de posições singulares fundamentadas em identificações contextuais. Ou seja, a identidade diz respeito às diversas autorepresentações que o sujeito constrói ao largo de sua trajetória, por meio da imbricação de elementos pessoais, que compõem sua unicidade, com marcadores sociais e contextuais envidados pelas relações sociais. Desta maneira, a identidade é o cerne da contenda entre atribuições pessoais e impingidas pelo outro e que são elaboradas subjetivamente. O conjunto das identidades elencadas pelo sujeito organiza-se pelo *self*, o que possibilita o sentimento de unicidade, de que se é único, na acepção de Giddens (2002), conforme uma trajetória pessoal espaço-temporalmente composta e constricta pelas condições objetivas e sociais de existência.

Este panorama conduz à discussão da categoria gênero, fundamental para ampliar a análise da juventude, conceito sociológico de entendimento e desdobramentos complexos, conforme será explanado na sequência.

## 2.6 Problematizando o(s) gênero(s)

Em que medida os estudos de gênero, tradicionalmente voltados para a análise das feminilidades e realizado em grande parte por feministas, podem contribuir para a discussão sobre as masculinidades? Trata-se de uma questão de extrema importância para o atual debate da área, o que requer a contribuição da Sociologia e Antropologia, dentre outras disciplinas afins. Para tal, é preciso situar a origem do conceito de gênero e suas proposições, a partir do questionamento da diferença, ou seja, do modo como esta é definida.

De acordo com Brah (2006), diferença pode ser conceituada de quatro maneiras. Em primeiro lugar a *diferença como experiência*, entendida como um processo simbólico, a prática de atribuir sentido ao mundo, onde o sujeito é constituído, “um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (p. 361), sendo preciso investigar campos de significação que estão em luta na constituição de sujeitos diferentes, a partir de contextos econômicos, políticos e culturais situados historicamente. Em segundo lugar a *diferença como relação social*, isto é, as circunstâncias materiais e culturais, em sua raiz histórica, que ensejam condições para a construção da identidade social. Em seguida, a *diferença como subjetividade*, trata da crítica ao sujeito racional e unitário, ao concebê-lo como fragmentado, heterogêneo, dotado de emoções, sentimentos, os processos de constituição da subjetividade são sociais e pessoais, o que requer a inteligibilidade dos investimentos psíquicos dos sujeitos, conforme suas posições subjetivas. Finalmente, a *diferença como identidade*, constituída pelas diferenças anteriores (experiência, relação social, subjetividade) e inscrita culturalmente. Se a subjetividade é o palco onde as contradições, fragmentações do sujeito se dão, a identidade possibilita um caráter coerente e estável a estas vivências, a enunciação de um “eu”, o que não significa que a identidade é fixa, una, o curso do fluxo subjetivo é tomado em certa ordenação permitindo a emergência identitária.

Desse modo, partindo-se das ideias de Brah (2006), como podem ser conceituadas as diferenças entre gêneros? Como estas são subjetivadas? Para Stolke (2004), a formulação do conceito de gênero tem sido o fulcro da militância política e debate teórico das feministas desde 1970, ao evidenciar que as identidades atribuídas às mulheres em suas relações com os homens são culturalmente organizadas e, portanto, variáveis e passíveis de transformação, rejeitando a determinação biológica desta diferença. O conceito de gênero estaria vinculado à oposição natureza e cultura, que segundo esta autora, as feministas acabaram por transcender.

Stolke (2004) critica também os estudos antropológicos onde as mulheres eram notadas apenas como esposas, filhas, irmãs, trocadas pelos homens, conforme as análises de parentesco. As ativistas feministas terão grande participação nas décadas seguintes, ao proporem revisões teóricas e etnográficas, evidenciando que não apenas os homens como também as mulheres deveriam ser consideradas categorias socioculturais. Na década de 1970, as pesquisadoras investigaram via Antropologia a condição da mulher em diferentes contextos sociais, teorizando sobre a origem da subordinação feminina na estrutura social e cultural, no entanto, as antropólogas feministas deste período acabaram por reproduzir as tendências universalizantes e o determinismo biológico que criticavam; tratava-se de uma análise culturalista que atribuía a subordinação das mulheres à sua função biológica específica na procriação (STOLKE, 2004).

Uma das abordagens profícuas na análise do conceito de gênero e suas implicações foi realizada por Rubin (1986), que a partir da leitura de Marx, Engels, Freud e Lévi-Strauss, cunhou o termo “sistema sexo-gênero”, entendido como um conjunto de disposições por meio das quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em necessidades humanas transformadas; a matéria-prima do sexo e da procriação humana seriam moldadas pela intervenção humana e social. A inventividade de Rubin evidencia-se no fato de afirmar que os sistemas sexuais – a forma como a sexualidade é socialmente organizada – não podem subsumir-se nos sistemas econômicos – a organização das esferas da reprodução social e da produção –, embora não se possa negar sua importância para a conformação do sistema sexo-gênero. Ao realizar tal distinção, inspirada em Engels, Rubin (1986) lançou um “novo olhar” para o debate sobre gênero, que se centrava na distinção entre produção e reprodução social, mediante a qual o espaço doméstico é definido como local de produção de valores de uso, o que imputa caráter produtivo ao trabalho feminino.

Para Scott (1990), o termo gênero tem designado a “organização social da relação entre os sexos” (p. 5), e deve enfatizar o caráter social das diferenças fundadas no sexo, ao rejeitar o determinismo biológico. Dessa forma, gênero destaca o caráter relacional da produção da feminilidade, ou seja, mulheres e homens seriam constituídos em termos recíprocos, assim, a análise do conceito requer a compreensão de ambos. Quando propuseram a noção de gênero, as feministas esperavam que a pesquisa sobre “mulheres” levasse a transformações paradigmáticas em diversas disciplinas, já que gênero seria elevado à categoria de análise, análoga à classe e raça. A preocupação com estas três temáticas evidenciava o norte político do pesquisador, ao incluir “os discursos das(os) oprimidas(os) numa análise do sentido e da natureza de sua opressão” (SCOTT, 1990, p. 6), considerando



que as desigualdades de poder fundamentam-se conforme tais eixos. Com base nestas análises, a autora afirma que em seu uso descritivo o termo tem indicado que os papéis “adequados” aos homens e às mulheres são construídos socialmente, referindo-se à origem social das identidades subjetivas de homens e mulheres: “o gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1990, p. 7). Para a pesquisadora, o uso do termo “gênero” implica um sistema de relações que pode abarcar o sexo, mas ele não é fruto direto do sexo tampouco determina de forma direta a sexualidade.

Após revisar a literatura sobre o tema, Scott (1990) propõe que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...] é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p. 14). Analiticamente sua abordagem descreve quatro elementos fundamentais para estruturação do conceito, a saber: (a) símbolos culturais que reproduzem representações simbólicas significativas em determinado contexto, por exemplo, Eva e Maria que remeteriam à mulher na tradição cristã ocidental; (b) conceitos normativos enunciados por doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, jurídicas, que se pautam na lógica binária e imputam sentidos fixos e opostos ao masculino e ao feminino, reprimindo abordagens alternativas, (c) sistemas que não se restrinjam ao parentesco, tal qual realizado pela Antropologia durante algumas décadas, que estudava a mulher via vínculos de afinidade/consanguinidade, fixando-se no universo doméstico e na família, a autora considera importante uma visão ampla, que leve em conta mercado de trabalho, educação e sistema político, gênero seria constituído por meio do parentesco, mas não exclusivamente por esse; (d) deve-se investigar como a identidade subjetiva é constituída, relacionado-a com organizações e representações sociais historicamente dadas. A pesquisadora finaliza sua definição ao afirmar que os quatro elementos mencionados operam de forma dependente, “no entanto eles não operam simultaneamente, como se um fosse um simples reflexo do outro” (SCOTT, 1990, p. 15), sendo úteis para observar qual o efeito do gênero nas relações sociais e instituições.

Enquanto Scott (1990) mostra-se relativamente cética quanto às contribuições da Psicanálise para o estudo do gênero, acusando-a de propor que a identidade de gênero teria caráter universal, Rubin (1986) revisa a questão do complexo de Édipo, de acordo com Freud, e seu intercâmbio com a formulação do tabu do incesto de Lévi-Strauss. A autora discute o conceito de castração para Freud, que aqui não será objeto de análise, salientando seu papel na hierarquização dos genitais masculinos e femininos e a conseqüente subordinação da mulher, que não detém o falo e reconhece sua castração. Para Rubin (1986), o movimento feminista deveria “resolver a crise edípica” por meio da reorganização do sistema sexo-gênero, de

maneira que essa seja menos destrutiva, o que poderia ocorrer via modificações na divisão sexual do trabalho, ao impor a tarefa de cuidar das crianças tanto para o homem quanto para a mulher, modificando-se o processo de identificação dos imaturos com seus pais. Embora a proposta de Rubin pareça relativamente incontornável, já que a identificação dos infantes com seus pais e demais figuras compõe elementos inconscientes, a autora sistematiza a relação entre parentesco e Édipo, dando realce aos aspectos afetivos das relações consanguíneas, situando a afetividade no plano da cultura.

A ideia de que as mulheres seriam incompletas, por não possuírem o falo, em termos freudianos, pode ser atribuída a uma linguagem masculina, de acordo com Weeks (1999). Para este autor, “a linguagem da sexualidade parecer ser avassaladoramente masculina. A metáfora usada para descrever a sexualidade como uma força incansável parece ser derivada de suposições sobre a experiência sexual masculina” (WEEKS, 1999, p. 41), segundo a qual os homens são tidos como agentes sexualmente ativos, ao passo que as mulheres são vistas como reativas. Baseando-se em Foucault, Weeks (1999) afirma que a sexualidade é historicamente situada e apenas nos dois últimos séculos, o termo “sexo” passou a ter o sentido corrente, enquanto diferença anatômica entre homens e mulheres, constituindo corpos anatomicamente distintos. A sexualidade seria então um conjunto de crenças, comportamentos, relações e identidades forjadas socialmente e contextualizadas historicamente. Os significados atribuídos à sexualidade, ao corpo, são construídos socialmente, “sendo sustentados por uma variedade de linguagens que buscam nos dizer o que o sexo é, o que ele dever ser e o que ele pode ser” (WEEKS, 1999, p. 43). Gênero seria mais que uma simples categoria de análise, visto que nele estariam inscritas relações de poder, de maneira que os padrões da sexualidade feminina seriam fruto do poder dos homens a fim de definir o que é desejável e necessário em determinada matriz histórica. Como se nota, Weeks (1999) faz uma alusão ao problema da dominação masculina, tema candente para o feminismo.

Para Lauretis (1994), nas décadas de 1960 e 1970, gênero foi conceituado como diferença sexual, ao enfatizar a diferença entre homem e mulher, o feminino e o masculino, o que acabou por limitar o discurso feminista. Ou seja, na medida em que esta noção é compreendida como distinção sexual, pauta-se no referencial masculino para conceber a feminilidade. Nas palavras da autora:

Se continuarmos a colocar a questão do gênero em qualquer destas duas formas, a partir de um esboço completo da crítica do patriarcado, o

pensamento feminista permanecerá amarrado aos termos do próprio patriarcado ocidental, contido na estrutura de uma oposição conceitual [...]. A primeira limitação do conceito de “diferença(s) sexual(ais)”, portanto, é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados: ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada) (LAURETIS, 1994, p. 207).

Desse modo, a potencialidade “transgressora” do pensamento feminista limitar-se-ia aos padrões do pensamento patriarcal, como se esta teoria fosse então “domesticada”. Para a autora, o sujeito é constituído no gênero, mas esse não se restringe à diferença sexual, há a ação de códigos linguísticos, representações culturais, além das relações de raça e classe. Baseando-se em Foucault, Lauretis (1994) aponta o gênero como representação e autorepresentação, ou seja, formado no jogo de concepções atribuídas por instituições sociais, discursos, práticas da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que concebido pelo próprio sujeito, por sua vivência. A partir dessa formulação geral, gênero representaria uma relação social forjada pelo sistema de sexo-gênero, tal como cunhado por Rubin, um arcabouço de significações “que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais” (RUBIN, 1986, p. 211). Trata-se de uma construção social e cultural relacionada a um “aparato semiótico” que possibilita atribuição de significados conforme identidade, valor, prestígio, parentesco, dentre outras variáveis.

Para Haraway (2004, p. 211),

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

O conceito de identidade de gênero, de acordo com Haraway (2004), foi formulado no âmbito da distinção biologia/cultura, em que o sexo relacionava-se à biologia e gênero à cultura. Os debates teóricos voltavam-se para o papel da cultura sobre a biologia, relegava-se a possibilidade de discutir “a história sociopolítica de categorias binárias tais como natureza/cultura e, também sexo/gênero, no discurso colonialista ocidental” (HARAWAY, 2004, p. 217), que organiza o mundo como objeto de modificação da natureza pela cultura. Apesar da crítica que enfeixaram ao binarismo da articulação anteriormente citada, as feministas não passaram a dirigi-la também ao par sexo/gênero, cuja determinação era extremamente proveitosa em termos políticos no que tange às diferenças sexuais em contextos

sociais diversos como família, escola, clínicas, dentre outras. De acordo com essa formulação, a biologia denotava o corpo em si mesmo, não sendo considerada uma categoria de conhecimento que também é construída, o que redundou na ideia de que o corpo feminino seria incólume às imposições sociais, ao patriarcado e à própria linguagem, não se questionava, por exemplo, a formulação de uma identidade essencial masculina/feminina. “O conceito de um eu interior coerente adquirido (culturalmente) ou inato (biológico) é uma ficção reguladora desnecessária [...] aos projetos feministas” afirma Haraway (2004, p. 219-220). Ainda para esta feminista, a categoria sexo/gênero deve ser analisada historicamente e epistemologicamente tanto em sua relação quanto em cada unidade que a compõe. Dessa maneira, para tratar gênero como conceito social, é preciso que categorias como sexo, natureza, corpo, biologia, raça sejam consideradas historicamente, a fim de abandonar os recorrentes binarismos, e propor teorias da corporificação em que a natureza já não constitua “recurso” para a cultura, assim como o sexo para o gênero, conclui Haraway (2004).

Em linha de análise relativamente semelhante à de Lauretis (1994) e Haraway (2004), Butler (2008), em um trabalho seminal, parte da política feminista, isto é, do movimento social empunhado por esse grupo e seus dilemas representacionais, para discutir o conceito de gênero. No prefácio de seu livro, a autora critica a ideia de uma verdade feminina última, isto é, uma identidade sexual genuína, filiando-se à crítica genealógica foucaultiana, “designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (BUTLER, 2008, p. 9, grifo da autora), de maneira que o “feminino” não seria mais um conceito fixo, unitário. O movimento feminista ao presumir uma categoria “fixa”, a saber, “mulheres”, propala não apenas seus interesses políticos e reivindicações, como também constitui o sujeito a que almeja representar, dada a função normativa da linguagem, que nomeia e produz subjetividades. A autora afirma que os textos acadêmicos sobre o tema têm concordado ao presumir que o sujeito “mulheres” não é estável, não sendo passível de significar uma “identidade comum”, já que gênero nem sempre é construído de maneira coerente em diversos contextos históricos, dada influência de marcadores como raça, classe, etnia, diferenças regionais.

Adiante, a pesquisadora citada questiona a hipótese de que gênero seria a construção social do sexo, entendendo-se o último como dimensão biológica. Trata-se de um debate complexo, visto que se imiscui na noção de natureza e cultura, e na discussão sobre materialismo/idealismo presente na Filosofia, o que extrapola o âmbito desta revisão. No

entanto, será comentada a seguir, ainda que de modo incipiente, a visão de Butler (1999b, 2008) sobre o tema.

Em um primeiro momento, o conceito de sexo foi introduzido na noção de gênero como crítica à ideia de que a biologia justificaria as desigualdades de poder entre homem e mulher, visto que gênero seria culturalmente construído, ainda que o sexo fosse fixo em termos biológicos. Todavia, ao atribuir significados culturais ao sexo, o conceito retira seu significado como inato, isto é, enquanto dimensão biológica irreduzível, já que “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2008, p. 24). A pesquisadora, então, critica a hipótese binária (homem/mulher) enquanto fundadora do gênero, onde esse seria determinado pelo sexo e constituiria sua interpretação cultural. Ao basear-se em Foucault, aponta a importância de contextualizar a história da sexualidade e do próprio conceito de sexo. Em suas palavras, “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2008, p. 25).

A fim de clarificar esta definição, a autora discute o conceito de “construção”, em que se denota o corpo como superfície passiva à inscrição de significados culturais, ou como meio de expressão de uma vontade a partir da qual vicejariam atributos culturais, e conclui que não é possível conceber sua existência como anterior ao gênero. Em outra obra, Butler (1999b) afirma que a diferença sexual é fruto de diferenças materiais que são marcadas discursivamente, o que não significa defender que o discurso leva à diferença sexual, sendo o sexo componente de uma prática ordenadora que institui os corpos e que regulariza dada concepção produtiva de poder, “o ‘sexo’ é um ideal regulatório cuja materialização é imposta [...] através de certas práticas altamente reguladas” (BUTLER, 1999b, p. 154). Ainda nessa obra, a pesquisadora reitera que não há como formular gênero como um atributo cultural imputado a uma superfície material, compreendida como “corpo” ou “sexo”, já que se deve clarificar o próprio sexo em sua regularidade que materializa o corpo.

Butler (2008) questiona também a concepção de que a identidade é estável, permanente e coerente, e aponta que os debates sociológicos têm concebido a noção de pessoa como ontologicamente anterior aos papéis e funções que assume socialmente. Na Filosofia, o conceito de pessoa tem se relacionado à noção de identidade pessoal calcada nos atributos internos do sujeito, em características que redundam em sua estabilidade e autoidentidade ao longo do tempo. A autora inverte a problemática, ao interpelar como as práticas que instituem

e organizam o sujeito constroem as concepções culturais de identidade, da mesma maneira que as práticas delineadoras do gênero também fundam sua própria inteligibilidade social.

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2008, p. 38).

Compreende-se por “gêneros inteligíveis” aqueles que constituem e sustentam relações coerentes e contínuas entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, onde descontinuidades nessa “condição” só são entendidas em relação a essas mesmas normas, sendo por elas proibidas. A “verdade do sexo” é instituída pelas práticas organizadoras que constroem “identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (BUTLER, 2008, p. 38), definindo oposições delimitadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, concebidos como expressão tributáveis à “fêmea” e ao “macho”. De acordo com a matriz cultural que engendra a referida lógica binária, alguns tipos de identidade não são passíveis de existência, leia-se, aquelas em que gênero não é fruto do sexo, cujas práticas desejantes não são expressão do sexo e do gênero. Conforme o discurso dominante, gêneros coerentes seriam a manifestação de leis culturais que regulam a sexualidade, aqueles que não se conformam a estas diretrizes seriam considerados falhas ou impossibilidades lógicas.

O gênero só pode denotar uma *unidade* de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja (BUTLER, 2008, p. 45, grifo da autora).

Dessa maneira, a unidade interna entre os gêneros (homem/mulher) requer uma “heterossexualidade estável e oposicional”, que engendra expressões estanques de gênero em um sistema binário e excludente e pressupõe uma relação direta entre sexo, gênero e desejo, onde gênero expressa desejo e vice-versa, de maneira que esse arranjo seja evidentemente reconhecido e capaz de traduzir um “desejo diferenciador pelo gênero oposto”. Neste regime institui-se o que a autora designa “heterossexualidade compulsória”, em que o masculino opõe-se ao feminino a partir de práticas relativas ao desejo heterossexual, dada coerência entre sexo, gênero e desejo. Com base nessas afirmações, a pesquisadora propõe que o gênero

seja construído discursivamente a partir de suas normas reguladoras e performáticas, onde a identidade de gênero é *performativamente* constituída pelas expressões das quais é fruto (BUTLER, 2008), não sendo “um ‘ato’ singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o *status* de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição” (BUTLER, 1999b, p. 167). A “assunção de um sexo” é estabelecida por um conjunto regulatório heterossexual, que se multiplica e conserva ao ensejar o “sexo”, restringindo o corpo sexuado, onde as normas são apreendidas via processos de identificação que forjam o sujeito. Segundo Grunvald (2009), Butler, ao formular a teoria da performatividade, busca compreender o modo como o sexo é organizado como base natural a partir da qual a cultura se inscreve, da onde decorreria o gênero. Se a divisão sexo/gênero era fundante até meados da década de 1980, com Butler, “gênero deixa de ser apenas um conceito que serve somente para marcar a inscrição cultural do significado em um sexo predeterminado e passa a se referir também ao aparato de produção do sexo mesmo” (GRUNVALD, 2009, p. 36).

No contexto brasileiro, Louro (1996) discute a inserção do conceito de gênero na literatura acadêmica, que nas décadas de 1960 e 1970 intitulava-se “estudos da mulher”. A partir dos anos 1980 o termo passou a ser utilizado, de acordo com a distinção vocabular norte-americana entre *sex* e *gender*, a fim de suprimir qualquer matriz essencialmente biológica e denotar a construção social do masculino e do feminino. Como decorrência dessa mudança, as pesquisas evocavam a importância de estudar não apenas as mulheres, como também a constituição da masculinidade. Segundo Louro (1996), para se entender gênero “fundamentalmente como uma construção social – e, portanto, histórica – teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e masculino, social e historicamente diversos” (p. 10). Assim, categorias como classe, raça, idade e religião influenciam a construção do gênero, ao ensejar masculinidades e feminilidades. Por outro lado, a distinção sexo/gênero não deve redundar em forte separação entre essas categorias, visto que a construção do gênero diz respeito a corpos sexualizados, de acordo com essa autora.

Conforme Louro (1996), a proposta de conceber gênero e, assim, a masculinidade e a feminilidade como polos, não deve se pautar em uma ordem binária, que supõe a oposição entre cada um, mas na ideia de que os polos são interdependentes, reconhecendo-se não apenas a identidade no interior de cada um deles, como também suas diferenças. Em obra posterior, Louro (1997) defende a importância de se contextualizar gênero, a fim de suprimir argumentações generalizantes a respeito da “mulher” ou do “homem”, visto que se trata de

um conceito social, o que implica considerar sua construção distinta conforme a sociedade e a história. No entanto, o apelo relacional da categoria não deve levar à discussão sobre a constituição de papéis masculinos e femininos, já que esses seriam baseados em normas arbitrárias definidas por uma sociedade, deixando-se de examinar as múltiplas configurações que a masculinidade e a feminilidade podem dotar. Assim, esta pesquisadora pretende compreender como gênero constrói a identidade dos sujeitos, ao considerar que esta não é fixa ou permanente, já que pode ser marcada também por contradições. Quando se afirma que gênero forja a identidade do sujeito, tal qual marcadores como etnia, classe ou nacionalidade, “pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o” (LOURO, 1997, p. 25, grifo da autora).

Com base nas obras mencionadas pode-se compreender gênero como conjunto de significados, histórica e socialmente orientados, tributados aos corpos sexuados, a partir da agência de instituições sociais e práticas discursivas que compõem normas reguladoras das relações sociais entre e intra os sexos. Nesse processo, imbricam-se relações históricas de poder que dividem os gêneros de modo binário e compõem hierarquias de prestígio, mediante as quais, tradicionalmente, o poder masculino impõe-se sobre as mulheres e aqueles(as) que não expressam sexualidades fundadas na heterossexualidade. Com base em Moore (2000), afirma-se que gênero é subjetivado a partir do jogo entre representações logradas pelos discursos e instituições sociais, como também pelo conjunto de autorepresentações e posições subjetivas que os indivíduos podem assumir em variados contextos. Dessa forma, na subjetividade enfeixam-se discursos concorrentes e contraditórios sobre o que é gênero e sua atualização pelas práticas sociais, o que acarreta posições ambíguas dos sujeitos, mediante representações que se digladiam na definição do que é gênero e sua ação nos corpos sexuados.

Após apresentar brevemente o campo de estudos sobre gênero, de acordo com autoras consagradas da área, serão discutidas suas contribuições para formulação do conceito de masculinidade conforme pesquisadores e feministas brasileiras e internacionais.

## **2.7 A contenda das masculinidades**

A fim de prosseguir as argumentações sobre gênero, de acordo com a literatura internacional já citada, Bourdieu (2007b) traz importantes ideias para a questão, ao situá-la no



âmbito de sua teoria da prática. Para isso, pauta-se no estudo das relações de gênero na sociedade cabila, onde as diferenças sexuais situam-se de acordo com a tradição que opõe masculino/feminino. Não apenas o gênero, mas toda estruturação desta sociedade se baseia na metáfora da oposição que constitui polos homólogos: alto/baixo, direita/esquerda, fora (público)/dentro (privado), claro/escuro, dentre outras, que se sustentam mutuamente e dão sentido às relações sociais. A divisão entre os sexos se faz presente em todo mundo social, em estado objetivado (coisas) e incorporado no *habitus* dos agentes, na qualidade de esquemas de percepção, pensamento e ação, grosso modo, representações objetivamente estruturadas e manifestadas por meio de práticas e esquemas de pensamento, em consonância com o campo onde as relações de poder se organizam. A concordância entre estruturas objetivas e cognitivas possibilita a representação da divisão entre sexos como natural, evidente, biologicamente fundamentada.

Com base no conceito de *habitus*, Bourdieu (2007b) considera o próprio corpo como uma “realidade sexuada”, ou seja, construído socialmente de acordo com esquemas cognitivos que constituem a divisão arbitrária entre os sexos biológicos, o que justifica a dominação masculina. Os agentes atribuem à diferença biológica entre os sexos, ao corpo masculino e feminino, uma raiz biológica que acaba por justificar a divisão entre gêneros. As diferenças anatômicas são socialmente forjadas e acabam por alicerçar a aparente divisão natural entre os sexos, que, em realidade, é socialmente inscrita, via estruturação objetiva (por exemplo, pela homologia das oposições) e subjetiva (representações) da realidade, de maneira a tornar-se evidente, dispensando demais justificações, o que acarretaria a dominação masculina:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação, a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, divisão bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2007b, p. 18).

Dessa maneira, segundo Bourdieu (2007b), as diferenças corporalmente visíveis entre masculino e feminino, constituídas socialmente, tornam-se o imperativo social da organização das relações entre gêneros, quando se atribui a elas fundamentos biológicos, arbitrariamente constituídos. Esta visão de mundo institui o falo como símbolo da virilidade e da visão androcêntrica da divisão sexual do trabalho. Trata-se de um fundamento que constitui os corpos e os esquemas de ação e percepção dos agentes sociais, “em um trabalho e por um

trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero” (BOURDIEU, 2007b, p. 33, grifo do autor). Para que isto ocorra, os gêneros requerem estruturação relacional, de maneira a produzir um corpo socialmente diferenciado do gênero oposto, como *habitus* viril, por exemplo, não feminino. A construção social dos corpos depende pouco de ações pedagógicas conscientes; em grande parte, é fruto de “consequências automáticas” de uma ordem social pautada no princípio androcêntrico. A ordem masculina inscreve-se nos corpos e também por meio de injunções tácitas, presentes na divisão social do trabalho, em rituais coletivos ou privados, dentre outras.

A questão da virilidade é um aspecto importante na discussão de Bourdieu (2007b) sobre gênero e pode ser descrita como a capacidade reprodutiva, sexual e social, assim como a aptidão ao exercício da violência por parte do homem. Antes de tudo a virilidade é pública, no sentido de que sua potencial ou real violência deve ser reconhecida e atestada pelos pares, um grupo de “verdadeiros homens”. Por exemplo, ritos escolares ou militares consistem em provas públicas de virilidade, “orientadas no sentido de reforçar as solidariedades viris” (BOURDIEU, 2007b, p. 65). Determinadas provas de coragem requeridas pelo grupo de pares obrigam os homens a recusar medidas de cuidado, por exemplo, ao desafiarem situações perigosas, a fim de que se mostrem bravos, sob o risco de serem taxados como delicados, fracos, o que poderia desqualificar suas masculinidades. Assim, “o que chamamos de ‘coragem’ muitas vezes tem suas raízes em uma forma de covardia [...] [baseada] no medo ‘viril’ de ser excluído do mundo dos ‘homens sem fraquezas’” (BOURDIEU, 2007b, p. 66). A honra, contrapartida da virilidade, revela-se também no corpo, na postura, nas maneiras, no modo de se manter em pé, isto é, na *hexis* corporal, entendida como a unidade estética do corpo, ou seja, as técnicas corporais, que incluem gestos e atitudes, além dos trajes, que diferenciam os grupos e os corpos uns dos outros (BOURDIEU, 2007b).

A virilidade é vivenciada sobretudo como uma “carga”, visto que o homem obriga-se a corresponder a um modelo ideal e exaltado de masculinidade, em contrapartida à angústia que a feminilidade suscita. Em síntese, “a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2007b, p. 67, grifo do autor). Frente a essas constatações, o autor afirma que, assim como as mulheres, os homens também tendem a naturalizar a masculinidade, avaliando-a como algo imutável, e não como algo social e historicamente construído. Por outro lado, argumenta que não se podem negar as transformações na condição

feminina nas últimas décadas do século passado, haja vista o ingresso da mulher no mercado de trabalho, maior acesso ao ensino secundário, dentre outras mudanças, muitas vezes restritas às camadas médias e altas da população.

A análise de Bourdieu sobre as relações de gênero tem sido criticada por algumas feministas, dentre elas, Corrêa (1999) que revisou diversos trabalhos em que ele tratou do tema, em especial em sua vertente sobre a dominação masculina. A autora apresenta um ponto de vista crítico às ideias de Bourdieu e argumenta que esse desconsiderou discussões já travadas pelas feministas a respeito da dominação masculina, ao mesmo tempo em que almejava contribuir originalmente para os estudos de gênero. Segundo ela, o autor pauta-se na lógica da oposição (cultura/natureza, sujeito/objeto, público/privado) para descrever a estrutura simbólica do gênero na sociedade cabila e generaliza suas observações para o mundo ocidental, ou seja, o léxico da cultura do outro passa a ser utilizado por Bourdieu para compreensão de seu contexto, quando transpõe tais pares de oposição presentes na cultura cabila para o Ocidente, como que isolados de contexto social. Corrêa (1999) critica também a noção de inconsciente cultural, que revelaria a universalidade da dominação masculina em um ponto imperscrutável do passado, como um “estado arcaico”. Nas palavras da autora:

Ignorando todos os trabalhos de pesquisa empírica ou de reflexão teórica feitos pelas feministas contra a hegemonia e a homogeneidade da dominação masculina [...] Bourdieu passa quase sem transição da análise de uma dominação que é *social*, para uma dominação que é *masculina* e, dessa, para um modo de dominação no qual o *sexo* do dominante é determinante: homens e mulheres voltam à cena textual esquecidos de sua origem cabila ou ocidental, das distinções de classe, ou outras, como *homens* e *mulheres* (CORRÊA, 1999, p. 4-5, grifo da autora).

Para Corrêa (1999), Bourdieu recorre ao *habitus* para justificar “a determinação última” de sua “inculcação” no corpo masculino e feminino, em uma “operação transcultural e a-histórica”, fruto da dominação masculina estendida a todas as sociedades e suas divisões. Não obstante, é importante localizar em cada sociedade os recursos básicos da dominação, antes de delegá-la aos homens. Desse modo, o princípio da dominação, não importa em qual sociedade, é acessível a homens e mulheres e adquire matiz próprio conforme sua organização (CORRÊA, 1999).

A questão do gênero vem sendo estudada também por Connell (1995, 1996, 1997, 2005), tanto em uma formulação geral sobre como este se organiza, quanto de modo específico no que tange à masculinidade hegemônica. Segundo essa autora, uma teoria adequada sobre o tema requer a conceituação da estrutura social indo além da teoria sobre

papéis, criticada anteriormente neste trabalho. O conceito de estrutura social é ambíguo, grosso modo, reflete a experiência do agente em ser colocado contra algo que limite a sua liberdade, e também a experiência de produzir resultados que apenas por sua própria capacidade não seria possível fazê-lo. De maneira sistemática, esta noção expressa as coações que se encontram em determinada forma de organização social, os constrangimentos às práticas sociais que operam por meio de uma complexa interação entre o poder e a ordem das instituições sociais, sendo que para compreender determinada estrutura social, é preciso analisar suas instituições. Assim, é fundamental o estudo do regime de gênero de instituições específicas, entendido como o padrão das relações de poder entre homens e mulheres e suas definições de feminilidade e masculinidade, historicamente construídas, a fim de compreender como se dá sua estruturação. No caso, Connell (1996) propõe três elementos principais que organizam o regime de gênero, são eles: a divisão do trabalho, a estrutura do poder e da *cathexis*.

A divisão sexual do trabalho consiste na alocação de tipos particulares de trabalhos para categorias específicas de pessoas. Trata-se de uma estrutura, pois sua organização constrange práticas; não é apenas alocação/discriminação de pessoas para o exercício do trabalho, mas abrange também sua natureza e organização. Constitui parte do sistema de gênero estruturado de acordo com a lógica da produção, consumo e sua distribuição. Deste modo, as divisões de gênero são um aspecto arraigado na própria produção no sistema capitalista, provavelmente tão importante quanto a divisão por classe. Já a estrutura de poder compreende um conjunto de relações sociais com extensão e permanência, que constituem padrão de coação e constrangimento para a prática, e dentre seus componentes, pode-se citar a violência. Basta lembrar que armas e técnicas de conhecimento militar estão quase inteiramente nas mãos de homens, ou ainda os casos de estupro, que requerem desigualdade de poder e são acompanhados pela ideologia da supremacia masculina. Assim, o poder pode envolver um “balanço” de posse ou carência de recursos em local de trabalho, na casa, dentre outras instituições (CONNELL, 1996).

No entanto, Connell (1996) concentra-se na análise da autoridade masculina, cuja matriz pode ser atribuída ao regime de gênero patriarcal, que imputa à mulher posição subordinada ao homem. Conforme essa pesquisadora, a raiz da estrutura de poder concentra-se na conexão entre autoridade e masculinidade, sendo que aquela é hierarquizada e distribuída de modo diferencial entre os próprios homens. Pode-se identificar um complexo de instituições e meios onde o poder do homem e a autoridade masculina são relativamente concentrados, descritos a seguir. Em países capitalistas avançados, alguns elementos são

razoavelmente claros: (a) hierarquia das formas de violência institucionalizada, como, forças militares, sistemas prisionais, dentre outras; (b) o planejamento e controle da máquina estatal; (c) o meio operário que enfatiza a força física e a associação da masculinidade à maquinaria. Assim, a justificção da ideologia patriarcal e, conseqüente subordinação da mulher, requer a criação da hierarquia de gênero entre homens, que compreende a masculinidade hegemônica (grosso modo, um ideal de masculinidade), masculinidade conservadora (conivente com a estrutura da dominação, mas que não atinge posições extremadas) e masculinidades subordinadas (grupos de homens cuja vivência de gênero é estigmatizada e vista negativamente). Essas três dimensões, analisadas pela autora em outros trabalhos, compreendem um conjunto de práticas organizadas conforme a divisão sexual do trabalho, poder e *cathexis*.

Por fim, *cathexis* enquanto estrutura implica o reconhecimento de que a sexualidade é também socialmente construída, dada consideração de que há uma dimensão emocional em qualquer relação social. Connell (1996) fundamenta-se no conceito freudiano de *cathexis*, entendido como a ligação entre pulsão e objetos mentais (ideias, imagens), para propor a presença de uma carga emocional nas relações sociais, que podem ser hostis, afetivas ou ambivalentes.

Em outro trabalho, Connell (1997) define gênero como uma forma de ordenamento da prática social, historicamente determinada, que se refere aos corpos no que tange ao processo reprodutivo, mas que a eles não se reduz. A autora afirma que as práticas sociais são inventivas e criadoras, não sendo autônomas, e decorrem de estruturas sociais específicas, já citadas anteriormente. Assim, trata a masculinidade e a feminilidade como “configurações de práticas de gênero” que se dão através do tempo. Para ela, gênero constitui um modo de organizar a prática social geral, e não um tipo específico de prática, que está em afinidade com outros eixos da estrutura social, tais como, raça e classe. Apesar de propor uma teoria geral sobre gênero, Connell é conhecida internacionalmente por seus estudos sobre masculinidade, em especial, o conceito de masculinidade hegemônica, que a despeito de críticas recebidas, ainda é bastante utilizado na literatura. De acordo com Connell (1997), reconhecer que classe e raça são atributos que influenciam a configuração de práticas de gênero é importante, já que denotam a existência de múltiplas masculinidades. No entanto, estas combinações não devem levar a uma tipologia, espécie de estereótipo que prediz rigidamente como é vivenciada a masculinidade das classes populares ou das classes médias. A autora assinala que é importante estudar a trama de masculinidades conforme sua posição hegemônica, cúmplice ou subordinada, que serão descritas a seguir.

O conceito hegemonia, derivado da análise de Gramsci sobre as relações de classes, no caso, refere-se à dinâmica cultural em que um grupo exige e sustenta posição de liderança na vida social, ao exaltar uma forma de masculinidade em detrimento de outras. A masculinidade hegemônica pode ser definida como configuração de prática que organiza a legitimidade do patriarcado, a garantia da posição dominante dos homens e da subordinação das mulheres, e pode corresponder à idealização do “ser homem”, ou seja, a modelos exaltados do masculino encarnados em personagens de cinema, atletas, militares, dentre outros<sup>7</sup>. A masculinidade hegemônica é historicamente móvel, ou seja, pode ser contestada e modificada, construindo-se nova hegemonia, já que as práticas de gênero são estruturadas historicamente e também contraditórias, ou seja, determinada configuração afirma-se, mas traz em seu bojo contradições, em uma relação dialética (CONNELL, 1997).

No contexto hegemônico, há ainda relações de gênero específicas de dominação e subordinação entre grupos de homens. No caso da Europa e dos EUA, trata-se da dominação de homens heterossexuais e subordinação dos homossexuais, via práticas que incluem exclusão política, violência, discriminação e boicotes. A opressão localiza as masculinidades homossexuais na posição mais baixa da hierarquia de gênero entre homens, já que na ideologia patriarcal a homossexualidade representa tudo que é simbolicamente execrado pela virilidade. No entanto, os homossexuais não são os únicos a constituírem a face subordinada desse regime, pois há homens heterossexuais expulsos do círculo de legitimidade. A questão da hegemonia liga-se ao fato de que muitos homens não cumprem o ideal normativo, o padrão em sua totalidade, o que não impede que se regalem do contexto hegemônico a partir de benefícios de poder que advêm da subordinação feminina. Assim, há relação de cumplicidade entre grupos de homens e o “projeto hegemônico”, mesmo entre aqueles que não partilham a totalidade dos atributos dominantes, mas que obtêm as mais diversas vantagens de poder em virtude da dominação masculina, pois se beneficiam e compartilham os dividendos patriarcais. Exposta esta linha de argumentação, a autora conclui que hegemonia, subordinação e cumplicidade são relações internas à ordem de gênero, que relacionadas com estruturas de classe e raça, ampliam a configuração da masculinidade, e salienta que constituem configurações de práticas cambiantes, que não assumem caráter fixo (CONNELL, 1997).

As propostas de Connell vêm sendo criticadas e modificadas por outros autores. Kimmel (1998) afirma que o ideal hegemônico de masculinidade foi criado em oposição a

---

<sup>7</sup> Ressalta-se que o recurso à autoridade, mais que a violência direta, é marca da hegemonia (CONNELL, 1997).

outros que se caracterizavam pela desvalorização da forma como essa era vivenciada. “O hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua, mas desigual em uma ordem social e econômica dividida em gênero” (p. 105). O autor defende que as masculinidades são socialmente construídas e que variam conforme a cultura, modificam-se em seu interior com o decorrer do tempo, assim como durante a trajetória do sujeito. Kimmel (1998), em consonância com Scott (1990), afirma que os gêneros são reciprocamente constituídos via relações de poder estruturadas na relação entre homens e mulheres, assim como na relação daqueles com seus pares. Para esse autor, a masculinidade, imersa em relações de poder, é frequentemente não perceptível aos homens que a vivenciam em sua qualidade hegemônica, se comparados àqueles pertencentes às posições subordinadas, já que os processos que atribuem dominância são insensíveis aos seus membros. Assim como Connell, Kimmel (1998) aponta que a masculinidade compreende um conjunto de significados e comportamentos em constante mudança, mas, por outro lado, propõe que há um modelo geral de masculinidade em cada cultura, uma versão a partir da qual as outras se baseiam.

Coles (2009) afirma que as análises sobre masculinidade privilegiam discussões estruturais, haja vista que desconsideram as estratégias que os homens utilizam em seu cotidiano para negociá-la. O pesquisador propõe, fundamentado em Connell e Bourdieu, um modelo teórico complementar ao da masculinidade hegemônica, a fim de compreender as “práticas de gênero” inscritas no cotidiano dos homens, como esses negociam masculinidades ao longo de suas vidas em uma gama de campos sociais, diante da tensão entre grupos de homens subordinados e dominantes. Coles (2009) formula, a partir de conceitos bourdieusianos, tais como *habitus*, campo e capital, o campo simbólico da masculinidade onde os homens lutam por posições de poder. Indivíduos, grupos e organizações reivindicam legitimidade de capitais específicos nesse campo e aqueles em posição dominante empenham-se em conservar seu *status*, monopolizando definições de masculinidade, o valor e a distribuição do capital, enquanto os subordinados procuram estratégias subversivas, mecanismos de mudança. Nesse campo de lutas, os agentes lançam mão dos capitais (econômico, cultural, social) que detêm. Além desses, Coles (2009) aponta o “corpo masculino” como forma de capital, dada sua centralidade na constituição da masculinidade, que deve ser relacionado com posição de classe, idade, etnia e sexualidade. O corpo (altura, compleição) é utilizado como recurso para projetar uma imagem de masculinidade, como “capital físico” nesse campo específico, por exemplo, músculos representam força e poder conforme o ideal hegemônico, assim como a juventude está associada ao vigor físico e à virilidade.

As diferentes matrizes de masculinidade são constituídas pelos fatores supracitados, em interação com variáveis como classe, idade e etnia. Por exemplo, diferenças de classe podem influenciar fortemente o que a masculinidade significa para os agentes. No entanto, as classes devem ser consideradas em relação a lutas internas no campo do masculino, conforme as premissas e valor das diversas formas de capital (COLES, 2009). Neste ponto reside a importância do conceito de *habitus* que congrega as disposições, estruturalmente incorporadas, que homens utilizam para negociar a masculinidade, o que redundará na constatação de que a proposta teórica deste autor requer conhecimento do “jogo” do *habitus*, ou seja, de suas especificidades conforme os campos de produção de bens simbólicos e materiais.

*O modus operandi do habitus* permite aos homens conceber sua masculinidade como inata, assim como considerar sua própria forma de masculinidade como única, sem questionar o que isto significa ou procurar razões para referendar suas ações. A luta por legitimidade que existe no campo da masculinidade entre formas dominantes ou subordinadas é validada pelo *habitus* e pela crença de que apenas sua própria masculinidade é “natural” e “verdadeira” [...]. A masculinidade, como estratégia inconsciente, compõe parte do *habitus* dos homens que é transponível e maleável em determinadas situações para formar disposições práticas e ações em qualquer situação (COLES, 2009, p. 39, tradução minha).

Por fim, esse autor considera que os subcampos têm seus próprios cenários de luta por capital, que por sua vez, originam distinções entre grupos dominantes e subordinados. Assim, a masculinidade hegemônica pode ser usada para descrever a forma que é considerada culturalmente dominante em um momento histórico, sendo sujeita a modificações. No entanto, este conceito deve ser complementado com outros modelos a fim de abarcar as diversas masculinidades dominantes que perpassam seu campo e subcampos, já que outras masculinidades hegemônicas devem necessariamente existir ao não se conformarem com o modelo ideal, dada dinâmica própria de dominância e subordinação dos subcampos (COLES, 2009).

De acordo com Fialho (2006), o conceito de masculinidade hegemônica apresenta impropriedades, pois redundará em um modelo binário entre masculinidade hegemônica *versus* não hegemônica, a despeito da existência de masculinidades cúmplices que não gozam do mesmo *status* da dominante e que, todavia, beneficiam-se de seus imperativos. Este pesquisador considera que o conceito de hegemonia gramsciano não traz avanços teóricos para discussão da masculinidade, já que a noção de patriarcado parece dar conta de explicar relações desiguais de poder entre gêneros. O autor indaga se as formas não hegemônicas de



masculinidade buscam ocupar posição dominante ou apenas clamam pelo reconhecimento de sua diversidade, como a militância dos gays contra a homofobia.

Todavia, sugere-se que as ideias de Coles (2009) são mais promissoras para este debate, já que Fialho (2006) reduz a luta pela posição hegemônica a um embate político, isto é, os dominados apenas almejavam ser reconhecidos enquanto detentores de “formas alternativas” de masculinidade. Connell (1995, 1996, 1997, 2005), Coles (2009) e Kimmel (1998) parecem ter abordagem mais abrangente, uma vez que supõem o embate entre grupos de homens como parte da estrutura das relações de gênero. As proposições de Coles (2009), ao incorporar os conceitos de *habitus* e campo de Bourdieu, ampliam o debate e evidenciam como a experiência da masculinidade, ao ser função do *habitus*, organiza disposições e o sentimento inconsciente de sua vivência. Coles (2009) ainda trata das lutas simbólicas ocorridas no campo da masculinidade, conforme o posicionamento dos grupos de acordo com seus capitais e signos corporais. Portanto, suas ideias enriquecem as formulações teóricas de Connell, já que perscrutam como a masculinidade é cotidianamente experimentada via disputa por suas definições, ao mesmo tempo em que é reafirmada.

Para Medrado e Lyra (2008), a divisão da masculinidade em formas hegemônicas e subordinadas pressupõe a lógica binária, sendo que o masculino é constituído de modo complexo, isto é, suas diversas configurações interagem, de maneira que não se pode conceber uma masculinidade unitária ou dicotômica. Com base nestas discussões sobre masculinidade hegemônica, apresentam-se as formulações recentes de Connell e Messerschmidt (2005), que realizaram revisão da literatura a respeito, a partir da análise das áreas em que o conceito foi utilizado, assim como das críticas a ele endereçadas. O estudo das múltiplas masculinidades e do conceito em questão serviu de referência para o desenvolvimento de pesquisas sobre homem e masculinidade, e substituiu discussões sobre o papel sexual do homem e modelos categóricos de patriarcado. Pesquisas internacionais confirmaram a suposição de que a ordem de gênero constrói diversas masculinidades, que são objeto de mudança ao longo do tempo (CONNELL; MESSERSCHIMDT, 2005).

De acordo com os autores supracitados, a noção de masculinidade hegemônica é ainda extremamente útil em investigações sobre masculino; no entanto, consideram alguns ajustes necessários. Por exemplo, refutam a tendência inicial de seus estudos que separavam masculinidade e feminilidade como gêneros estanques, ao desconsiderarem a proposta de que esses são construídos via reciprocidade, conforme formularam Scott (1990) e Louro (1996, 1997). Mulheres são centrais em muitos processos de construção das masculinidades, como mães, colegas de escola, namoradas, parceiras sexuais, esposas, dentre outras, assim, deve-se

dar atenção para práticas femininas e sua interação histórica com a feminilidade/masculinidade. A compreensão da masculinidade hegemônica exige abordagem holística sobre a hierarquia de gênero, o reconhecimento da ação de grupos subordinados assim como de dominantes e seu condicionamento mútuo nas dinâmicas de gênero, dentre outras. Por fim, Connell e Messerschmidt (2005) dão relevo à dimensão emocional da masculinidade, e assinalam a contradição interna das práticas que a constroem, como se nota a seguir.

Algumas práticas não podem ser interpretadas como simples expressão de uma masculinidade única. Elas podem, por exemplo, representar formações de compromisso entre desejos e emoções contraditórias, ou resultar de cálculos incertos sobre os custos e benefícios de diferentes estratégias de gênero [...]. Masculinidades hegemônicas são suscetíveis para o envolvimento de padrões específicos de divisão interna e conflito emocional, precisamente em função de sua associação com poder e gênero (CONNELL; MESSERSCHIMDT, 2005, p. 852, tradução minha).

No Brasil, Oliveira (2004) investigou teoricamente o tema da masculinidade, a partir de ampla revisão bibliográfica sobre gênero e temas afins. Inspirado nas considerações de Bourdieu, o autor expõe que:

A masculinidade, na qualidade de lugar simbólico de sentido estruturante, impõe aos agentes masculinos uma série de comportamentos e atitudes imbricados como valores tradicionais capazes de manter uma taxa de conversibilidade entre ela e o poder simbólico, de tal forma que permita aos homens reatualizar todas aquelas qualidades típicas de quem é digno, segundo esses valores, de possuir as prerrogativas de poder frente às mulheres e aos outros homens que não estão à altura de cumprir suas exigências e provar sua competência enquanto reprodutores do regime de gênero mediante a adoção dos comportamentos qualificados como tipicamente masculinos. Esses valores se apresentam como ideal cultural, ainda que de modo difuso e diferenciado, nas diferentes camadas sociais, através de instituições e apoios de toda ordem (OLIVEIRA, 2004, p. 195-196).

Como se nota, o autor apoia-se nas ideias de Bourdieu e Connell para definir masculinidade. Também considera sua dimensão relacional, assim como a importância da honra, atestada pelo grupo de homens, para a constituição do ideal dominante de masculinidade e de outras expressões deste gênero, em uma ordem que se espalha por instituições e camadas sociais. Oliveira (2004) aponta que o inconsciente sexuado, tal qual exposto por Bourdieu, exerce grande influência na manutenção do regime de gênero, em que a dominação masculina impõe-se na constituição dos gêneros e no exercício de privilégios

patriarcais. Segundo Bourdieu (2007b), o inconsciente sexuado governa as relações sexuais e as relações entre os sexos, é constituído por estruturas históricas, relacionadas às experiências dos agentes no espaço social. Essa força opera nos corpos e esquemas de percepção por meio de oposições (dominante/dominado; acima/abaixo; ativo/passivo), a partir das quais se pode compreender a homologia das posições masculinas e femininas nos espaços sociais. Nas palavras de Oliveira (2004, p. 199): “a existência de um inconsciente sexuado, tal como sugere Bourdieu, é a garantia de que a masculinidade, na qualidade de valor social continuamente cultivado e reiterado, resista a muitas das transformações em curso na sociedade contemporânea”. Por outro lado, com base nas críticas de Corrêa (1999) à noção de inconsciente sexuado de Bourdieu, esse conceito deve ser empregado com cautela e de forma contextual, ou seja, fundamentado na história e no conjunto das desigualdades de poder que regem as relações de gênero de determinada sociedade, o que evita generalizações universais e esquemáticas a respeito do tema.

Por sua vez, de acordo com Oliveira (2004), a ideia de crise da masculinidade, de descontentamento em relação aos padrões tradicionais de sua vivência por parte dos homens, que remete à problemática das classes ou camadas sociais, é mais frequente entre homens pertencentes às camadas médias e altas, mais abertas ao discurso modernizador, portanto, não se pode generalizar uma situação de insatisfação quanto ao exercício da masculinidade. Ou seja, diante da constatação de que há críticas ao padrão masculino tradicional, deve-se avaliar sua forma e seu alcance segundo os segmentos sociais. Desse modo, se no discurso de homens pertencentes às camadas médias reiteram-se vivências de crise e insatisfação, percebe-se nas camadas populares a adesão a valores tradicionais, que podem se traduzir no “orgulho de ser homem”, elemento dotado de positividade, e na aceitação dos fardos da masculinidade (“papel” de provedor e demais responsabilidades atribuídas ao homem), como inerentes ao próprio gênero. Assim, entre os homens das camadas populares insatisfações e crises poderão advir diante da incapacidade de cumprirem responsabilidades a eles atribuídas (OLIVEIRA, 2004).

Monteiro (2008) apresenta uma visão mais ampla do que se entende por “crise da masculinidade”, que “pode ser compreendido como crise de um parâmetro único e estável para definir a dualidade homem/mulher [...], antes pensada como fixa e ancorada em características biológicas imutáveis (pois pertencentes ao âmbito do natural), é constantemente questionada por movimentos sociais contemporâneos” (MONTEIRO, 2008, p. 113). Assim, não apenas a luta política (feminista e homossexual), como também a cultura de consumo expande as referências do que é ser homem, colocando ao alcance do “sujeito-

consumidor” um leque de escolhas no contexto urbano-capitalista. O estilo de vida tende a constituir a premente necessidade de “composição e recomposição” constante do eu, o que perpassa a própria dimensão física do corpo (MONTEIRO, 2008).

O argumento acima é útil, pois aponta que a cultura modernizadora está ao alcance das diferentes camadas sociais, no entanto, a forma como seus elementos serão apreendidos e incorporados adquire especificidades conforme o estilo de vida do grupo, ou seja, de acordo com suas práticas e modos de apreensão, calcadas em condições estruturais de existência. Segundo Oliveira (2004, p. 204), “as possibilidades, oportunidades e opções disponíveis de inserção social por meio das atividades profissionais típicas dos diversos segmentos sociais” devem ser consideradas para análise das diversas formas de experiências masculinas. Entre as camadas populares, a possibilidade de inserção profissional é mais reduzida, se comparadas às camadas médias, o que pode prejudicar o exercício do “papel” de provedor, típica função delegada aos homens. O exercício da masculinidade seria capaz de prover identidade e apoio e redundaria em sua inserção social por meio de condutas prescritas, além de prestarem-se como signo de distinção, de honra. Tal ideia possibilita, em parte, compreender a adesão destes segmentos a valores tradicionais no que tange à masculinidade, que se traduzem, por exemplo, na ênfase a atributos masculinos por excelência. Destaca-se também a importância de espaços socializadores, tais como associações (clubes de luta, grupos religiosos ortodoxos), corporações (esportivas, militares), dentre outros, capazes de agenciar a difusão de normas e vivências interativas tradicionais. Por outro lado, salienta-se que a valorização da masculinidade espraia-se, de modo variável, por todos os segmentos sociais, não sendo exclusiva das camadas populares, visto que apresenta matizes de acordo com a inserção social do agente e variáveis como idade, religião, região de origem, categoria profissional, dentre outras. Nota-se adesão a condutas “hipermasculinas” entre gangues de jovens das camadas médias, da elite agrária, militares do alto escalão, dentre outros grupos (OLIVEIRA, 2004). Percebe-se, então, a força de determinada ordem masculina e sua difusão pelo inconsciente sexuado e por agências socializadoras, que levam à composição de dinâmicas específicas conforme camada social e demais variáveis citadas.

Os desafios à virilidade entre pares exigem que o homem aja muitas vezes com agressividade causando danos a outrem, o que configura, conforme Badinter (1993), a virilidade perigosa. Essa disposição para comportamentos que expressam a virilidade perigosa, as bravatas masculinas, com consequências negativas para os jovens, foi documentada em algumas pesquisas.

Dados coligidos em 2002 e 2003 sobre a epidemiologia da morbidade e mortalidade na população brasileira revelam que as taxas de homicídios entre os adolescentes e adultos jovens, entre 15 e 29 anos, são sensivelmente mais altas se comparadas à população total do país. Nesse grupo essa taxa é 1,5 maior; entre os 20 e 24 anos é 2,5 mais elevada, e entre o grupo que tem 25 a 29 anos, a taxa é 2,1 mais alta. As taxas de morbidade são também mais elevadas entre homens jovens (SOUZA; LIMA, 2006). Para as autoras do trabalho, as causas desse fenômeno são várias e intercambiáveis, destacam-se as consequências do crime organizado, do tráfico e uso de drogas, fenômenos que compreendem a complexa relação entre gênero, juventude e violência. Nesse sentido, a condição masculina torna os homens, particularmente, os jovens de camadas populares mais expostos a mortes violentas.

Dados mais recentes coligidos por Paiva et al. (2009), a partir de registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS), evidenciam que entre 2003-2005, na faixa etária 15-29 anos, a mortalidade entre homens é significativamente maior se comparada às mulheres. No período assinalado, a taxa de mortalidade média relativa a jovens do sexo masculino marcou 261,80 por 100 mil, já entre as mulheres constituiu 58,43 por 100 mil. Conforme os autores, a causa da diferença reside na violência que leva a uma sobremortalidade no grupo de adultos jovens. Neste mesmo período e faixa etária, vieram a óbito 60 mil jovens do sexo masculino, sendo que 78% delas decorreram de causas externas, que incluem, sobretudo homicídios e acidentes de trânsito. Há ainda diferenças sensíveis em coortes por cor/raça, entre os jovens brancos de 18 a 24 anos, a taxa de mortalidade foi da ordem de 204,58/100 mil jovens de mesma cor, contra 325,04/100 mil jovens pretos, o que leva os autores a afirmar que as causas externas redundam proporcionalmente na morte dos mais jovens pretos e pardos que brancos do sexo masculino.

No que tange à literatura sociológica brasileira a respeito das diferenças de gênero na juventude, Weller (2005a) afirma que há poucos estudos na área que se dedicam às jovens pertencentes ao sexo feminino, que têm se debruçado, sobretudo, à análise da perspectiva masculina em grupos específicos (galeras, gangues, movimento *hip hop*). Mesmo em estudos internacionais, a juventude, em geral, é vista como um “todo”, não sendo realizadas distinções entre jovens pertencentes ao sexo masculino e feminino. Em outro trabalho, Weller (2005b) evidencia como os estudos comumente não tratam com devido rigor da categoria gênero em relação à temática da juventude, pois centram a análise em grupos desviantes, em geral, constituídos por homens, de maneira que a presença de mulheres em culturas juvenis permanece esmaecida.

Tal constatação é corroborada por Elizalde (2006), que se dedicou à análise da literatura sobre o tema, marcada pelo que alinha como “androcentrismo inferencial”, por omitir no plano empírico o modo como gênero e sexualidade constituem as identidades e práticas juvenis. Categorias como classe e idade têm sido comumente empregadas nas pesquisas sobre juventude, assim como têm constituído o elemento fundamental para explicar as condições de vida dos jovens (trabalho, organização familiar, moradia, educação, saúde) e sua ligação com elaborações simbólicas (opções políticas, religiosas, sexuais, diferentes modalidades de identificação subjetiva, *status*). (ELIZALDE, 2006)

Entendida não apenas como localização dos sujeitos na estrutura social e econômica e sua situação como proprietário ou expropriado dos meios de produção, *classe* passou rapidamente a ser pensada – neste campo de estudos – como chave de leitura e interpretação dos processos de construção da hegemonia que têm lugar em e a partir de uma multiplicidade de práticas, discursos e valores associados aos/às jovens e ao juvenil (ELIZALDE, 2006, p. 94-95, grifo da autora, tradução minha).

A pesquisadora aponta que os trabalhos que se dedicaram à investigação da relação gênero-juventude fizeram-no a partir de um desvio analítico, em que esta categoria foi invocada como diferença sexual, ou muitas vezes ignorada como dimensão relevante, podendo constituir mero registro demográfico. Desse modo, o “androcentrismo” constatado por Elizalde (2006) implica a tendência em tratar os homens como sujeitos de referência para o termo “juventude”. A autora justifica suas afirmações a partir das seguintes evidências: (a) as mulheres “permanecem invisíveis” como produtoras de práticas e sentidos específicos para juventude, sendo aglomeradas na categoria hegemônica “juvenil-masculino”, já que a sociologia dedica-se sobremaneira ao estudo da sociabilidade pública juvenil, em que elas ocupam posição marginal; (b) já quando as jovens são objeto de pesquisa sociológica, consideram-se, sobretudo, as dimensões culturais do corpo biológico, por exemplo, estudos sobre a saúde sexual e reprodutiva (vida sexual, reprodução), ou a respeito do par saúde-doença (bulimia, anorexia, HIV, dentre outras). A categoria gênero é então tratada como critério descritivo de diferenças evidentes entre homens e mulheres. Como consequência ideológica, tais posicionamentos teóricos passam a justificar o androcentrismo e suas inferências naturalizadoras, já que as diferenças entre homens e mulheres são tratadas como atributos dos sujeitos, constatações da realidade, de maneira que gênero é estabelecido como padrão binário de diferenças constantes (ELIZALDE, 2006).

Ainda de acordo com essa pesquisadora, a sociologia da juventude teve como mérito possibilitar a superação do caráter biológico/etário do conceito, assim como do reducionismo que negava a diversidade de dimensões intervenientes na construção identitária do jovem. Desse modo, atualmente, esta abordagem questiona a ideia de transição direta de uma “etapa etária” a outra, ao evidenciar a variação identitária, sociocultural, política, econômica, que influencia sua conceituação em dado momento histórico e social, o que implica o reconhecimento de que o termo comporta diversos significados. No entanto, tal definição muitas vezes não possibilita, no plano empírico, a compreensão da maneira como gênero e sexualidade constituem a identidade e as práticas juvenis. Elizalde (2006) propõe que a sociologia da juventude volte-se para a análise das condições de produção da diferença de gênero e sua relação com outros atributos, e o modo como é restringida ou transformada nos discursos públicos e institucionais. Trata-se de interrogar como as instituições, discursos e práticas dão forma às normatividades e definem maneiras “apropriadas” e “inapropriadas” de ser jovem do sexo feminino ou masculino no contexto atual.

A partir das formulações apresentadas sobre o conceito de gênero e masculinidade, discute-se sua imbricação com os estudos sobre família, em particular daquelas pertencentes às camadas populares.

## **2.8 Análise antropológica da família e das relações de gênero**

No âmbito da análise antropológica da família em sua articulação com relações de gênero, no caso das camadas populares, os estudos brasileiros sobre a imbricação dessas temáticas<sup>8</sup> têm sido tradicionalmente discutidos à luz do padrão hierárquico de organização familiar. De acordo com Sarti (2003), essas famílias mostram-se mais arraigadas a códigos tradicionais, em que seus membros situam-se hierarquicamente em relação ao outro. Dessa maneira, o homem coloca-se na obrigação de ser o provedor principal, o representante da honra familiar no domínio público, enquanto à mulher caberia cuidar dos filhos e da casa. A virilidade seria condição pública de que o homem é capaz de prover o lar, o que constitui elemento essencial inclusive para o estabelecimento dos relacionamentos afetivo-sexuais (LEAL; BOFF, 1996).

---

<sup>8</sup> Para uma revisão consistente sobre a relação entre os estudos feministas e de parentesco, sobretudo na literatura britânica e norte-americana, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, consulte Fonseca (2003).

Tal proposição é problematizada por Salem (2006), para quem os estudos antropológicos brasileiros sobre as camadas populares afirmam que nelas a sexualidade é uma expressão moral, calcada nas relações familiares e nas redes sociais, ao contrário do que ocorre nas camadas médias, em que o âmbito da sexualidade é constituinte primordial da identidade de seus membros. Tais pesquisas também defendem que as relações sociais nos grupos populares são marcadas pelo binômio dentro (feminino) x fora (masculino), diferenças “que imprimem um caráter legitimamente hierárquico à relação entre gêneros, [tornando-os] verdadeiramente complementares” (SALEM, 2006, p. 420). Segundo a autora, esse paradigma está sendo revisto, a partir das discussões que colocam as relações de gênero nas camadas populares não apenas como complementares, mas também marcadas por tensões, além de apontar a importância da sexualidade e de sua expressão viril na identidade dos homens. Não deixando de afirmar que as relações de gênero entre homens e mulheres pertencentes às camadas populares são marcadas pelo modelo hierárquico, a autora questiona se a reciprocidade seria constitutiva de ambos, já que a socialização masculina exige rompimento com o universo doméstico, a partir do final da infância e início da adolescência, levando à individuação do homem, isto é, a maior autonomia e independência em relação a casa, o que se reflete nas relações conjugais e familiares. Estas ideias são confirmadas por Leal e Boff (1996, p. 133):

Parece-nos que o *ethos* do espaço social “rua”, elemento constituidor da identidade masculina, encompassado pela sociedade maior, aciona uma maior individuação [...] na pessoa masculina, em oposição a uma visão mais holista. É condição do exercício da masculinidade o rompimento com a família (ascendente) e com o próprio *peer group* [...]. O que está em jogo, porém, é a capacidade individual e diferenciadora que o faz melhor que os iguais (outros homens) e não, talvez, o valor família *per si*.

A partir desses argumentos, convém explicitar resumidamente as ideias de Salem (2006) a respeito da constituição da masculinidade e da feminilidade entre as camadas populares. Para ela, a construção da masculinidade e feminilidade se dá por meio de relações de reciprocidade e disjunção/tensões, devendo-se notar o caráter reflexivo de sua argumentação, pois ao discorrer sobre a socialização masculina, Salem (2006) recorrerá a aspectos da socialização feminina, na linha do que Scott (1990) propôs: masculino e feminino seriam esferas que se diferenciam e se complementam relacionalmente.

Assim, a socialização do menino é marcada pelo rompimento em relação à unidade doméstica, o que não significa desconsideração pelos familiares, já que cabe ao homem o



“desempenho de uma obrigação moral”: representar a família no universo público, da rua. Já a socialização feminina dá-se *na casa e para casa*, seja pelo maior controle familiar seja pelas responsabilidades relativas ao cuidado com o espaço doméstico e com os irmãos menores, cabendo à mulher a atenção e estima pelo universo privado, das relações. Salem (2006) sintetiza esta constatação na equação: vínculo (mulher) x circulação (homem), polos que se complementam, já que ambos expressam funções de grande importância para reprodução social da família.

Por outro lado, ainda de acordo a autora supracitada, a socialização diferencial dos gêneros, redundando também em valores diversos no âmbito conjugal. Enquanto a mulher está comprometida a urdir laços fortes com seu parceiro (namorado, marido), o homem teria tendência a circular, a enredar vínculo tênue com sua parceira e a envolver-se sexualmente com outras mulheres, situação que parece ser consentida por ambos os parceiros, e constitui manifestação de virilidade diante de seus iguais. A vocação masculina para a circulação seria radicalizada pela posição de classe, já que os homens sentem-se premidos pela ameaça ou vivência do desemprego, além dos baixos rendimentos por eles auferidos, que dificultam a realização do papel de “homem provedor”, incitando-os a desvencilharem-se de vínculos regulares. “É possível ademais que, diante de seu ‘fracasso’ como trabalhador e provedor, ele seja instigado, como uma espécie de mecanismo compensatório, a estabelecer uma equivalência entre a masculinidade e a virilidade propriamente física; a sexualidade seria, assim, o lugar simbólico de afirmação de sua masculinidade” (SALEM, 2006, p. 431).

Às proposições apresentadas acima se somam as contribuições de Carsten (2004) a respeito, haja vista que a referida autora defende que colocar o gênero no contexto das relações de parentesco implica em uma abordagem relacional e dinâmica para tais conceitos, que caso contrário tendem a permanecer presos em um corpo estático e abstrato de oposições. Para ela, a separação das categorias “sexo” e “gênero”, embora aparentemente útil, acaba por reificá-las, e restringe a discussão do segundo a uma busca teleológica de causas primárias, ao passo que discutir a imbricação desses conceitos é um modo de manter a biologia como algo que os antropólogos devem estudar. Portanto, é preciso compreender gênero a partir do vasto contexto de práticas e noções de parentesco, pois em seu sentido amplo, o parentesco corresponde ao modo como as pessoas concebem diferenças e similaridades a respeito de si mesmas e dos outros, que entre homens e mulheres estão inextricavelmente relacionadas a outras formas de parentesco, ressaltando-se que nem gênero tampouco o parentesco são categorias *per se*, que podem ser isoladas de forma simples, tal qual marcadores como raça e classe.



### **3. OBJETIVOS**

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como jovens do sexo masculino constituem suas identidades, subjetividade e masculinidade a partir das relações de sociabilidade vividas na família e no grupo de pares. Para isso, foram descritas e analisadas normas, códigos de conduta, representações de gênero e formas de sociabilidade que vigoram em cada uma dessas esferas.



## 4. METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO

### 4.1 Participantes

Foram entrevistados nove jovens, solteiros, do sexo masculino, com idade entre 17 e 23 anos, pertencentes às camadas populares, cujas características são descritas a seguir. Todos moram em bairros da periferia de Ribeirão Preto-SP, exceto Arthur que reside entre a região mais pobre de um bairro de classe média e um bairro da periferia.

*Álvaro* - 20 anos, completou o ensino fundamental, trabalha no escritório de uma transportadora, renda mensal R\$ 575,00, mais benefícios, que incluem cesta básica e passe para ônibus urbano, vínculo de trabalho informal. Reside com a mãe, 41 anos, que cursou magistério e atualmente faz curso para cabeleireiro e estagia como tal; avó materna, 61 anos, cursou magistério, dona de casa e primo, 21-22 anos – não soube precisar a idade –, cursa Letras, é professor de inglês. Reside no bairro “A” da zona norte da cidade.

*Arthur* - 18 anos, estudante do 3º ano do ensino médio em uma escola pública, é estagiário-monitor de informática no Programa Ribeirão Jovem, pelo qual recebe bolsa mensal no valor de R\$ 310,00. Reside com a mãe, 43 anos, estudante de Pedagogia e estagiária em uma escola de educação infantil; avô materno, 74 anos, não completou o ensino fundamental, aposentado e avó materna, 64 anos, completou ensino fundamental, servente de órgão público. Reside no bairro “B” na zona sul da cidade.

*Daniel* - 21 anos, cursa Ciências Contábeis em uma universidade particular, trabalha como assistente administrativo, renda mensal não informada, vínculo de trabalho formal. Reside com o pai, 46 anos, padeiro, escolaridade não informada; mãe, 42 anos, trabalhadora doméstica/diarista, escolaridade não informada e irmão, 17 anos, matriculado no ensino médio, não exerce atividade remunerada. Reside no Jardim Azul, zona oeste da cidade.

*Fábio* - 22 anos, completou ensino médio, vendedor, vínculo de trabalho informal. Reside com sua mãe, de aproximadamente 40 anos – não soube precisar idade –, ensino médio completo, supletivo, dona de casa; pai, 55 anos, graduado em Direito, proprietário de

escritório de advocacia; dois irmãos, um de 25 anos, cursa Direito em instituição privada, trabalha no escritório do pai; outro de 20 anos, faz curso técnico em Açúcar e Alcool, trabalha em usina de cana de açúcar e uma irmã 24 anos, cursa Direito em instituição privada, trabalha no escritório do pai. Reside no bairro “C”, zona oeste da cidade.

*Joaquim* - 19 anos, completou o ensino médio, supletivo, trabalha como ajudante de padeiro em uma fábrica, renda mensal R\$ 600,00, vínculo de trabalho formal. Reside com a mãe, 36 anos, dona de casa, manicure, escolaridade não informada, renda entre R\$ 200,00 - R\$ 300,00; padrasto, 38 anos, ocupa-se eventualmente como pedreiro, escolaridade não informada e irmão, 13 anos, matriculado no ensino fundamental. Reside no Jardim Azul, zona oeste da cidade.

*Márcio* - 19 anos, não completou o segundo ciclo do ensino fundamental, renda mensal R\$ 640,00, mais benefícios, que incluem cesta básica e passe para ônibus urbano, vínculo de trabalho formal. Reside com a mãe, 40 anos, completou ensino fundamental, é agente comunitária de saúde; padrasto, 36-37 anos – não soube precisar a idade –, completou ensino fundamental, pedreiro. Reside no Jardim Azul, zona oeste da cidade.

*Olavo* - 17 anos, completou ensino médio, trabalha em assistência técnica de celulares, renda mensal em torno de R\$ 850,00, vínculo de trabalho formal. Reside com o pai, 46 anos, zelador, escolaridade ensino fundamental incompleto, renda R\$ 850,00; mãe, 36 anos, trabalhadora doméstica/diarista, escolaridade ensino fundamental incompleto, renda R\$ 750,00; irmão, 14 anos, matriculado no ensino médio, é aprendiz do Programa Fundação de Educação para o Trabalho pelo qual recebe R\$ 600,00 e irmã, 7 anos, matriculada no ensino fundamental. Reside no Jardim Azul, zona oeste da cidade.

*Ricardo* - 23 anos, completou ensino médio, é estagiário no Programa Ribeirão Jovem, responsável por conserto de computadores, pelo qual recebe bolsa mensal no valor de R\$ 580,00. Reside com a mãe, 63 anos, completou ensino fundamental, aposentada de órgão público onde trabalhava como servente, atualmente é trabalhadora doméstica/cuidadora de uma senhora enferma, e sobrinha, 18 anos, completou ensino médio, desempregada. Reside no Bairro “D”, zona norte da cidade.

*Rubens* - 18 anos, matriculado no ensino médio, estagiário (monitor) em uma escola de ensino fundamental, pelo qual recebe bolsa mensal no valor de R\$ 367,00. Reside com a mãe, não soube informar idade (aproximadamente 32 anos), agente comunitária de saúde, renda R\$ 540,00, faz “bicos” como quituteira; pai, 40 anos, ajudante de motorista, escolaridade ensino fundamental completo, renda entre R\$ 800,00 - R\$ 1.000,00; irmão, 10 anos, matriculado no ensino fundamental e irmã, 7 anos, matriculada no ensino fundamental. Reside no Jardim Azul, zona oeste da cidade.

## **4.2 Procedimento**

Inicialmente o projeto e o roteiro de entrevista foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), vinculado ao Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos - Ministério da Saúde, a fim de que fossem avaliados. Tendo sido aprovado pelo referido Comitê, protocolado sob número 042/2009-25/6/2009, deu-se início à coleta de dados.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas gravadas e transcritas, registradas em gravador em fitas K-7 e MP3. O pesquisador dispunha de um roteiro de entrevista (ANEXO A) previamente elaborado, que por ser semiestruturado, possibilitava que outras perguntas fossem formuladas quando necessário. As entrevistas foram realizadas entre abril de 2010 e março de 2011.

O roteiro de entrevista, elaborado a partir dos diversos aspectos que a pesquisa pretendia examinar, foi submetido a pré-teste e efetuou-se entrevista-piloto com o primeiro participante contatado, a fim de avaliar a adequação do roteiro e a formulação das perguntas apresentadas. Como essa entrevista trouxe resultados interessantes para a pesquisa, optou-se por utilizá-la na análise dos dados. Ao longo das primeiras entrevistas, observou-se a necessidade de aprofundamento em alguns dos temas propostos e a reformulação de algumas das perguntas que geraram confusão ou não estavam claras. Entretanto, mesmo com essas modificações, não houve a necessidade de descartar as entrevistas iniciais, uma vez que os temas do roteiro foram abordados de modo similar entre os participantes.

As entrevistas foram transcritas conforme a linguagem empregada pelos participantes; dessa forma, os excertos preservam o padrão coloquial do uso da língua. Considera-se que a quantidade de entrevistas realizadas é suficiente, diante de conteúdos que se repetiram ao longo da fala de cada participante, levando-se em conta o critério de saturação e a modalidade de análise qualitativa empregada na pesquisa.

Além das entrevistas, foi realizada também a observação de formas de sociabilidade de jovens no espaço público de uma praça<sup>9</sup> localizada na região central de Ribeirão Preto-SP. Por meio de alguns recursos originários da técnica da observação participante foi travado contato semanal com um grupo de jovens que frequentava essa Praça no período noturno. Via contato com Ricardo, posteriormente entrevistado, estabeleceu-se contato com um grupo de jovens que frequentava semanalmente este local, e assim foi possível observar as formas de conduta e as conversas entre eles no período entre maio e julho de 2010. As observações foram registradas em diário de campo e os dados referentes serão apresentados ao longo da análise.

Além disso, foram realizadas observações cuja técnica foi aplicada da seguinte maneira: o pesquisador circulou pelo Jardim Azul, bairro de periferia localizado na zona oeste de Ribeirão Preto-SP, a fim de conhecer com maior profundidade o contexto de vida dos entrevistados ali residentes, para tal, observou a estrutura física do bairro e as formas de sociabilidade travadas por seus moradores. Desse modo, o pesquisador circulou pelo bairro observando os equipamentos públicos presentes, sua estrutura, além de registrar a perambulação de seus moradores, nos finais de tarde durante os dias da semana e nos finais de semana, entre setembro de 2010 e fevereiro de 2011.

### **4.3 Trabalho de campo**

Para realização das entrevistas, foi feito contato com duas instituições públicas de Ribeirão Preto. Inicialmente procurou-se o Programa Ribeirão Jovem da Prefeitura Municipal, que objetiva oferecer serviços de referência, atenção, encaminhamento, capacitação, informação e empregabilidade a jovens entre 16 e 28 anos, residentes na cidade (PROGRAMA RIBEIRÃO JOVEM, 2010). O programa é geralmente procurado por jovens

---

<sup>9</sup> Para não identificar a praça onde foi realizada a observação, ela será indicada no decorrer do texto como Praça, com inicial maiúscula.



pertencentes às camadas populares não apenas para realização de cursos, por exemplo, de informática, como também para colocação no mercado de trabalho ou obtenção de estágios. A partir do contato com a diretoria do serviço em questão, foram apresentados dois jovens Arthur e Ricardo, que a seguir foram entrevistados, o primeiro em sua residência, o segundo em seu então local de estágio, no caso, o Programa Ribeirão Jovem.

A seguir, foi feito contato com a Unidade Básica de Saúde do Jardim Azul<sup>10</sup>, bairro localizado na zona oeste, na periferia de Ribeirão Preto. O contato com essa unidade de saúde foi facilitado pelo fato de que estagiários do 4º e 5º ano do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, à época, realizavam estágio no local, e assim, foi possível ter acesso à direção do serviço. Tal qual no Programa Ribeirão Jovem, o projeto de pesquisa e as intenções foram expostos ao gerente da unidade de saúde, que autorizou a pesquisa e fez contato com as agentes comunitárias de saúde que ali trabalham com as quais se obteve indicação de entrevistados.

Quanto às entrevistas restantes, uma foi realizada por meio de contato em outro bairro, na zona oeste, também na periferia da cidade, que será designado como Bairro “C”, e redundou na participação de Fábio. Já o contato com Álvaro deu-se por meio da rede de relações de Ricardo, também entrevistado, salientando-se que ambos frequentavam a Praça em que foi realizada observação do grupo de jovens, conforme descrito acima.

O contato inicial com a maioria dos participantes deu-se presencialmente, ocasião em foi exposta a formação do pesquisador e os objetivos da pesquisa, salientando as diretrizes éticas norteadoras do trabalho conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, relativas ao tratamento ético em pesquisa com seres humanos, que consistiam em afirmar que se tratava de participação voluntária, garantia de sigilo quanto à identidade do entrevistado, além de seu direito de recusa a responder qualquer pergunta que lhe fosse feita e de interromper a entrevista, caso quisesse. Foi esclarecido também que os dados coletados seriam utilizados apenas para fins acadêmicos e que a entrevista seria áudio gravada. Após anuência do participante, foi agendada data e local para realização da entrevista, conforme sua disponibilidade. Cabe salientar que coube ao participante escolher o local onde se sentiria mais à vontade para ser entrevistado, sendo que cinco, Arthur, Daniel, Fábio, Márcio e Rubens preferiram suas casas, Joaquim sentiu-se mais à vontade em ser entrevistado na calçada da casa vizinha a sua, junto à sombra de uma árvore. Ricardo preferiu

---

<sup>10</sup> Os nomes dos bairros mencionados foram trocados por designações fictícias que serão utilizadas no decorrer do trabalho, a fim de garantir anonimato em relação à identidade dos participantes envolvidos.

seu local de trabalho e Álvaro uma sorveteria, próxima à Praça que ele e seus amigos costumavam frequentar, na qual foi realizada a observação do grupo de jovens. Olavo preferiu ser entrevistado em uma praça próxima a seu local de trabalho.

Na ocasião da entrevista, solicitou-se que os participantes lessem e, caso concordassem com seu conteúdo, assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B, ANEXO C). As entrevistas, baseadas em roteiro semiestruturado, foram áudio gravadas e depois transcritas. Ademais, anotou-se em diário de campo informações sobre o contato inicial com os participantes, além de impressões sobre a situação de entrevista e os momentos anteriores e posteriores a sua realização. Para preservar o anonimato dos sujeitos, os nomes mencionados no trabalho são fictícios, assim como de quaisquer pessoas que eventualmente foram citadas por eles.

#### **4.4 A análise dos dados**

Como se trata de pesquisa de caráter qualitativo, cuja conceituação, a rigor, contempla estudos de diversas linhas teóricas, este trabalho circunscreve o campo da Antropologia, Sociologia e da Psicologia. De acordo com Deslandes e Assis (2002), as pesquisas qualitativas caracterizam-se por perscrutar o universo de significações que os sujeitos atribuem aos fatos, relações, práticas e fenômenos sociais, interpretando-as, a partir da pressuposição de que o conhecimento é fruto da interação dinâmica entre pesquisador e objeto, na confluência de suas subjetividades.

Os dados coletados por meio das entrevistas e das observações foram analisados qualitativamente e categorizados conforme a temática e de acordo com o referencial teórico abordado na “Introdução” deste trabalho, com o propósito de apreender de que maneira as formas de sociabilidade na família e no grupo de pares contribuem para a constituição da identidade, da subjetividade e da masculinidade de jovens pertencentes às camadas populares.

## 5. O BAIRRO, OS JOVENS E SUAS FAMÍLIAS

*A gente vai contra a corrente  
Até não poder resistir  
Na volta do barco é que sente  
O quanto deixou de cumprir  
Faz tempo que a gente cultiva  
A mais linda roseira que há  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega a roseira pra lá*

*Roda viva - Chico Buarque*

### 5.1 O Jardim Azul e seus moradores

A maioria dos jovens reside no Jardim Azul, bairro da periferia de Ribeirão Preto. Trata-se de loteamento relativamente recente, cuja ocupação ocorreu no início da década de 2000, a partir de iniciativa da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Governo do estado de São Paulo e que paulatinamente foi se expandindo.

O bairro conta com vias pavimentadas, iluminação pública, saneamento básico, uma creche recém-construída, uma escola de ensino fundamental e outra de ensino médio, uma Unidade Básica de Saúde, uma grande área cercada, em cujo centro há um lago, que futuramente será um parque, conforme placa afixada pela Prefeitura Municipal e equipamentos urbanos como duas quadras de futebol, cujo estado de conservação é precário, a despeito da iniciativa de Alberto, presidente da Associação de Moradores do local, de tentar recuperá-las. Além disso, há bares, muitos deles localizados na garagem das casas dos moradores, nos quais os homens adultos sentam-se, bebem cerveja, ouvem música e assistem a jogos esportivos nos finais de semana e finais de tarde. O bairro também dispõe de dois supermercados, uma farmácia, um açougue, padaria, além de papelaria, todos estabelecimentos pequenos, exceto os supermercados, embora não integrem as grandes cadeias desse tipo de estabelecimento.

No final da tarde e nos finais de semana, era comum ver crianças e pré-adolescentes jogando futebol nas quadras, além da circulação de alguns jovens com motocicletas, que

parecem dirigir pelo bairro para fins recreativos, realizando manobras arriscadas em alguns momentos, expressão da virilidade perigosa. Durante o dia, notava-se alguns jovens circulando pelo bairro, trajando bermudas *taktel* coloridas, boné, camiseta. De acordo com determinados entrevistados e alguns moradores, incluindo as agentes de saúde, trata-se de rapazes que comercializam entorpecentes e permanecem a todo tempo na rua dedicando-se a tal atividade. Ao percorrer o bairro, por duas vezes pôde-se observar dois jovens consumindo maconha e em diversas outras ocasiões também foi notada a presença de jovens que ali estão para comercializar entorpecentes. Não houve contato com eles, de maneira que o conhecimento a respeito é limitado e se pauta nos comentários dos interlocutores. No entanto, a delinquência juvenil é objeto de preocupação de familiares, moradores e dos próprios entrevistados, além das agentes de saúde.

## 5.2 Organização e sociabilidade familiar

No que tange à organização familiar dos participantes, nota-se que as famílias de Fábio, Daniel, Olavo e Rubens compõem-se nuclearmente, duas famílias, as de Márcio e Joaquim são recompostas, já que eles moram com a mãe e o padrasto; a de Ricardo é chefiada por mulher, visto que ele reside com a mãe e a sobrinha; e duas famílias, de Arthur e Álvaro são ampliadas, dado que o primeiro mora com mãe, avó e avô maternos, já o segundo reside com sua mãe, avó materna e primo.

A diversidade dos arranjos familiares reflete-se na constituição da sociabilidade familiar, na forma como o orçamento e as tarefas domésticas são distribuídas e na dinâmica afetiva dos interlocutores. Quanto à composição do orçamento doméstico, a maioria dos participantes relatou que colaboram com o orçamento familiar, excetuando-se Fábio, que ficou desempregado certo tempo e ainda não havia recebido comissão pela ocupação de vendedor. O montante despendido com despesas domésticas varia conforme a renda do grupo e o trabalho dos pais, ou do padrasto. Caso algum deles esteja desempregado, como é o caso de Joaquim, cujo padrasto realiza “bicos”, e Álvaro, cuja mãe não está empregada, a quantia destinada por eles ao orçamento familiar é maior, se comparados àqueles cujos pais e outros parentes que residem na casa estão empregados.

Álvaro relatou que boa parte de seu rendimento destina-se ao pagamento de contas familiares e à compra de alimentos. Rubens, cujos pais estão empregados, afirma auxiliar no

pagamento dos gastos comuns, caso que não se verifica com Daniel, que é responsável apenas pelo pagamento mensal do provedor de internet, já que é ele quem a utiliza. No caso de Arthur, sua bolsa destina-se ao pagamento de contas pessoais, por exemplo, tratamento dentário. Nota-se que o fato de estarem trabalhando possibilita que os jovens consumam produtos que consideram importantes, como tênis, roupas, acessórios, que comumente seus pais não teriam condições de proporcionar, como também evidenciam Sarti (2003) e Watarai (2006), além de significar também certa independência em relação ao grupo familiar.

Quanto à divisão das tarefas domésticas, alguns entrevistados colaboram, por exemplo, lavando a louça, cozinhando, limpando o quintal da casa. Nota-se, no entanto, que na maioria dos casos essas tarefas domésticas ficam a cargo das mulheres, mães e avós, excetuando-se a família de Arthur, em que seu avô também limpa a casa, e Rubens, cujo pai auxilia a esposa no preparo das refeições. Essas situações remetem à divisão sexual do trabalho e evidenciam que apesar da inserção da mulher no mercado de trabalho, muitas vezes as tarefas domésticas ainda são atribuídas prioritariamente às mães, ainda que haja alterações na realização dos afazeres domésticos. Essa divisão está intrinsecamente relacionada às representações sobre a maternagem, isto é, ao cuidado das mulheres com os filhos e à naturalização dessas atribuições, consideradas femininas.

No que se refere ao relacionamento com as mães, os participantes declararam ser próximos a elas, mais do que com os pais ou padrastos. A maioria deles relatou ter um relacionamento terno e caloroso com suas genitoras, de quem recebem também conselhos sobre diversos aspectos da vida. No entanto, apenas Álvaro e Márcio afirmaram dividir questões afetivas com suas mães, por exemplo, conversar em profundidade sobre seus relacionamentos afetivo-sexuais, como ilustra a fala a seguir:

Álvaro: Sou, nossa cara! A gente é amigão mesmo, assim, tá ligado, a gente curte muito o outro mesmo, é amigo, amigo, um ama o outro, é legal, cara, é massa [...].

Entrevistador: Você divide a sua intimidade com a sua mãe, por exemplo, problema de namoro...

Álvaro: Divido, divido... Aí... sim, cara, sim, a gente... tipo... conversa, chega e conversa, por exemplo, aquela mina que você encontrou que eu tava lá [refere-se ao dia em que ocorreu contato na Praça onde foi realizada a observação], o dia seguinte eu fiquei, foi uma bosta inclusive, eu chego e converso com ela, assim, chego e converso com ela, ela num fala o que fazer num é esse tipo de conselho, é mais aquela questão de desabafo, assim, às vezes ela conta uma história dela, é isso, uma troca de experiências o que rola.

Os participantes esclareceram que têm um relacionamento mais distante com pais ou

padrastos, se comparado àquele que travam com as mães. Excetuando-se Arthur, cujo pai morreu no início de sua adolescência, Ricardo considera que seu relacionamento com o pai é marcado por traços de amizade, embora muitas vezes esse esteve ausente, visto que seus pais se separaram quando ainda era criança. No caso daqueles que viveram ou vivem com padrastos, os sujeitos declararam ter relacionamento próximo com eles, como se fossem realmente seus pais, exceto Joaquim que afirma ter uma relação mais distante com seu padraсто:

Nós conversa tudo, ele [padraсто] é meio sistemático [...] nós conversa, só o necessário mesmo, só que assim, num é só comigo, ele não é de conversar muito, entendeu? Ele é sincero, sempre foi assim, mas sempre que eu preciso de alguma coisa, assim eu peço pra ele, se eu precisar de alguma ajuda, se eu precisar de me levar em algum lugar, ele me leva, sossegado (Joaquim).

Já Rubens relatou ser mais próximo de sua avó materna do que de seus pais:

Ah! Eu num me abro muito com meu pai e com minha mãe, não, eu me abro mais com a minha avó, eu converso mais com a minha avó, eu me abro mais com ela, eu falo mais das minhas coisa pra ela, ela é... ela é como uma segunda mãe, eu num falo muito com a minha mãe por que... eu num gosto de falar as coisa pra minha mãe, eu gosto de falar mais com minha avó, porque ela é assim mais vivida, mais legal também, minha mãe é muito rígida, muito durona [...] minha mãe e meu pai é mais rígida, porque, eles... é... qualquer coisa que eu falar, minha mãe, se eu falar alguma coisa pra ela, tipo assim: “Ah! Sei lá, tô namorando”, ela fala: “Como? com quem?”, fica enchendo a cabeça, fica falando, aí eu já falo pra minha avó, ela já: “Ah! Que legal, como que ela chama?”, minha avó é mais suave (Rubens).

De acordo com a análise antropológica, as mulheres responsabilizam-se por urdir laços afetivos com filhos, marido, além de manter os laços com a parentela, mas isto não significa que o homem não expresse seu afeto pelos filhos; no entanto, isto pode ser realizado de forma mais distanciada. Adentra-se então no âmbito da divisão e manifestação dos afetos na família, que se relaciona com a forma como os pais expressam sua autoridade perante os filhos. Para Sarti (2003), nas famílias de camadas populares, o homem é identificado como aquele que detém a autoridade da família, é ele quem a representa e a “defende” no universo público, sendo considerado “chefe da casa” no domínio privado. “O homem corporifica a ideia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante *respeito*” (SARTI, 2003, p. 63, grifo da autora).

Por sua vez, Álvaro e Márcio, que tiveram bastante contato com seus padrastos,

manifestam diferenças na relação com eles e seus pais biológicos.

Super importante, porque a mãe que te dá tudo, que te cria também [...]. Também [importância do pai], mas tem que ser aquele pai que não só faz, mas que cria também, no caso meu, meu padrasto que me criou, que desde pequeno comprou roupa, me ajudou [...]. Num vejo diferença [entre a função do pai e da mãe] porque os dois que te ajudam do mesmo jeito (Márcio).

A fim de analisar quais impressões tinham a respeito de suas mães e pais, foi perguntado aos participantes qual a “função esperada” para o marido e esposa em um relacionamento. Inicialmente, a maioria dos interlocutores não compreendeu a questão, como se não fizesse sentido para eles. Foi então solicitado que a respondessem a partir de sua experiência familiar, o que facilitou a verbalização. A seguir, apresentam-se algumas respostas:

Acho que quem realmente forma o caráter do filho é a mãe, o pai dá um auxílio, acho que quem deve formar mesmo é a mãe [...]. Sempre fui mesmo mais criado pela minha mãe, então, quem me formou mesmo foi minha mãe, a mãe geralmente ela é mais carinhosa, abraça o filho, tenta proteger... meu pai não, ele sempre me mostrô a vida mesmo, como ela é, dava mais educação, minha mãe, minha formação inteira foi minha mãe que meu deu (Ricardo).

Não sei por que se criou esta coisa de que a mãe, né? Tipo, quando tem... quando se separa, mãe filho, geralmente, judicialmente assim... a mãe tem que ser muito louca pro filho ficar com o pai e tem aquela coisa de que... acho que é porque a mãe carrega o moleque por um tempo, né? Mas eu acho que a importância da mãe é a mesma que a do pai, é total, acho que é uma coisa que devia ser dividida assim... o cara quando tem um filho eu acho que ele acha mais chato, na verdade, aquela coisa de... num sei, aquela obrigação e tal (Álvaro).

A mãe seria o advogado e o pai o juiz, então o pai tem que... a postura ali, para, tipo o Estado, eu sou Estado, então eu vou te barrar, você não vai funcionar muito bem do jeito que você quer, tem que ter o exemplo de alguém que trabalhe, que te sustente, te dê amor, te dê carinho, te dê atenção. A mãe é a que: “Vai, fez, num fez”. Sutil, mas grande diferença (Fábio).

Acho que principalmente a educação, o principal é a educação, aprender a viver, a mãe ensina o filho a aprender a viver, pra evitar más companhias, né? A mãe é muito importante pra isso [...]. Eu acho que é a mesma [função do pai], mas eu acho que a mãe é mais... a mãe é mais perto ali, porque o pai geralmente trabalha mais, a mãe geralmente tá mais próxima do filho, mas a função do pai é a mesma (Danilo).

Nota-se uma variedade de respostas que revelam a diversidade de experiência dos

participantes na relação com seus pais. Pode-se afirmar que tais declarações situam-se no âmbito da subjetividade, isto é, no terreno da manifestação e vivência dos sentimentos em relação a seus genitores. Enquanto Fábio, pertencente a uma família nuclear, revela diferenças marcantes entre pai e mãe, Ricardo, membro de uma família chefiada por mulher, afirma que quem realmente o “formou” foi sua mãe, dado o distanciamento com o pai. Também se verifica uma divisão por gênero dos pais no padrão das respostas e a afetividade é constituída e vivenciada conforme as representações e sentimentos associados à figura materna e paterna. Fábio afirma que o pai seria uma figura distante, já a mãe uma figura afetiva, enquanto Álvaro parece concebê-los como membros igualmente próximos. Essas afirmações somam-se ao relato de Daniel, membro de uma família recomposta, que considera que ambos os genitores têm funções semelhantes. No entanto, a mãe revela-se mais cuidadosa por ter contato mais próximo e frequente com o filho, de acordo com os relatos coligidos. Ainda que pertençam a arranjos familiares distintos, os entrevistados apontam a mãe como figura afetiva, sendo o pai relativamente distante.

Para aprofundar a análise, deve-se levar em conta que a socialização familiar implica a incorporação de disposições tributáveis à determinada posição no espaço social, conforme a distribuição e hierarquia dos diversos capitais na estrutura social, processo que está embebido de afetividade, ou seja, de manifestações de cuidado, zelo, como também, de certa agressividade, a partir das quais os filhos podem se identificar com seus pais e constituir representações a respeito dessas figuras, não se devendo descartar a agência de outras instituições como escola, mídia, espaços socializadores, em geral, que também difundem representações acerca das figuras maternas e paternas. Imiscuída à afetividade familiar, pode-se afirmar que a sociabilidade doméstica também é constituída por representações acerca das relações de gênero, tributando-se à mulher/mãe maior proximidade com os filhos e ao homem/pai relativo distanciamento. Conforme trabalhos feministas mais recentes (HARAWAY, 2004), devem-se explicar tais diferenças para além do binarismo contido na oposição mundo privado/público, análise comum nos trabalhos feministas das décadas de 1960 e 1970. No entanto, os próprios participantes confirmam esta divisão, que se dá nas práticas familiares, em que a mãe permanece mais próxima dos filhos, ao contrário do pai. Ainda que não caibam divisões estanques entre universo público e privado, a análise de Bourdieu (2007b) evidencia que as homologias inscritas na estrutura social compõem a subjetividade, de maneira que a divisão social do trabalho acarreta também representações de gênero afetivamente orquestradas nas relações dos filhos com os pais. Para Couto (2005), a desconstrução da dicotomia público/privado é um desafio, pois essa se apresenta à percepção



cotidiana como natural, não apenas no plano empírico, como também na própria produção do conhecimento. No caso da sociologia da família, a autora afirma a necessidade de se revisar seus modelos teóricos em face das mudanças familiares observadas nas camadas populares.

Alguns participantes também relataram a existência de confrontos mais explícitos entre eles e seus pais, no caso, relacionados ao modo como estes têm cuidado de seus irmãos menores, como se nota a seguir.

Ela [avó] sabe conversar comigo mais lentamente, ela vê que eu ajudo muito minha mãe, ela vê que meus irmãos não ajudam muito também, porque ela já falou pra minha mãe: “Na idade deles, tá na hora deles ajudarem também, o Rubens, tá na hora dele sair mais pra trabalhar, não ajudar mais”, minha mãe sempre num gosta que minha avó fala isso [...]. Parece que minha mãe não está dando a mesma atenção que ela dava, me ensinando, pros meus irmãos [...] aí nasceu os dois, os dois ficou grandinho, eu fiquei olhando eles, aí ela começou a trabalhar, acho que faz uns dois anos [...] por eu ser mais velho, eu acho que eu tinha... era mais rigoroso comigo do que com eles, com eles ela está levando muito mole, entendeu? (Rubens).

Meu irmão... meu irmão... porque as criança de hoje em dia, não são igual as de antes, hoje tá tudo diferente, eu, desde pequeno eu ajudava, porque minha avó que me ensinou, desde pequeno se eu via a louça, eu lavava, minha mãe pedia, eu ajudava, limpar a casa, eu limpava muito, igual meu irmão, mesmo se pedir, ele faz, mas ele faz reclamando, olha que tem do bom e do melhor em casa [...] eu ajudo, se precisar, lavar uma louça, se precisar assim, eu ajudo (Joaquim).

Como relatado acima, Rubens queixa-se do excesso de tarefas que lhe são atribuídas, já que além de cuidar dos irmãos menores, no período da manhã, ele também é responsável por lavar a louça e arrumar a casa, ao passo que o irmão de 10 anos e a irmã de 7 anos não têm obrigações dessa natureza, ao contrário do que ocorria com ele quando contava com essa idade. Ademais, o fato de ser jovem e de ser o primogênito parece revesti-lo de responsabilidades não apenas familiares, como também individuais, visto que, segundo sua avó, ele já deveria estar trabalhando e não se dedicando aos cuidados domésticos, em que pese o estágio que realiza no período vespertino. Nota-se que Rubens parece premido entre as obrigações familiares, imputadas pelos pais, e o desejo de sentir-se mais autônomo, de ter mais contato com amigos.

Como afirma Sarti (2003), entre as camadas populares a família constitui universo moral e de referência para atribuir sentido ao mundo, assim como também está presente o sentimento do grupo familiar como unidade, em que todos colaboram para sua manutenção, ao mesmo tempo em que os filhos, sobretudo os homens, paulatinamente são socializados

para o rompimento de vínculo com o conjunto doméstico, conforme discute Salem (2006), o que implica o ingresso no mercado de trabalho.

### 5.3 O ingresso no mercado de trabalho e as relações com a família

Os participantes declararam que houve mudanças no relacionamento com seus pais no advento da adolescência, salientando a possibilidade de sentirem-se mais livres, em contraste com a infância. Cumpre esclarecer que o início e demais anos da adolescência foram também marcados pelo ingresso no mercado de trabalho, o que possibilitou novas experiências, além do sentimento de maior responsabilidade para si e para suas famílias, pois passaram a contribuir com o orçamento doméstico ou destinar seus vencimentos para compra de roupas, tênis e outros bens materiais dotados de alto valor simbólico, como evidenciaram Sarti (2003) e Watarai (2006). Ao mesmo tempo em que se sentem mais responsáveis e independentes, a experiência de trabalho, para aqueles que a iniciaram ainda na pré-adolescência, tal qual Ricardo, que começou a trabalhar aos 12 anos, pode representar dificuldades em conciliar vivências infantis diante das exigências que as novas atividades acarretam. A seguir apresentam-se alguns relatos:

Independência, num depende mais da minha mãe, assim comprou tênis e tal, aí assim, num ficá, minha mãe ficá com as coisa dela, porque ficá comprando num... assim... eu quero minhas coisa... tem coisa que eu quero comprá, que eu quero e é caro, é bem caro, aí minha mãe: “Ó, é bem caro, num vai dá”, mas se eu tô com meu dinheiro, é meu dinheiro, eu tenho consciência, aí eu compro [...]. Tipo, um tênis, R\$ 450,00 da Oakley. Ou para sair, por exemplo, antes pedia para minha mãe... ou então pra ir em shows, Entorta Bixo [festa universitária de Ribeirão Preto], showzinho de pagode, festa *black*... (Arthur).

Eu queria ter tipo minhas coisa, comprá roupa, podê às vezes convidar uma menina pra sair, poder levá ela (Márcio).

É porque era eu e eu mesmo, num tinha influência de pai, de mãe, irmãos, era só eu e os meus problemas, se eu vendê eu como, se eu não vendê eu passo fome, tem que vendê, porque eu não tinha o pai pra me protegê e isso fez eu crescer pra caramba como pessoa, um amadurecimento que aqui [morando com os pais] eu não teria (Fábio - referindo-se ao período em que trabalhou como vendedor de livros adventistas no sul do país, longe de sua família).

Entrevistador: O que te levou a trabalhar?

Rubens: Ah! O financeiro, porque eu tive que ajudar minha mãe, né? Chegou uma... uma certa idade, aos 16, 15 anos, eu acho que todo jovem tem que ajudar a mãe, nessa idade, começar a trabalhar, arrumar um emprego, mesmo se for meio período, ajudar o pai e a mãe, né? Ajudei meu pai e minha mãe, né? Dando não muito, mas metade vamos se dizer e... é isso... desde, que nem agora, nesse serviço [em que estagia como monitor], eu ajudo minha mãe.

Como afirmado por Watarai e Romanelli (2010), trabalhar constitui um rito de instituição para os jovens de camadas populares, visto que possibilita relativa independência do grupo familiar, assim como ascensão a certo *status* de maturidade. No entanto, por seu caráter liminar, ou seja, por estar entre duas ordens etárias, infância/maturidade, o rito também representa conflito entre padrões associados a essas faixas de idade. O trabalho, ao mesmo tempo em que implica responsabilidade individual, também acarreta a inviabilidade de continuar a vivenciar experiências infantis, de caráter lúdico, como jogos e brincadeiras. Essa ruptura não foi tão intensa para Olavo, que trabalhou como monitor recreativo em clube da cidade, onde ao mesmo tempo em que instruía os sócios também podia se divertir nas horas vagas.

Trabalho desde os 14 anos, comecei no clube [...]. Ah! Sim, era um clube, né? Tinha muitas atrações, na hora do almoço nós dava volta em volta do lago, nós mesmo praticava o esporte, porque eu era monitor, eu levava as pessoas, preparava as pessoas, era um divertimento, era uma oportunidade de se divertir bastante, era legal, 14 anos... primeira... num tinha ninguém para ficar colocando pressão, chateando a gente, respeitava os sócios, as moças, tanto os rapazes e tal... só que num era uma coisa assim... lá eu tirava R\$ 80,00 por mês, só que só trabalhava domingo, sábado, domingo, dia inteiro, mesmo assim é muito pouco, mas foi com esses R\$ 80,00 que eu consegui comprar minha primeira bicicleta, meu primeiro computador... (Olavo - começou a trabalhar aos 14 anos, como monitor recreativo em um clube).

No entanto, essa cisão com o universo infantil e o início no mercado de trabalho, mesmo que em caráter informal, é relatada por outro jovem:

Ah! Eu senti uma forma de amadurecimento, porque naquela idade, as pessoas que eu conhecia eu era o único que trabalhava, para mim era uma forma de crescimento [...]. Doze ano era meio difícil, né? Quer mais é brincar do que... trabalhar, mas, foi meio difícil o começo, ter aquela responsabilidade, mas eu fui me adaptando bem (Ricardo - começou a trabalhar aos 12 anos, como garçom em um restaurante em que a mãe era cozinheira).

No entanto, a despeito do ingresso no mercado de trabalho, Fábio relata que ainda se

sente dependente de seus pais, pois ainda reside com eles, necessitando de seus rendimentos para sua manutenção, como se nota a seguir:

Eu ainda me vejo dependente, porque eu estou morando com eles, por isso que eu falei que eu sairia do estado pra poder realmente eu me virar, aí sim eu seria independente, mas hoje, mesmo que eu tivesse trabalhando, ganhando meu dinheiro, pagando minha moto, eu ainda sou dependente, eu dependo pra comer, pra morar, pra lavar roupa, estas coisas toda (Fábio).

Situa-se então a questão: o que marca o início da adolescência da juventude urbana, em especial das camadas populares? É possível um limite claro de sua origem e seu término? As abordagens psicanalíticas respondem a essa questão imputando à moratória social o limite e datação desse período. Para Calligaris (2000), a sociedade impõe ao adolescente uma moratória social isto é, apesar de já ter “assimilado” certos valores da sociedade em que vive, bem como de seu corpo já estar apto para o trabalho e práticas sexuais, é-lhe imposto um tempo de espera, um tempo de aprendizagem, em que não poderá desempenhar atividades “adultas”, ou se fizer, essas terão um *status* marginal. A procrastinação constitui razão suficiente para que o adolescente se rebele contra os adultos, segundo esse psicanalista. Afinal, se ele já pode ser desejável (seu corpo está pronto para manter relações sexuais) e invejável (seu corpo está pronto para o trabalho e assim, para conseguir *status* socioeconômico), terá que suportar um tempo de espera, que não se sabe o quanto dura, já que para se datar o fim da adolescência, é preciso que se defina o que é um adulto, o que é um homem e o que é uma mulher, e tal definição está longe de ser alcançada ou ser unânime na sociedade ocidental. E o autor completa:

De certa forma, a moratória da adolescência é o fruto dessa indefinição. Numa sociedade em que os adultos fossem definidos por alguma competência específica, não haveria adolescentes, só candidatos e uma iniciação pela qual seria fácil decidir: sabe ou não sabe, é ou não é adulto (CALLIGARIS, 2000, p. 21).

Cabe relativizar essas proposições, haja vista que a literatura psicanalítica a respeito da juventude muitas vezes pauta-se em relatos clínicos de jovens pertencentes às camadas médias e altas para conceber e fixar os limites geracionais. No entanto, as contribuições de Calligaris (2000) são importantes para análise da dinâmica afetiva dos jovens, pois evidenciam a trama que urde a subjetividade juvenil no âmbito da psicodinâmica da identidade. A partir da fundamentação psicanalítica apresentada por esse autor, a compreensão da dinâmica afetiva dos jovens amplia-se, quando munida de marcadores sociais

como camada social, gênero, raça, dentre outros, que patenteiam as diversas realidades juvenis. Alguns sociólogos têm criticado o conceito de moratória psicossocial, como Krauskopf (2004), para quem essa formulação, cunhada por Erikson, e amplamente acolhida pelas ciências sociais, prescinde de revisão, já que as condições que a sustentavam modificaram-se diante das consequências da globalização e modernização societária e acarretaram alterações na linearidade do curso de vida, como exposto por Debert (1999, 2010) e Pais (2009).

A construção do universo adulto na contemporaneidade é cada vez menos retilínea, o que se reflete na socialização dos jovens por meio de agências como família e escola, que passaram a constituir redes mais abertas, a partir do intercâmbio com outras instituições socializadoras e ainda por referências multiculturais. Krauskopf (2004) também afirma que a noção de moratória parte da previsão de uma sequência de eventos regulares, assim como se funda em uma suposta homogeneidade social, que porém é restrita às camadas médias, não levando em conta diferenças de gênero, classe, etnia, dentre outras. Ainda segundo essa autora, o conceito em questão pauta-se em representações sociais que concebem a juventude como estratégia para a ascensão ao mundo adulto, partindo da concepção de que os jovens carecem de “maturidade social”, e, por isso, devem atravessar um período preparatório para alcançá-la. Ademais, enfatiza a adolescência como tempo de transição entre infância e maturidade, como crise única no ciclo de vida, negando aos jovens o reconhecimento enquanto sujeitos sociais. A autora destaca que a contemporaneidade é marcada pelo efêmero, o que contribui para priorização do presente, dada a imprevisibilidade da ordem social futura, constituindo um amálgama de contradições, mudanças insustentáveis por muito tempo, de maneira que a constituição da juventude e da maturidade não se dá por padrões fixos. Embora destaque esses pontos, Krauskopf (2004) não operacionaliza teoricamente a emergência da modernidade e o modo como essa implica modificações no curso de vida, na estrutura social, dentre outros aspectos, conforme autores importantes da sociologia, como Giddens (2002), apontam. Ademais, é mister que o conceito de moratória psicossocial seja discutido contextualmente, não apenas na maneira como a sociedade ocidental organiza o curso de vida, mas também como esse se estrutura em determinado grupo social e seu contexto socializador.

No caso das camadas populares, a entrada no mercado de trabalho significa certo “desprendimento” em relação ao privado, ao lar, a fim de que o homem coloque-se no mundo público (LEAL; BOFF, 1996; SALEM, 2006), o que redundará em nova percepção acerca de si, não mais como criança, mas enquanto alguém que se encontra no início da maturidade. Para Guerreiro e Abrantes (2005), que investigaram as transições para a vida adulta entre diversas

camadas sociais de Lisboa, de acordo com critérios de educação, trabalho, família e gênero, tais mudanças constituem não um momento de passagem, mas sim um percurso. A passagem do “estágio” infantil para o adulto constrói-se processualmente, um período marcado por condições, oportunidades e dificuldades próprias. Assim, as transições seriam marcadas por dois tempos, um ligado ao divertimento, experiências e aventuras, outro relacionado à estabilidade e ao desejo de ter filhos.

Esses padrões são resultado de processos de reflexividade social, mas não são meras opções disponíveis a todos, entrelaçando-se com as origens sociais, os percursos de escolaridade, as oportunidades e as condições de emprego, os modelos culturais, os papéis de gênero e as redes de apoio formais e informais (GUERREIRO; ABRANTES, 2005, p. 170).

No contexto brasileiro, Leal e Fachel (1999) investigaram aspectos da sexualidade e estratégias matrimoniais empreendidas por jovens e adultos, de ambos os sexos, pertencentes às classes populares de Porto Alegre-RS. Segundo as autoras, ainda que as análises médicas e psicológicas venham tratando de certo alargamento do tempo da juventude, manifestado pela prorrogação da adolescência e postergação do ingresso no universo adulto, esse fato não foi verificado em sua pesquisa. Com o propósito de não estabelecerem faixas de idade arbitrárias, as autoras demarcaram as “fases” entre a adolescência e maturidade a partir da trajetória de vida dos participantes. Desse modo, as mulheres definiram a menarca, a primeira relação sexual e a maternidade como momentos importantes para construção da maturidade. Já os homens declararam que “amadurecem” física, moral e emocionalmente, a partir de suas relações sexuais e demais experiências que redundam no casamento. Fundamentadas nos dados coligidos, as pesquisadoras elencaram as seguintes categoriais que demarcam as trajetórias: (a) jovem, caso em que o participante está na condição de filho(a), solteiro(a) e cuja manutenção material está sob os auspícios da esfera doméstica ascendente; (b) dependente, quando o entrevistado(a) é casado mas reside na unidade de origem ou do progenitor da(o) esposa(o); (c) independente, quando reside sozinho, com cônjuge ou com sua família descendente (LEAL; FACHEL, 1999). Caso se leve em conta a classificação apresentada pelas autoras, os entrevistados desta pesquisa aglutinam-se no grupo dos “jovens”, pois parte de sua manutenção material é arcada por seus pais, embora todos já exerçam algum tipo de atividade remunerada e possam responsabilizar-se por seus gastos pessoais.

De acordo com as formulações apresentadas, a classificação de referências etárias e geracionais inclui distinções entre as camadas sociais. Enquanto nas camadas médias a

juventude é um período mais longo e desprovido de grandes responsabilidades, os jovens das camadas populares inserem-se no mercado de trabalho precocemente, quando comparados àqueles dos segmentos médios, o que leva a modificações na organização familiar e também em suas vivências subjetivas. Quando se perguntou o que distinguiria um jovem de um adulto, Daniel respondeu:

Daniel: Você fala fisicamente ou mentalmente? [Mais mentalmente, respondo]. Acho que com o amadurecimento, isso é, quando ela [pessoa] amadurece mais, quando ela consegue ser mais centrada, mais responsável, então é isso que deixa, torna ela mais adulta, deixa de ser jovem, mais responsabilidade...

Entrevistador: E o que você se considera?

Daniel: Eu acho que eu já sou... eu sou adulto e jovem, eu sou jovem porque eu gosto de me divertir, mas eu acho que eu sou bastante maduro, sou responsável, eu sou um adulto, mas assim, eu gosto de me divertir, eu gosto de ser jovem, eu sou os dois [...] o jovem sai mais, se diverte mais, eu acho que eu gosto disso, o adulto faz menos isso, é mais tranquilo, geralmente os que são responsáveis, tem alguns que não deixam de ser jovens nunca, geralmente eu acho que é isso [...]. Maturidade, irresponsabilidade, a liberdade assim mesmo de não ter comprometimento com nada, o jovem é mais liberto, num tem responsabilidades, num tem que dar satisfação a não ser para os pais, pra mais ninguém, acho que é isso o jovem.

A delimitação e imbricação entre juventude e maturidade podem ser compreendidas a partir da análise geracional. Como observa Daniel, o jovem está associado à liberdade, a certo descomprometimento, ao passo que o adulto seria caracterizado pela responsabilidade, ambos os sentimentos são vividos de forma ambígua pelo participante. As referências familiares parecem ser importantes neste jogo, haja vista que geracionalmente atribui-se aos pais, cuidado e preocupação com os filhos, que, por sua vez, gozam de certa liberdade, evidenciando que as gerações são concebidas a partir de seu entrelaçar, em que uma é referência para outra, como atesta Domingues (2002). Ademais, a temporalidade constitui fator também importante, de acordo com o conceito de moratória vital (MARGULIS; URRESTI, 2008), descrito como o sentimento de que o ocaso da vida parece incomensurável, distante das vivências juvenis, diante das “possibilidades abertas”, que também podem ser lidas como o gozo da liberdade compartilhada geracionalmente.

Por outro lado, se em termos afetivos os jovens sentem-se relativamente livres e distantes da morte, como encompassar esta vivência com os riscos a que correm quando participam de ações delinquentes, sobretudo aquelas relacionadas ao tráfico de entorpecentes? Trata-se de um questionamento importante, já que no Jardim Azul, bairro em que Daniel reside, o comércio de drogas ilegais é comum, havendo agenciamento de jovens para tal,

como todos os entrevistados que nele moram relataram. Ademais, algumas agentes comunitárias de saúde, em conversas informais, relataram que muitos jovens do local “não têm futuro”, visto que não se preocupam se morrerão em virtude de estar praticando atividades ilícitas, o que para elas é apreendido como se dessem “pouco valor à vida”.

O conceito de moratória vital merece ser tomado com cautela, haja vista que por mais que deslinde um horizonte de “possibilidades abertas”, essas são restritas à condição e trajetória social do jovem e de sua família, isto é, à posição de classe em termos geracionais e se houve ascensão ou descenso dela ao longo do tempo. Nesse sentido, segundo Bourdieu (2007a), certa composição de capital herdado implica um conjunto de trajetórias possíveis, que leva a posições semelhantes no espaço social, ainda que modificações nas estratégias de reprodução social sejam possíveis, devendo ser analisadas particularmente. Dito de outra forma, o *habitus* compõe-se conforme as experiências do agente em seu grupo familiar e escolar, sendo que suas práticas decorrem no sentido de reproduzir, inconscientemente, suas disposições de classe, sobretudo quando os condicionamentos sociais são semelhantes às condições atuais (BOURDIEU, 1998a), isto é, nas trajetórias em que as condições hodiernas de vida do agente social aproximam-se daquelas frutificadas e herdadas em sua socialização primária.

Não é ao acaso que os indivíduos se deslocam no espaço social: por um lado, porque eles estão submetidos – por exemplo, através dos mecanismos objetivos de eliminação e de orientação – às forças que conferem sua estrutura a esse espaço; e, por outro, porque sua inércia própria, ou seja, *suas propriedades*, cuja existência pode ocorrer no estado incorporado sob a forma de disposições, ou no estado objetivado, por meio de bens, títulos etc., opõem-se às forças do campo (BOURDIEU, 2007a, p. 104).

A fim de clarificar a argumentação anterior, destaca-se que a maioria dos jovens entrevistados não teve escolaridade contínua ao longo de sua trajetória educacional. Há casos de repetência de série e evasão escolar entre os sujeitos, e um deles, Márcio, não chegou a completar o 2º ciclo do ensino fundamental, enquanto outros concluíram o ensino médio via curso supletivo. Apenas Rubens, Daniel e Olavo apresentam trajetória escolar sem repetências. Ainda que a maior parte dos entrevistados tenha concluído o ensino médio, e Rubens esteja cursando-o, e apesar de terem escolaridade mais elevada que seus pais, suas trajetórias, até o momento, parecem indicar manutenção da posição ocupada no espaço social e no mercado de trabalho.

De acordo com Freitas (2002), a partir de políticas de ajuste do fluxo escolar, como



progressão continuada, recuperação de ciclos, dentre outras, o Estado visa manter as camadas populares no interior da escola, ou seja, promover um mínimo de escolarização mesmo que se trate de alunos potencialmente reprovados pelos operadores da educação, evitando-se a evasão tão comum após reprovações no ensino fundamental. O prolongamento da trajetória escolar garantiria um mínimo de habilidades e conhecimentos incorporados pelos alunos, assim como medida de proteção à infância, embora políticas e agências do Estado devam se voltar a este fim.

A reprodução social é um meio não apenas de socializar os imaturos, via transmissão e incorporação de capitais (cultural, econômico, social, escolar), como também de conservação da estrutura de distribuição de seus benefícios e, assim, de manutenção das posições de classe, já que modificações no espaço social (ascendentes ou descendentes) repercutem em todas as classes, tanto no conjunto de seus bens materiais (econômicos), como em suas práticas culturais, conforme Bourdieu (1998b).



## 6. FORMAS DE SOCIABILIDADE JUVENIL E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

*A certos momentos do dia recordo tudo isto e apavoro-me,  
Penso em que é que me ficará desta vida aos bocados, deste auge,  
Desta entrada às curvas, deste automóvel à beira da estrada, deste aviso,  
Desta turbulência tranquila de sensações desconstruídas,  
Desta transfusão, desta insubsistência, desta convergência iriada,  
Deste desassossego no fundo de todos os cálices,  
Desta angústia no fundo de todos os prazeres,  
Desta saciedade antecipada na asa de todas as chávénas,  
Deste jogo de cartas fastiento entre o Cabo da Boa Esperança e as Canárias.*

*Passagem das horas - Álvaro de Campos*

Fernando Pessoa (1992, p. 183)

### 6.1 O grupo de pares

Para os jovens, o grupo de pares assume importância significativa em seus relacionamentos e são relevantes na construção de suas identidades. Excetuando-se Fábio que declarou não ter muitos amigos, já que namora há bastante tempo, além de ter maior relacionamento social com membros da igreja adventista que frequenta, os demais entrevistados declararam tecer amizades com rapazes na faixa etária próxima a sua, com os quais frequentam praças, bares, festas, dentre outros locais. Nota-se que os jovens afirmaram ter bastante afinidade com seus pares do mesmo sexo, dividindo questões pessoais, além da confiança mútua que se estabelece ao longo do tempo. A maioria relatou ter maior liberdade para conversar determinados assuntos com seus amigos, do que com seus familiares, por exemplo, suas mães. Dentre estes assuntos, destacam-se as vivências afetivo-sexuais. A seguir, apresentam-se algumas falas:

Ah... num tem o que reclamar, né? Num tenho o que reclamar... é uns amigos assim, eu sei que na hora que eu precisar eles vão tá, né? E a hora que eles precisar de mim, eles vão estar, assim, num tenho o que reclamar [...]. Tipo, você tem confiança também ajuda pra formar uma amizade, que

aí você pensa: “Ó, esse cara tem confiança em mim, né?”. Ajuda a formar uma amizade, e também [tem] pessoa que você nem precisa mostrar que tem confiança, parece que você já conhece há muito tempo (Arthur).

Com a minha família em geral eu num sei muito o porquê, eu sou bem mais reservado, meus amigos eu sou mais aberto [...] falar, conversar, é porque a idade é quase a mesma, a cabeça é quase a mesma, então você se sente mais à vontade, com a minha família eu sou mais fechado, mais reservado [...]. Tem coisas que eu num tenho coragem de falar pra minha mãe, então, é só com os amigos mesmo (Ricardo).

Tem... tem uma certa diferença [entre o relacionamento com a família e amigos] num sei se é porque eu passo mais tempo com meus amigos do que com a minha família, do que com... num sei, cara, mas tem assim, tem no... no sentido de sair com eles, e fazer várias coisas com eles, o tempo que eu estou com eles é mais diversão assim, não quando a gente está fazendo alguma coisa, mas é mais divertido assim, em casa tem aquela coisa meio de... pagar conta... de... num sei, cara, é muito pouco a diferença na verdade, não dá pra falar que... eu me divirto tanto um quanto com o outro... (Álvaro).

Eles [amigos]... eles pensam mais do meu lado, sabe? Eles pensam quase parecido, num vou falar que pensa igual, pensam parecido, coisa que meu pai e minha mãe não pensam, é diferente, o que pode ser legal, tipo assim, sair, zoar, assim, beber uma coca, uma cerveja, sei lá, quanto a gente sai, de vez em quando a gente toma uma cerveja, pode ser pra eles pensar outra coisa, num é isso, a gente sai, mas num sai pra ficar louco, pra ficar moderado, pra zuar no modo suave, tem coisa... a gente conversa de coisas que eu não consigo conversar com meu pai e com minha mãe (Rubens).

Indagados se as amizades que forjam são importantes para definição de seu “jeito de ser”, isto é, de sua identidade, a maioria dos jovens afirmaram positivamente, relatando como seus amigos podem influenciar suas práticas e expectativas em relação a si mesmos. Embora tenha que se ter cuidado com afirmações de cunho psicanalítico, este enfoque permite que situemos o plano afetivo dos jovens. Segundo Knobel (1981), a tendência grupal do adolescente é uma das maneiras mais claras por meio das quais o conflito de gerações se revela, manifestação que se presta a várias finalidades. A primeira delas diz respeito a um mecanismo de defesa, visto que por meio da busca de uniformidade, o jovem tenta se fortalecer e se defender da moratória que lhe é imposta. Na busca por uniformidade, há um processo de identificação em massa, em que os membros do mesmo grupo parecem não se diferenciar muito. Em segundo lugar, a partir desse processo, o jovem consegue se opor às figuras parentais, dado que transfere ao grupo grande parte da dependência e responsabilidade antes restrita à família.

Pode-se sugerir que o contato com os amigos é extremamente relevante para os entrevistados, já que permite que experimentem independência dos pais, vivendo situações comuns a membros de sua faixa etária. Da mesma forma, o fato de terem maior liberdade para conversar assuntos concernentes ao domínio afetivo-sexual, representa a possibilidade de trocarem experiências e se apoiarem mutuamente. Assim, o contato com os pares constitui um modo de amenizar o conflito de gerações, isto é, as tensões entre orientações parentais e as disposições juvenis que lhes são alheias, ao compartilharem vivências comuns, o que leva a modificações nas identidades dos jovens, já que essas se constroem ao longo de suas trajetórias individuais e sociais. A seguir, apresentam-se alguns excertos das entrevistas sobre esses aspectos:

Tipo meu jeito de ser, assim, você tem, se você anda, se você anda, com... com... se você anda com um moleque, vamos supor, vou colocar um exemplo, se você anda com um moleque que fica atrás de pipa, que fica atrás de soltar pipa, você vai soltar pipa, se você anda com moleque que fica jogando bola o dia inteiro, você vai jogar bola, você anda com moleque que usa droga, você vai usar droga, eu e os meus amigos, a gente tem o mesmo pensamento, todo mundo é certo, todo mundo trabalha, tal... as coisa, ninguém fica atrás de droga, essas coisa, as únicas coisa que tipo... a droga, querendo ou não é uma droga, tipo, beber cerveja, vinho, os negócio, aí assim num tem problema não, tem o controle, né? Mas se for uma droga mais forte você num tem... aí... é meio difícil. Mas meus amigos influenciam sim meu jeito de ser, tal, influenciam sim (Arthur).

Isso te cria cara, você está fora de casa, quando você cresce o suficiente, quando seu mundo sai do seu pai e da sua mãe, tipo, quando você vai pra escola, por exemplo, a escola te cria, a escola coloca seu ambiente, coloca coisas na sua cabeça, você vê coisas na escola, você vê coisas na Praça, quando você vem na Praça, você conversa com as pessoas, você vê as ideias das pessoas, num é que colocam as coisas na sua cabeça, tipo, você fala as coisas pra mim, eu vou pensar sobre isso, se eu achar legal eu vou... vai passar a fazer parte de mim e talvez eu incremente ou talvez eu mude, tá ligado? Então, tudo cria, é o ambiente que cria, mas é o pai e a mãe que direciona (Álvaro).

Nossa! Várias conversas [com os amigos], várias conversas, como, tipo assim, como foi com uma menina numa noite assim, contar... é... como chegar numa menina assim: “Ah! Naquela menina você tem que chegar daquele jeito, tem que fazer isso isso e isso”. Aí num pode rolar essas conversas entre meninas, às vezes, rola assim de zueira assim, às vezes rola, mas algumas não (Arthur).

Ao mesmo tempo em que os jovens se identificam com seus amigos a partir de vivências comuns, alguns também relataram modos de diferenciação em relação a outros grupos com quem partilham a mesma condição geracional. É o que ocorre com aqueles que

consomem entorpecentes no bairro ou estão ligados a atividades delinquentes, como se nota no relato a seguir:

Tem gente que... lá dá pra perceber que é *boy* [na festa Hemp, que ocorria próxima a um *shopping*], mas aí, ali, entrou ali, os cara nem se diferencia, porque começa a tomar uma, ficou muito locão lá, fica dançando lá, aí sobe lá [*shopping*], pega, você liga pro pai, vai embora, aí tem muitas menina que vai nesse Hemp [festa], que tem uma família mais estável, sabe? Ali no Hemp é todo mundo assim, num tem diferença, mas no shopping dá pra perceber, os *playboy* que só anda com roupa de marca [...]. Hoje eu ia no show, só que eu pensei... do Jorge & Mateus, só que é... sei lá, meus colega... meus amigos não vão, só vai um deles, e ele vai com uns menino lá do SESI [escola], eu num gosto do povo do SESI, eu acho um povo muito metido, aí esse moleque, aí esse meu amigo que estuda no SESI, ele é gente boa, aí eu num vou, por causa disso também, meus amigo não vai, eu vou ficar lá sozinho, eu num vou por causa disso (Rubens).

Conforme o trecho acima nota-se que a lógica distintiva ocorre a partir da condição social dos jovens. Embora frequentem o *shopping*, Rubens e seus colegas diferenciam-se pelas roupas que utilizam, já que os rapazes pertencentes às camadas médias utilizam grifes, o que evidencia a *hexis* corporal como atributo de distinção social, isto é, o corpo enquanto capital e unidade estética demarca-se a partir da indumentária que se porta, assim como por meio das práticas ensejadas que corporificam determinado estilo de vida. No entanto, quando deixam o *shopping* e vão à festa Hemp, que costumava ocorrer nas imediações do local, a diferenciação social ameniza-se, conforme relato do participante, na medida em que consomem bebidas alcoólicas, dançam, e parecem sentir-se membros de um grupo semelhante. Assim, a condição geracional, ao mesmo tempo em que possibilita que os jovens sintam-se pertencentes a uma ordem etária semelhante, é demarcada também pela distribuição dos capitais – econômicos, culturais, sociais –, cuja hierarquização estabelece diferenciações entre eles, evidenciando que não se pode abarcar a juventude como grupamento social homogêneo, visto que se devem considerar os marcadores que enfeixam distinções em seu interior, tal qual apontam Elbaum (2008), Feixa (2006), Margulis e Urresti (2008) e Pais (1990a). A partir dessa diferenciação, que é também situacional, como esclarece Dubar (2005), os jovens constituem sua identidade social sentindo-se próximos e semelhantes daqueles com quem compartilham gostos e estilo de vida semelhante, ao passo que se distinguem de outros cujos atributos não se aproximam dos seus.

## 6.2 Formas de sociabilidade grupal no espaço público da Praça

A descrição e análise das formas de sociabilidade no Jardim Azul podem ser ampliadas com dados do diário de campo, no qual foram registradas observações na Praça, localizada na região central da cidade e que às quartas-feiras, no período noturno, era tipicamente frequentada por jovens.

Como essas observações constituem parte de um percurso metodológico pessoal e configuram-se como momento extremamente fecundo do trabalho etnográfico, a presente subseção e a seguinte serão relatadas e comentadas na 1ª pessoa do singular para melhor situar a relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Travei contato com os jovens inicialmente por meio de Ricardo, um dos entrevistados, que relatou frequentar assiduamente o local. Perguntei se poderia acompanhá-lo e ele respondeu afirmativamente. Logo no primeiro contato, Ricardo apresentou-me como “psicólogo” que estava realizando uma pesquisa sobre jovens e que, para isso, gostaria de conhecer seus amigos. Apresentei-me, disse meu nome e relatei que minha pesquisa consistia no estudo da identidade dos jovens, como esses constituíam seu “jeito de ser” a partir do relacionamento com a família e amigos. Outro aspecto importante é que o grupo estudado também circula por outros espaços do centro da cidade, como um *shopping*, situado próximo à Praça, e também são consumidores de um carrinho de lanches perto de um curso pré-vestibular, onde alguns deles estudam à noite e, vez ou outra, “encabulam” aula para ir à Praça.

Em geral, os jovens confluem para a Praça entre às 18 e 20 horas, horário de saída do período vespertino e entrada do período noturno de algumas escolas bastante próximas ao *shopping* e à Praça, sendo uma particular e duas públicas. Nota-se que o local é frequentado por jovens pertencentes tanto às camadas médias e quanto às populares. Embora se trate de conclusão um tanto incipiente, a maioria provinha da segunda categoria, ao menos no grupo com quem foi travado contato, sendo que alguns estudavam em escolas particulares e eram filhos de funcionários públicos.

O grupo, em geral, era composto por jovens na faixa etária entre 18 e 23 anos e estabeleci contato mais duradouro com alguns deles como Walter, operário em uma indústria calçadista; Lívio, que se identificou como “vagabundo” e relatou ter terminado o ensino médio e que aguardava vaga em curso de *design* gráfico; Ricardo, que havia perdido a vaga de estágio no Ribeirão Jovem e estava procurando emprego; além de Álvaro, que na ocasião em

que o entrevistei posteriormente trabalhava em uma transportadora. Como encontrei alguns desses jovens frequentadores da Praça posteriormente à observação, fiquei sabendo que Ricardo estava trabalhando como açougueiro em um supermercado e Álvaro encontrava-se desempregado. Embora sejam apenas dois casos, que não permitem generalização a partir de sua descrição, eles revelam a trajetória em busca de trabalho, marcada por períodos de desemprego, e que podem ser corroborados por informações de outros entrevistados, e também por indicadores mais gerais. De acordo com as entrevistas, nota-se que a trajetória ocupacional dos participantes, sobretudo em seu início, é marcada por rupturas, visto que exercem atividade remunerada de modo informal ou formal ao mesmo tempo em que ficam desempregados por algum tempo, quando passam a procurar outro trabalho e podem aproveitar este ínterim como período de “descanso”.

Além desses jovens compunham o grupo a namorada de Ricardo e outros rapazes que estudavam no curso pré-vestibular já citado. É interessante notar que pude observar também a interação de seus membros com outro grupo, como amigos de Álvaro, que também frequentavam a Praça e costumavam conversar com o grupo de Ricardo.

A participação dos integrantes desse grupo em outras sociações era comum e muitas vezes ocorria a inclusão de outros jovens, inclusive de garotas entre 13 e 18 anos, o que indica a labilidade de tais formas de associações. Walter era bastante próximo de uma dessas garotas, Mariana, e até pensei que estivessem namorando, mas logo a vi com outro rapaz, o que denota que entre eles, muitas vezes, certa aproximação corporal na forma de carícias não significa namoro efetivo. Também tive a oportunidade de observar a ocorrência de relações jocosas entre os rapazes, como brincadeiras físicas que consistiam em puxar a cueca do outro, ou tentar empurrá-lo, além de referências verbais à virilidade. Notei ainda que conversavam abertamente usando termos de baixo calão com as garotas, inclusive dizendo palavras chulas, sem aparente constrangimento, a não ser, vez ou outra, por parte da namorada de Ricardo. Como anotei no diário de campo:

Quando cheguei ao grupo, uma adolescente de 14 anos falava em alto volume, criticava seus professores por entrarem em greve, dizia que ela não tinha culpa que eles haviam entrado em greve, o que acarretou a “perda” de suas férias, já que durante certo tempo as aulas foram suspensas em função do movimento. Falava “vai tomar no cu”, “caralho” em referência aos professores, ela falava então “pega no meu peru”, colocando o antebraço entre as pernas e gesticulando.



As próprias garotas engajavam-se em tal temática, diziam palavras chulas, faziam referência à orientação sexual dos membros do grupo, perguntando se eram heterossexuais ou gays. Os jovens conversavam também de outros assuntos, como empregos, experiências escolares, bandas de *rock* que apreciavam ouvir, dentre diversas temáticas. Durante as vezes em que com eles estive, em alguns momentos, diante da aproximação de alguém, que estava a ouvir música em um celular, os outros passavam acompanhá-lo e comentavam diversas outras músicas. Deve-se salientar que na Praça é comum o consumo de maconha por parte de alguns grupos, o que não foi observado dentre esses que conheci, apenas consumiam cigarros e bebidas alcoólicas. No entanto, comentavam sobre experiências variadas com entorpecentes, além do odor de maconha que às vezes chegava a nós.

Neste dia, o grupo não ingeriu bebidas alcoólicas como na quarta anterior, em que consumiram vinho, no entanto, sua conformação era um pouco diferente. Depois de certo tempo, os jovens sentaram-se no chão e passaram a conversar sobre desenhos infantis. Walter disse que tinha sido seu aniversário; perguntou qual presente eu daria a ele. Pediu um boneco do *Power Rangers*, “daquele que muda a cabeça”, achei que ele estivesse falando sério, depois disse que estava brincando comigo; perguntei se ainda era encontrado para vender, ele respondeu que não. Sentaram-se no chão, eu e Walter ainda não havíamos sentado, depois resolvemos fazê-lo, na hora não gostei muito da ideia, achei-a “muito adolescente”, mas topei. Falaram sobre os Simpsons e outros desenhos de sua infância, algum deles aludiu-se ao palhaço do desenho Simpsons, que parece o Bozo, que depois de aparecer para as crianças, fumava e consumia bebidas alcoólicas; achavam engraçado aquilo. Em outro momento, um DVD pornográfico apareceu entre o grupo, os meninos e as meninas passaram a ver sua capa e acharam graça. A capa do DVD estava rasgada, lembro-me de que uma adolescente fez algumas alusões a um ator pornográfico brasileiro. Em outro momento, os meninos também aludiram ao falo jocosamente, dizendo que aquilo que víamos não era sua perna, mas seu pênis, ou que iria cortar as pernas, deixando-a até o joelho, para o pênis parecer maior. Este dia foi permeado por brincadeiras jocosas e performances, por exemplo, várias vezes os rapazes “subiam” um no outro, davam risadas. Nestas brincadeiras, entre os meninos, eles pegavam a cueca do outro, puxando-a, tentando fazer um “fio dental”, em alguns momentos (Trecho do diário de campo).

O fato de sentarem-se no chão e passarem a conversar sobre desenhos a que assistiam na infância, pareceu-me a possibilidade de elaborarem experiências infantis presentes na memória, ao compartilhá-las com o grupo. Tratava-se, então, de refletirem sobre sua constituição subjetiva, seus gostos em comum e como diferem de outros jovens. Somado a isso, logo um deles retirou da mochila um filme pornográfico, que remete à emergência da sexualidade, às brincadeiras licenciosas, evidenciando o quanto o grupo constitui marcador fundamental para eles que, ao trocarem experiências, podem identificar-se. Ainda que a

maioria trajasse preto, não se pode afirmar que tinham o mesmo estilo, até por que eles mesmos não se caracterizavam como pertencentes a nenhuma “tribo” e travavam conversas com jovens de outros grupos, com estética diferente da deles, o que acentua a relativa plasticidade das culturas juvenis.

A Praça era alvo de várias incursões de policiais que circulavam nas ruas a seu redor, assim como nela adentravam para fazer “ronda”, estacionando a viatura próxima ao coreto, região mais movimentada e onde eles se reuniam. Nunca fomos abordados por policiais, mas pude observá-los revistando um grupo de jovens, que tinham características semelhantes àquelas que Arthur (participante entrevistado) descreveu, a saber, bermudas *taktel* e camisas largas, além de trajarem bonés e óculos escuros.

Os jovens disseram que era comum a presença de policiais na Praça, inclusive certa vez em que se aproximaram do grupo, dirigimo-nos a outra região do local, sendo que um colega caçoou: “Vocês estão indo pra lá, quem foge é os menino das droga”, referindo-se aos adolescentes que lá circulam para vender entorpecentes. Pareceu-me que o local era palco para condutas relativamente “transgressoras”, consumo de entorpecentes, maconha, bebidas alcoólicas, vinho e cerveja, além de grupos de gays e lésbicas que por lá perambulavam, havendo espaço para darem as mãos e se beijarem, sobretudo as adolescentes. As rondas policiais, censoras dos costumes juvenis, parecem ser algo comum na vivência dos jovens de camadas populares. Álvaro certa vez em que estávamos andando pelo centro da cidade, após 23 horas, quando avistou uma viatura policial, afirmou que era comum que esses “enquadrassem”, isto é, revistassem os jovens que por ali circulam neste horário, assim como em seu bairro.

Cito outro trecho do diário de campo:

Passado alguns instantes, a iluminação de metade da Praça apagou-se, os rapazes comentaram então: “Nossa! Apagaram as luzes! É para a galera fumar maconha mais à vontade”. Comentaram sobre experiências com drogas. Leonardo havia tomado, certa vez, três Valium [tranquilizante], além de uísque e perguntei se ele não havia capotado, ao que respondeu afirmativamente. Outra vez bebeu acetona, para ver “no que dava”, quase morreu sufocado, “a garganta fechou”. Ricardo apontou o dedo para sua namorada e disse que ela adorava morfina; ela concordou e disse algo sobre isso relacionado a médicos e hospital, e os amigos deram risada.

Outro espaço de encontro e de convivência dos jovens é o *shopping*, que no início da década fora também palco de sociabilidade até que paulatinamente os integrantes desse grupo “foram sendo expulsos” de lá, segundo um informante, diante da vigilância cerrada dos

seguranças. Naquela época, era comum observar no *shopping* a presença de vários grupos, sobretudo daqueles que costumam se vestir de preto, usar coturnos e sobretudos, além de outros que trajavam camisas alusivas a bandas de *rock*. Esses grupos circulavam, sobretudo, no pavimento superior do *shopping*, onde estava localizada a praça de alimentação, além de um espaço dedicado ao lazer infantil e juvenil, no qual havia fliperamas, “máquinas de dançar” e outros equipamentos.

No entanto, ainda que não frequentem com tanta assiduidade o *shopping*, durante várias vezes em que estive com o grupo, seus integrantes saíam da Praça a fim de encontrar alguns amigos. Acompanhei-os algumas vezes ao *shopping* e quando lá entramos, percebi que os seguranças ficaram atentos à presença do grupo, até porque alguns de seus membros falavam em volume alto ou corriam no corredor. No entanto, a indumentária de alguns chamava atenção dos consumidores, já que se vestiam de preto, mas até discretamente. Em alguns momentos, quando pareciam fazer uma “arruaça comportada” eram alvo da atenção e do olhar reprovador de vigilantes e frequentadores.

Os frequentadores da Praça constituíam grupos, ou “tribos”, bastante heterogêneos, o que evidencia a diversidade de agrupamentos juvenis. Havia grupos de jovens alcunhados como EMOS (*emotional hardcore*), que se caracterizam pelos trajes coloridos, franjas sobre os olhos, além de cabelos coloridos e, estigmatizadamente, por serem suscetíveis a manifestações emocionais gratuitas. Ao lado deles, rapazes andavam de *skate* e outros caracterizados como *power-pop*, segundo um informante, exibiam estética semelhante aos EMOS, embora usassem indumentária de cores “berrantes”, como amarelo, vermelho e roxo. Apesar dessas variações, classificadas como distintas a partir de categorias nativas, isto é, construídas pelos próprios jovens, não foi possível estabelecer distinções entre esses grupos. Além deles, a Praça abrigava grupos juvenis de gays e lésbicas, cujos casais se beijavam nos bancos ou no coreto do local. Portanto, diante da diversidade de estilos juvenis que perambulam pelo local, não foi possível definir as características comuns do público que ali circula, sob pena de se incorrer em generalizações.

No processo de estabelecimento de fronteiras simbólicas, pareceu-me haver certa imbricação de estilos estéticos e, além disso, o grupo não apresentava coesão rígida, pois a cada quarta-feira “novos” membros surgiam momentaneamente e não retornavam, ainda que alguns sempre lá estivessem presentes, com quem meu contato foi mais duradouro, como Walter, Lívio, Ricardo e Álvaro. A Praça configurava-se então como palco de trocas sociais e vivências múltiplas, com vários grupos diferentes que por lá circulavam, alguns mais “fechados”, outros mais receptivos ao contato de “estranhos”.

Para superar a dificuldade em ordenar teoricamente essa multiplicidade de formas de sociabilidades grupais, toma-se como referência o conceito de circuito elaborado por Magnani (2005), designado como “um uso do espaço e dos equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade” (p. 179). Busca-se, então, conforme essa interpretação, não se ater tanto aos marcadores estéticos do grupo, ao estilo, mas a análise desloca-se para as formas de sociabilidade ali estabelecidas, para trocas e bem como para eventuais conflitos delas decorrentes. De acordo com as observações realizadas na Praça, não apenas esse espaço público é palco das vivências juvenis, como a própria circulação pelo Centro da cidade e por seus estabelecimentos comerciais (*shoppings*, carrinho de lanches, dentre outros) perfaz a sociabilidade dos jovens e a multiplicidade de experiências que constituem paulatinamente sua identidade social, delineada por práticas e representações relativamente semelhantes, com base nos marcadores geracionais, de gênero e estilo de vida, que conjuminam seu gosto e que se expressa no consumo, na apreensão de bens culturais e na estética corporal, a partir de sua condição social, de jovens pertencentes às camadas populares. Desta maneira, a noção de circuito, ao expressar a perambulação e os usos diversos que as sociações fazem do espaço urbano, quando aplicada ao grupo estudado, para além de patentear certa unidade de seu estilo – apreço por músicas de *rock*, uso intermitente de indumentárias pretas, dentre outros traços –, demarca as trocas sociais que os jovens podem estabelecer com base nos diversos locais que frequentam, o que possibilita a labilidade do grupo, isto é, a participação de diversos integrantes ao longo do trajeto realizado, como também o convívio e confronto com jovens que expressam estilos estéticos diferentes dos seus, por exemplo, os EMOS.

As impressões da sociabilidade vivida na Praça, durante quase todas as vezes em que foi possível observar os integrantes desse grupo, parecem indicar que se estava diante de uma profusão de jovens abertos às possibilidades que aquele local e o próprio Centro de Ribeirão Preto propiciavam e, sobretudo, aparentemente alvoroçados. Muitos falavam alto, gritavam com amigos e conhecidos que estavam ali, outros ouviam música, tocavam violão, andavam de *skate*. Outro aspecto relevante consistia na característica estética identitária dos grupos que costumavam circular pelo local, constituindo “várias tribos”, conforme afirmou Ricardo, um de seus frequentadores e também sujeito da pesquisa.

Conforme se aproximou o mês de julho, os jovens passaram a não ir com tanta assiduidade ao local, alguns por estarem iniciando cursos à noite. Outros, como Ricardo, estava desempregado na época e disse não ter dinheiro para se locomover até lá e Álvaro

afirmou não estar mais motivado para tal, como se já se sentisse relativamente adulto e não mais o atraísse estar em uma Praça frequentada sobretudo por adolescentes, conforme declarou posteriormente quando o encontrei por acaso no Centro.

Apesar da brevidade, creio que a observação foi extremamente valiosa para agregar elementos não apreensíveis via entrevista, por dependerem mais do registro dos fatos ocorridos do que qualquer elaboração discursiva, como a manifestação de relações jocosas, que não são facilmente descritas e apreensíveis verbalmente. Por outro lado, minha presença pode ter, vez ou outra, coibido a liberdade do grupo, já que faziam referência ao fato de que sou “psicólogo”, que ali estava para “analisá-los”, o que será discutido a seguir.

### **6.3 As implicações subjetivas do trabalho de campo**

Durante as vezes em que estive com o grupo, sempre fui referido como o “psicólogo” e não como “Eduardo” e certa vez Walter, um dos participantes, disse para mim: “Cara eu esqueci seu nome, pra mim você é o psicólogo!”, como registrei no diário de campo.

Cheguei à Praça por volta das oito da noite, dei uma volta à procura de Ricardo e de seu grupo de amigos, procurei pelo coreto, conforme ele tinha falado pelo telefone. Não os vi. Após completar uma volta pelo coreto, avistei-o junto a sua namorada e seu grupo de amigos. Cumprimentei-o, em seguida ele me apresentou como estudante aos amigos, os quais foram por mim cumprimentados. Falei que conhecia Ricardo da Faculdade, visto que ele trabalhou por um tempo como atendente na cantina da Faculdade de Filosofia, onde estudava, algum deles deu risada e disse algo como “Nossa, como o Ricardo é importante!” [...]. Aliás, assim que cheguei ao grupo, Ricardo disse: “Ele é o psicólogo”, os rapazes responderam: “Ah! O psicólogo” (Trecho do diário de campo).

O fato de ser identificado como psicólogo levou-os a certas fabulações, tais como se eu estaria ali para analisá-los psicologicamente e que eles não seriam um grupo “bom” para meu estudo, pois “falavam muita besteira”. Nessas ocasiões, procurei esclarecer, dizendo que não me interessava avaliá-los, nem julgar suas condutas, mas que eu estava ali para conhecer como conviviam entre si.

No entanto, esta é uma questão importante para o trabalho de campo, como o “outro” categoriza o “outro” que é o antropólogo? Já que a alteridade é uma via de mão dupla, sou também estranhado por aqueles que intento estranhar. Digo “intento” pois se trata de jovens,

urbanos, com faixa etária próxima à minha e o que parecia nos distinguir seria minha condição social e certa diferença de repertório cultural. No entanto, Walter certa vez perguntou a mim: “Cara, você já foi roqueiro?”, respondi que quando era adolescente gostava um pouco de *rock*, e que andava com um grupo que se caracterizava como tal, e com eles conheci algumas bandas, embora nunca me dedicasse a escutá-las. Perguntei, então, o motivo do questionamento, ao que ele retrucou que o fato de eu calçar tênis *All Stars* o levava a tal pressuposição, que lhe pareceu referendada por minha resposta.

Desse modo, evidencia-se como a relação entre observador e participante constitui-se ao longo de um processo, em que o primeiro paulatinamente vai reconhecendo o campo, assim como o segundo passa a tolerar sua presença. No meu caso, logo nos primeiros dias, senti-me relativamente aceito pelo grupo; pelo menos, eram bastante receptivos, e vez ou outra me perguntavam algo sobre Psicologia, o que constitui parte do processo acima mencionado, a construção da relação participante, em que a identidade do antropólogo é também constituída por seus partícipes.

Diante da pergunta de Walter, haveria identificação mútua entre mim e ele? A implicação subjetiva do pesquisador entre os “nativos” é comum em trabalhos etnográficos e, no caso, o fato de também ser jovem, possibilitava que me identificasse com os rapazes, tornando nosso contato “fluido”, sem grandes dificuldades. Acrescente-se a isso o fato de muitos deles gostarem de *rock*, e em minha adolescência participei de um grupo que também apreciava esse gênero musical e vestia-se de preto. Por isso, meu tênis *All Stars* pareceu representar, ou sintetizar então, nossa reciprocidade identitária, como se eu fosse, ao menos inconscientemente, “algum deles”.

A afirmação acima redundante no questionamento de como se constitui a experiência da alteridade diante do projeto de realizar uma “etnografia de nós mesmos”, ou seja, investigar cientificamente, com base no arcabouço teórico da Antropologia, a cultura ocidental urbana. Trata-se do que a Antropologia urbana tem perseguido, ao debruçar-se no estudo das populações que vivem na cidade, dada a diversidade de comportamentos, hábitos, crenças, valores que se manifestam nesse campo. No entanto, tal corrente não se furta apenas à descrição e registro da diversidade cultural, já que investiga também o significado desses comportamentos, experiências humanas em diversos tipos de relações, a saber, trabalho, sociabilidade, entretenimento, religiosidade (MAGNANI, 2000), nas palavras deste autor, “é possível mostrar que a cidade oferece também [a despeito da violência e contradições urbanas] lugares de lazer, que seus habitantes cultivam estilos particulares de entretenimento,

mantêm vínculos de sociabilidade e relacionamento, criam modos e padrões culturais diferenciados” (p. 19).

Para Romanelli (1998b), nas pesquisas antropológicas em meio urbano, o contato do pesquisador com o grupo estudado é intermitente e descontínuo, “o que dificulta a observação e o registro cotidiano, dos imponderáveis da vida social e mesmo de acontecimentos eventuais” (p. 124). Mesmo assim, é possível a prática da observação participante entre as camadas populares, sobretudo se o objeto de estudo forem as relações de sociabilidade no bairro, rituais e cultos religiosos, a forma de convivência nas escolas, por exemplo. De acordo com Peirano (1999), como atualmente os antropólogos não estudam *apenas* populações geográfica e culturalmente distantes, “a alteridade foi se tornando mais próxima [...], [mas] o princípio não desapareceu. A ideia de que a alteridade é um aspecto fundante da Antropologia sem a qual a disciplina não reconhece a si própria” (p. 2). A autora intitula como “alteridade próxima” a vivência da diferença entre o pesquisador e a população urbana que estuda, objetivando compreender determinados padrões de sociabilidade que se dão na cidade.

Na década de 1960, Lévi-Strauss (1962) publicou um artigo em que discutia a possibilidade do “desaparecimento” da antropologia, já que paulatinamente muitas das sociedades primitivas estudadas pelos antropólogos estavam se “transformando”, leia-se, modificando sua organização e suas instituições sociais diante do contato com os ocidentais, ou sendo dizimadas por doenças “importadas”, caso das populações indígenas brasileiras. Como tradicionalmente essa disciplina ocupou-se do estudo das sociedades ditas “primitivas”, qual seria seu destino diante de tais fatos? Para o autor, a Antropologia também sofrerá transformações mediante a “conversão de seu objeto de estudo”, o que implica modificações nas suas finalidades e métodos, intento possível mediante a constatação de que sua originalidade reside no estudo da relação entre pesquisador e nativo, já que a disciplina nunca foi definida em termos absolutos. Desse modo, o fato da civilização ocidental estar se estendendo, ressalta a importância de se considerar a experiência íntima do pesquisador no processo de investigação. Lévi-Strauss (1962) também argumenta que a civilização ocidental é complexa, marcada pela diversidade, por desvios diferenciais de uma cultura em relação à outra, o que constitui objeto de estudo do antropólogo.

Nesse sentido, cabe discutirmos que a experiência antropológica, assim como o conhecimento forjado a partir dela, é fruto do contato da subjetividade do pesquisador com a alteridade, com o outro. De acordo com Fonseca (2000a), na antropologia urbana a alteridade se revela em grupos sociais diferentes, estruturados por elementos como geração, classe, etnia, dentre outros. Assim, nos estudos na cidade, a alteridade constitui-se na tensão entre

dois polos: “o muito próximo que se confunde consigo mesmo e o muito distante que se apresenta como uma espécie inteiramente nova, de uma cultura irreduzível àquela do pesquisador” (FONSECA, 2000a, p. 211). No que tange aos grupos populares, essa autora afirma que, a despeito do interesse acadêmico despertado por seu estudo durante a década de 1980, a partir dos anos 1990 tal motivação arrefeceu, em virtude dos avanços do neoliberalismo e de modificações na própria sociabilidade desses grupos, por exemplo, em função do aumento da violência nas favelas. A pesquisadora interpela o etnocentrismo dos antropólogos diante dessa realidade, questionando se não seria a sensibilidade dos etnógrafos que goza de certo limite de tolerância. Como exemplo, Fonseca (2000a) cita que muitos fiéis pertencentes à igreja católica passaram a participar de cultos pentecostais que os estudiosos “não se dignam a frequentar”. Desse modo, percebe-se que a prática e discurso dos antropólogos longe de estar imune ao etnocentrismo, pode estar embebida nele, e sob aparência de elogio à diferença pode decorrer o repúdio ao outro.

Trata-se do que Carvalho (2002) também discute: “nas escolhas da representação do nativo, do outro, do subalterno, comparecem regimes de verdade construídos dentro de padrões de disciplinamento e de controle do poder e circulação das ideias” (p. 5-6). Nesse sentido, segundo o autor em questão, representar significa traduzir certo código cultural para uma representação textual, e o antropólogo traria uma “presença” oculta, silenciada, o sistema simbólico do nativo, à transparência textual da antropologia, o que implica um “filtro” particular. Em linha geertziana, Carvalho (2002) propõe que o pesquisador ao ser um intérprete do discurso nativo constitua-se como coautor deste, portanto, ajude-o a construí-lo. Assim, corre-se o risco de reproduzir o disciplinamento acadêmico, em que o discurso do outro prescinde de ser enquadrado nos moldes da área, levando à homogeneização discursiva, eliminando o recurso da empatia vivido em campo. O autor aponta que a antropologia deve abrir-se à experimentação diante do disciplinamento, o que depende do interesse cognitivo-afetivo do pesquisador. Congruente com as formulações de Carvalho (2002), Goldman (2006) afirma que o fundamento da antropologia situa-se na disposição do antropólogo em relacionar-se diretamente com determinado grupo, a fim de transformar esta vivência em tema de seu estudo.

Neste sentido, a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal. E é por isso, penso, que *alteridade* seja a noção ou a questão central da disciplina, o princípio que orienta e inflete, mas também limita, a nossa prática. Parte da nossa tarefa consiste em descobrir por que aquilo que as pessoas que estudamos fazem e dizem parece-lhes, eu não diria evidente, mas coerente,



conveniente, razoável. Mas a outra parte consiste em estar sempre se interrogando sobre até onde somos capazes de seguir o que elas dizem e fazem, até onde somos capazes de suportar a palavra nativa, as práticas e os saberes daqueles com quem escolhemos viver por um tempo (GOLDMAN, 2006, p. 167).

Diante de tais considerações, podemos remeter às formulações de Lévi-Strauss (1993) que coloca a antropologia como uma “sociologia da carne”, visto que o pesquisador vivencia intimamente a vida do outro, submetendo-se a suas formas de vida e ao deixar as suas, podendo praticar a “observação integral”, cujo risco é a absorção definitiva do observador pelo objeto que estuda. Esta hipótese parece ser mais provável entre aqueles antropólogos que estudam sociedades ditas “primitivas”, já que suas instituições, formas de vida têm organização extremamente diferente se comparadas ao Ocidente, embora haja princípios ordenadores comuns; basta aludirmos à proibição universal do incesto, também proposta por Lévi-Strauss. Para ele, o antropólogo dialoga com dois métodos, a saber, o empírico (observação) e o dedutivo (análise decorrente daquela), alternando-os e praticando-os de forma extrema, purificada, o que leva ao caráter distintivo da antropologia entre outras correntes do conhecimento:

ela é a única, provavelmente, a fazer da subjetividade mais íntima um meio de demonstração objetiva. Com efeito trata-se realmente de um fato objetivo: o mesmo espírito que se abandonou à experiência e deixou-se modelar por ela se torna o teatro de operações mentais que abolem as precedentes e, entretanto, transformam a experiência em modelo, possibilitando operações mentais (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 23)

Frente às considerações acima, unidas ao relato do trabalho de campo realizado, notamos que a experiência de campo, enquanto contato regular ou esporádico com o grupo estudado constitui uma abertura à sensibilidade do pesquisador, e perpassa não apenas seus conteúdos cognitivos, mas também afetivos. O trabalho de campo evidencia o quanto a subjetividade do antropólogo é o fundamento de sua prática e de seu conhecimento, ainda que ele procure escutar, olhar o outro, aquilo que apreende da cultura deste é refratado por sua disciplina e, acima de tudo, pela cultura ocidental em que se constituiu, como evidencia Oliveira (2006b). Deparamo-nos, então, com a complexidade do conceito de alteridade para a antropologia, visto que ele deve ser tomado tanto em relação ao antropólogo quanto em relação ao nativo, ou seja, há uma reciprocidade na apreensão do outro, visto que não apenas o antropólogo procura “compreender” o modo de vida do nativo, como este também “categoriza” aquele de determinada maneira, como, por exemplo, o “estrangeiro”, que não

pertence ao grupo, cujos hábitos são diversos. No caso do trabalho de campo em questão, fui categorizado como “psicólogo”, “roqueiro”, aquele que ali está para observar a conduta dos jovens, dizer se são loucos ou não, diante do qual o comportamento necessita de certa reserva, embora os participantes, com o desenrolar da noite e das observações, não evidenciassem estar extremamente preocupados com minha presença enquanto agente moralizador das práticas.

Em ambos os casos trata-se de operações cognitivas e afetivas. O pesquisador visa apreender “de dentro” a organização da cultura nativa, suas instituições, modos de vida e representações: os interlocutores por meio das mais diversas práticas procuram compreender o estrangeiro, dando forma a esse reconhecimento, conforme evidencia a análise de Kramer (1993). Em todo o caso estamos lidando com modos de conhecer o outro e de uma abertura da sensibilidade àquele que é diferente, onde a apreensão intelectual do estrangeiro compõe-se pela vivência afetiva, pelo sentimento de ser tomado por um movimento interior diante da “estranheza” do outro.

Nesse sentido, a proposição de Lévi-Strauss (1993) de que a antropologia seria uma “sociologia da carne” parece ser retomada, visto que por meio do contato regular com os nativos, o antropólogo pode vivenciar afetiva e corporalmente os acontecimentos do trabalho de campo, o que implica participar e observar o cotidiano do outro em ato, o que também contempla o discurso. Quais os limites da empatia, do sentir com, do sentir contra? Cabe salientar, inspirando-me em Oliveira (2006b), que a abertura do antropólogo ao sensível é um primeiro momento do método etnográfico, em que estas vivências são inscritas na subjetividade do pesquisador. No segundo momento, esse conteúdo é descrito e depois analisado, traduzido de acordo com os termos da disciplina, o que depende da linguagem do pesquisador e de seus limites, já que não é possível abarcar integralmente, via registro intelectual, a pleora de vivências que se deram em ato e no corpo durante o trabalho de campo.

Nota-se o quão candente se revela a discussão sobre alteridade na antropologia, o que implica também um questionamento metodológico, ou seja, da vivência do pesquisador em campo e das relações que ele e nativos estabelecem. Considerar o outro implica uma apreensão sensível e intelectual, o que ocorre da parte do antropólogo, e também da parte dos nativos, ainda que sua forma de conhecimento seja diversa daquela que habitualmente concebemos como tal, mas talvez seja nesse ponto que resida a peculiaridade da etnografia, ou seja, quando inventariamos não apenas o outro, mas o modo como este nos contempla e compreende. A realização do trabalho de campo regular, que exige a observação e vivência

dos modos de vida do nativo em ato, em carne, constitui um modo de afetar-se e conhecer o outro, não dissociando “campo” e “gabinete”, que podem ser concebidos como tempos diferentes e conjuntos da pesquisa antropológica, proposição a partir da leitura de DaMatta (1987). Ainda que se trate de tempos relativamente diversos, a possibilidade de integrá-los parece “corporificar” o trabalho etnográfico, revelar que para além das páginas mofadas ou reluzentes de um papel, reside o registro sensível e intelectual de alguém que “esteve lá”, em campo, seja convivendo com nativos de carne e osso, como propôs Malinowski, ou com jovens urbanos, calçando *All Stars* e ouvindo Led Zeppelin.



## 7. RELAÇÕES DE GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA

*“Ora, você sabe melhor que eu. Esses jovens nobres que se comportam um pouco como mulher. Sem colhões”.*

*Ela refletiu.*

*“Mas você acha que é disso que se trata?”, perguntou ela, um pouco aborrecida.*

*“Quando um homem é bobo, a gente diz que não tem miolos; quando ele é malvado, que não tem coração; quando é covarde, que não tem estômago. E quando não tem o espírito vivo e incontrolável de homem, o que se diz é que não tem colhões. Quando parece domesticado”.*

*Ela refletiu.*

*“E Clifford é domesticado?”, perguntou ela.*

*“Domesticado, mas com raiva disso: como a maioria dos homens que são assim, quando você esbarra num deles”.*

*“E você, a seu ver, não é domesticado?”*

*“Talvez não completamente – não de todo!”*

*O amante de lady Chatterley - D. H. Lawrence (2010, p. 322)*

### 7.1 Gênero e a construção das masculinidades

Conforme já foi discutido, a alteridade constitui via recíproca na relação entre pesquisador e participante; ambos podem praticar o estranhamento do outro e assim se reconhecem como partícipes de condições comuns, a partir de marcadores sociais da diferença como camada social, gênero, raça, dentre outros, o que redundará em manifestações empáticas, que perfazem certa identificação e enreda suas afetividades. A alteridade é construída ao longo do trabalho de campo, das observações assim como na situação de entrevista, que embora seja mais delimitada, também se presta ao confronto das diferenças, por exemplo, quando o pesquisador é portador de determinado repertório cultural e provém de camada social diferente da de seus entrevistados, conquanto ambos compartilhem o mesmo sexo.

A problemática da alteridade e a dimensão da subjetividade dos sujeitos esboçaram-se de forma específica durante as entrevistas, quando as questões estavam voltadas para o modo como os jovens representavam a masculinidade e como a vivenciavam nas práticas cotidianas.

As perguntas sobre essa temática deixaram os participantes ora silentes, ora reticentes, sentindo-se incapazes de respondê-las. Questões como: “O que significa ser homem para você?”, “O que torna alguém um homem?”, “O que é necessário para se construir um homem?” comumente levaram os entrevistados a certa inquietude e silenciamento.

Qual a natureza desta “angústia”? Se a masculinidade precisa ser constantemente reafirmada, por que, ao mesmo tempo, torna-se tão pungente tratar de alguns de seus aspectos? Por mais que em um primeiro momento fosse difícil que verbalizassem a respeito da constituição da masculinidade, de acordo com as interpelações supracitadas, paulatinamente, os entrevistados, em geral, puderam conversar a respeito, a partir de perguntas adaptadas sobre o tema que o pesquisador formulou na ocasião de cada entrevista, bem como de sua postura continente, isto é, aberta à alteridade, e sensível ao conteúdo explanado, ao refinar sua escuta e perceber os limites de cada um para tratar do assunto. A seguir apresentam-se alguns relatos que exprimem a inquietação dos participantes ao serem inquiridos sobre a constituição da masculinidade:

Ter um objetivo, pergunta meio difícil... tornar alguém, ser um homem... sei lá... ele tem a cumprir com os deveres dele, com o papel de tudo, ser honesto, ser um homem não de duas palavras, ter uma só, ser pontual, sei lá, é difícil responder essa pergunta, ser um homem pontual, não tendo duas caras, lá fora ele é um, aqui dentro é outro, vamos supor, numa casa, do portão pra fora ele é diferente, vamos supor, ele é um homem, mas se torna outro tipo de homem, sei lá, outro tipo de... de jeito, não jeito assim, de bicha, mas um outro jeito que ele num é dentro de casa, acho que num pode ser assim, tem que ser do mesmo jeito que eu sou aqui, eu sou lá fora, num tem uma diferença assim, do mesmo jeito que eu sou aqui eu sou lá fora, pra mim isso é uma atitude de um homem, não ser duas caras (Rubens).

Ser homem? É ser o leão [...] depende do tipo de homem que você tá querendo falar, pra mim homem é o que mantém, é o que dá a palavra final, é a cabeça da família, respeita a esposa, os filhos, os educa, os ama. Agora têm pessoas que acha que o homem é outra coisa, agora eu acho que é isso, homem é o que cata todo mundo, pega qualquer menina, é o garanhão, é o cara forte, que bate, dá medo em todo mundo, pra mim isso num é homem [...]. O que diferencia um homem e uma mulher? Tudo, totalmente diferente uma coisa da outra, sei lá, alguma coisa num sei falar não, mulher cuida da casa, o homem cuida da casa dela, sei lá, é mais complicadinho de explicar (Fábio).

Os relatos remetem à constituição da masculinidade e também da sexualidade, quando Fábio afirma que “ser homem é ser o leão”, pode-se aludir à ideia de que a linguagem da sexualidade pauta-se na masculinidade, conforme proposição de Weeks (1999). Nota-se nos excertos acima que para os participantes “ser homem” relaciona-se a “ter palavra”, “caráter”,

o que remete à dimensão moral da masculinidade relacionada à honra, conforme se pode apreender também nas falas abaixo.

Entrevistador: Para você o que significa ser homem?

Álvaro: (Silêncio) Nada, não significa nada, significa que eu tenho pinto, única diferença de ser mulher, que a mulher não tem, a mulher tem dois peitos no lugar, acho que é essa a vantagem, num sei, cara, não significa nada.

Entrevistador: Mas o que você acha que é necessário para construir um homem?

Álvaro: Acho que a mulher psicologicamente, num sei, não que eu entenda de Psicologia, que eu vejo mais, ela sofre mais com as coisas, geralmente o cara é mais casca grossa, ele aguenta mais, cara, eu acho que o cara, eu assisti muitos filmes de guerra na minha vida, o cara tem que ter honra, o cara tem que ter respeito, tem que respeitar as pessoas, acho isso cara, o homem se faz a partir disso aí, tem que ser um cara honesto, cara tem que ter isso, não só o cara, a mulher também, mas principalmente o cara, o cara tem que ter honestidade, respeito, sei lá, coisas assim...

Entrevistador: Honestidade pra você é...

Álvaro: Assumir o que você faz, principalmente isso, é não fazer o que você não acha que deve ser feito. Ah, cara, não sei, aceitar uma condição que você num... tipo eu, por exemplo, não trabalho em *shopping*, porque eu... por eu não gostar do ambiente, porque eu num trabalho de domingo a domingo, se um dia eu precisar muito na minha vida, tá ligado? Mas hoje, cara, eu num trabalho, mas isso é ser honesto comigo mesmo, são muitas coisas no estilo... não roubar, acho que roubar é uma bosta, é uma sacanagem, roubar... respeito, cara...

Márcio: Tipo, ser homem, é você mostrar seu caráter, o que você precisar fazer você não ter vergonha de fazer, é você mostrar, uai, sei lá, tipo, como que eu posso falar, é você ajudar...

Entrevistador: O que torna alguém homem pra você?

Márcio: O caráter...

Entrevistador: O caráter pra você é o quê?

Márcio: Você não ser uma pessoa assim, mentirosa, falsa, desonesta, porque o homem tem que ser tudo tipo, certo, num abusar da pessoa assim... não ser desonesto com a pessoa, por exemplo, de repente você está no serviço, a pessoa fazer uma coisa que você fez e acusar a outra. Mostrar seu caráter, o que precisar de fazer não ter vergonha de fazer, você mostrar, sei lá, ajudar, sei lá... caráter torna alguém homem, caráter é não ser uma pessoa mentirosa, falsa, desonesta, porque o homem tem que ser certo, não abusar da pessoa, não ser desonesto com a pessoa, por exemplo, no serviço, acusar outro de algo que você fez.

Entrevistador: O que diferencia o homem da mulher?

Rubens: (Silêncio) Assim do lado físico, em geral?

Entrevistador: Como você quiser responder...

Rubens: Ah! Diferencia nos afazeres, né? Uma mulher pode trabalhar, mas num serviço não pesado, a mulher pode trabalhar, mas depende do tipo de serviço, isso que diferencia um homem de uma mulher, a mulher é mais sensível, ela é mais cuidadosa, ela é... sensível, o homem não, o homem é mais bruto, pelo menos... eu... eu sou assim, que nem no meu serviço

antigamente, eu trabalhava com uma mulher, aí eu falei assim: “Sempre que você for pegar alguma coisa pesada, você me chama”, ela não me chamava, eu ia atrás dela, via que ela ia pegar, se ela ia pegar uma coisa pesada, eu pegava pra ela, ela fazia o mesmo serviço que eu, eu acho que isso daí não é um serviço pra uma mulher, pode ser um outro serviço, assim, fazer nota, mas ali, pegar peso, eu num acho que é serviço para um mulher, não querendo ser machista, mas a mulher é sensível, não pode fazer isso, a mulher é um doce.

Entrevistador: Você acha que o homem não é sensível?

Rubens: Ah! Tem seu lado sensível, mas ele é mais bruto, ele aguenta mais, pelo menos eu aguento o que era lá, fisicamente...

De acordo com os relatos, evidenciam-se aspectos da subjetividade dos participantes no que tange à construção da masculinidade. Como se nota, em um primeiro momento, Álvaro recorre à anatomia para justificar sua condição masculina e assim, o sexo em sua dimensão biológica é tomado como justificativa das relações de gênero. No discurso dos participantes revelam-se expressões como “ser honesto”, “respeito”, “assumir o que se faz”, “caráter”, que se relacionam à constituição e imposição da virilidade aos homens. Trata-se da dimensão da honra tida tradicionalmente como imprescindível à expressão da masculinidade. Portanto, a construção da masculinidade parece estar relacionada à honra, à virilidade, como os estudos de gênero evidenciam.

Rubens e Fábio recorrem à ideia de honra para justificar a constituição do gênero, em que o homem precisa “impor-se” tanto nas relações públicas quanto domésticas como agente moral, “aquele que tem palavra” e respeito por sua família. Cumpre esclarecer que na entrevista com Joaquim, as perguntas relacionadas a gênero pareceram constituir um questionamento de sua masculinidade, apesar de se tratar de impressão extremamente subjetiva. Assim que as primeiras inquirições a respeito foram feitas, diante da reação inamistosa do participante, as perguntas sobre essa temática foram alteradas; tanto que, ao final da entrevista, ele relatou não se sentir “ofendido” em nenhum momento, embora tenha parecido por alguns instantes. Nesse sentido, a honra, componente importante da masculinidade, parece ser autoatribuída, isto é, subjetivamente vivenciada e autoimposta, ao mesmo tempo em que necessita do outro, seja no universo das relações domésticas ou públicas, para ser constatada e referendada, visto que os participantes a apontam como ideal moral relacionado à alteridade. Álvaro, por exemplo, chega a afirmar que o homem tem “necessidade” de ser mais honesto que a mulher, pois disso parece depender a constituição da masculinidade.

Os depoimentos dos participantes a respeito da condição masculina, bem como suas hesitações, dúvidas, angústias, revelam que o gênero se expressa não apenas no plano das



representações conscientes, como também nos códigos transmitidos pelas instituições socializadoras, cuja ação paulatina imputa caráter atávico às práticas, revestidas de certa “naturalidade”. Essa, por sua vez, pode ser interpretada, grosso modo, como manifestações inconscientes, no sentido de que os entrevistados, no caso, não reconhecem os motivos plenos do que fazem, pensam, mas subjetivamente sentem-se tolhidos em manifestar que gozam de atributos como honra e hombridade, que respaldam sua masculinidade. Ademais, os excertos acima coligidos exprimem que as funções socializantes tipicamente atribuídas ao homem e à mulher, bem como o próprio corpo e sua biologia, constituem fatos que justificam as diferenças de gênero e as desigualdades de poder delas decorrentes.

As formulações supracitadas podem ser clarificadas e respaldadas teoricamente a partir da evidência de que a ordem androcêntrica, para Bourdieu (2007b), dispensa justificações, está inscrita na homologia do gênero, isto é, nos pares de oposição que a sustentam, de modo que a socialização paulatinamente constrói os corpos sexuados a partir da dominação masculina, levando o autor a traçar a existência de um “inconsciente sexuado”, que governa a estrutura do gênero, conceito criticado por Corrêa (1999), conforme já discutido na introdução deste trabalho. Todavia, apesar dessas críticas, o conceito em questão deve ser analisado de modo histórico e contextual – tal como foi esclarecido anteriormente – a fim de matizar as proposições universalizantes de Bourdieu a respeito da dominação masculina, na medida em que o arcabouço teórico desse sociólogo destinava-se a ser aplicado à análise de diversos campos de luta, em sociedades diversas<sup>11</sup>. Tal qual afirma Castel (2005, p. 357): “o pensamento de Bourdieu é um pensamento forte e fortemente estruturado, que traz a ambição de possuir um princípio quase universal de explicação do funcionamento do mundo social e de expô-lo na diversidade de suas aplicações, até, na verdade, cobrir praticamente todo o campo dos problemas sociais”.

O inconsciente sexuado parece derivar do *habitus*, estrutura pautada na subjetivação da posição de classe do agente no espaço social, cuja expressão se dá por meio de práticas e modos de apreensão da realidade, que traduzem determinado estilo de vida e constituem um conjunto de coações relacionadas ao gênero imputadas por instituições e incorporadas pelo agente social na forma de elementos estruturantes e inconscientes. A força da justificação da

---

<sup>11</sup> A título de ilustração, o excerto a seguir evidencia de que maneira Bourdieu inclui sua análise a respeito da dominação masculina no bojo de sua teoria da prática. Ao sumarizar suas proposições acerca da dominação masculina afirma que ela “em última análise, *fundamenta-se na lógica da economia das trocas simbólicas*, isto é, na assimetria fundamental entre homens e mulheres, instituída na construção social de parentesco e casamento: a assimetria entre sujeito e objeto, agente e instrumento. É a relativa autonomia da economia do capital simbólico que explica que a dominação masculina possa perpetuar-se apesar das transformações no modo de produção” (BOURDIEU, 1998d, p. 24, grifo do autor).

ordem androcêntrica talvez possa relacionar-se também com a própria trajetória geracional e familiar do sujeito, de acordo com a ideia de que o *habitus*, geracionalmente composto, ao subjetivar a estrutura, deslinda também cursos previsíveis e, muitas vezes inconscientes, para a ordem do gênero, isto é, o próprio processo de socialização familiar acarreta a transmissão inconsciente de códigos relacionados à dominação masculina. Tentando “trabalhar” com o arcabouço teórico bourdieusiano, talvez, o conceito de “inconsciente sexuado” deva ser relacionado ao de *illusio* (BOURDIEU, 2009), que diz respeito à crença que o agente social deposita no “jogo”, isto é, o senso de significação do mundo, de que esse dispõe de um sentido orientador, uma direção, que se traduz no interesse daquele pela realidade, a partir da congruência entre *habitus/campo*, ou seja, das disposições incorporadas e das trocas simbólicas que o universo social demanda do sujeito.

A fé prática é o direito de entrada que tacitamente todos os campos impõem, não somente ao sancionar e excluir aqueles que destroem o jogo, mas fazendo de forma que, praticamente, as operações de seleção e de formação dos recém-admitidos (ritos de passagem, exames, etc.) sejam de natureza a obter que eles atribuam aos pressupostos fundamentais do campo a adesão indiscutida, pré-reflexiva, ingênua, nativa, que define a doxa como crença originária (BOURDIEU, 2009, p. 110-111).

Para Oliveira (2005), a *illusio* representa a libido socializada, “uma forma de pulsão que metaforiza alvos, que desloca e recria objetos, que estipula metas, que concentra interesses, enfim, que direciona os esforços explícitos e implícitos de uma cultura que hierarquiza os seus valores enquanto lugares simbólicos” (p. 539). Ainda segundo esse autor, no plano subjetivo, a *illusio* possibilitaria que o agente social atribuísse sentido ao mundo, devotando interesse a ele, compondo metas, objetivos a serem perseguidos. De que maneira o conceito em questão relaciona-se ao inconsciente sexuado também proposto por Bourdieu? Aventa-se que o inconsciente sexuado, enquanto parte do *habitus*, justifica a ordem androcêntrica como evidente por si mesma também a partir da *illusio*, da crença na realidade, na ideia de que as desigualdades de gênero estão conformadas “porque estão, porque são”, o que se manifesta na naturalização da dominação social. Por outro lado, a noção de inconsciente sexuado resvala na concepção de patriarcado, enquanto dominação universal do masculino sobre o feminino, conceito criticado por Butler (2008, p. 20), por “seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe”, em um esforço da cultura ocidental de instrumentalizar e justificar a dominação

masculina em contextos não ocidentais, a fim de promover reivindicações e representatividade do feminismo.

Essas ponderações podem ser melhor analisadas quando se discute as formas de sociabilidade e a alteridade que os jovens vivenciam com as mulheres. A maioria dos entrevistados declarou que têm amigas, no entanto, diferenciam a qualidade dessas relações daquelas que tecem com seus amigos, já que muitas vezes a amizade com uma moça confunde-se com interesse afetivo-sexual, que pode estar na iminência de se concretizar, como atestam as falas:

Na minha mente eu nunca deixo a menina virar amiga, né? Num pode virar amiga, a mina que você quer pegar num pode virar amiga, se virar amiga já era... “Ah! A gente é só amigo”, entendeu? Aí... aí num pode, a menina que eu tô interessado ela num pode virar amiga não, mas... se acontecer de virar amiga, né? Aí parte pra outra, né? (Arthur).

A amiga que eu tenho, que não é diferente é a namorada do Fabrício, que ela é uma amiga, porque o cara é o meu melhor amigo, e ela é a namorada do cara, então, mas... amizade é complicado, cara, porque, tipo assim, você é amigo da mina, aí você... é muito legal, é a mesma coisa, tá ligado? Só que de repente você olha assim um dia, você fala: “Porra, ela é bonita”, tá ligado? Aí, mas... num sei... tem esse tipo de diferença, tem uma hora que dá uma diferença por ela ser, às vezes você se sente atraído, às vezes... mas o tratamento assim não, o tratamento de... homem pode isso, mulher não, mulher pode isso, homem não... num sei, esse tipo de coisa num rola. Às vezes rola uma coisa de atração assim, aí você fica meio encanado, né, cara? De ficar muito tempo com a menina, sei lá (Álvaro).

Apenas Daniel afirmou que prefere suas amigas a seus amigos no que tange a conversas mais íntimas, já que considera os últimos “brincalhões” demais, enquanto elas são mais sérias.

Acho que as mulheres são mais maduras, acho que eu amadureci muito rápido, os homens são meio imaturos, falam algumas coisas, às vezes, homem é mais pra curtir [...] a mulher o assunto é diferente, você conversa coisa mais séria (Daniel).

Dentre as observações realizadas na Praça constata-se que entre o grupo de pares eram comuns conversas de tom jocoso na presença das jovens, e algumas também assumiam tal postura, embora aparentemente com maior reserva. Talvez o contexto do local predispuesse a isso, visto que é palco para sociabilidade de gays e lésbicas, que circulam de mãos dadas, paqueram, marcam encontros, além de certas meninas que se sentam nos bancos da Praça e

beijam-se com ardor. Na Praça, manifestações afetivas de cunho livre, menos presas a tradições normativas, são possíveis, já que nesse espaço de sociabilidade, condutas transgressivas parecem menos sujeitas à repressão, inclusive no que diz respeito à expressão da subjetividade dos sujeitos. Dentre os interlocutores, não foram notadas manifestações de preconceito em relação a esse tipo de comportamento, no máximo expressões de êxtase diante do beijo entre duas moças.

Uma das situações que trouxe bastante surpresa foi quando uma jovem pareceu inverter toda ordem do gênero e contrapôs discursivamente a matriz heterossexual. Em determinada ocasião ela passou a perguntar aos rapazes e às moças quem gostaria de “ser lésbica” dentre eles, invertendo o padrão normativo heterossexual.

Marcos sentou-se no colo de Álvaro e Tiago, durante alguns minutos, enquanto conversavam com um casal que também estava no banco. Não houve reprovação dessa conduta por parte dos outros, eles pareciam sentar-se com bastante naturalidade. Tempos depois uma adolescente aproximou-se do grupo e começou a bradar e perguntar: “Quem é hétero aqui? Quem é hétero aqui?”. Na primeira vez em que inquiriu, nenhum dos meninos respondeu; depois, ela tornou a perguntar, um deles deu risada e disse, o fulano não levantou a mão, mas quase todos haviam levantado, quando da segunda vez. No entanto, essa mesma menina, em outro momento perguntou: “Quem quer ser lésbica, levanta a mão!”, “Quem quer ser lésbica, levanta a mão!”. Ela então perguntava a cada uma de suas colegas e aos meninos também: “Você num quer ser lésbica, vai, levanta a mão!”, perguntando a eles se gostariam de ser lésbicas. (Trecho do diário de campo).

Alguns entrevistados aludiram aos motivos que levariam um homem a ser gay, que para eles está relacionado a ser efeminado, conforme se apreende das falas de Rubens e Fábio. Nota-se em ambos a referência a concepções religiosas como suporte para explicações sobre a homossexualidade, acrescida de alusões às relações familiares.

Depende dele... acho que gay, gay é um gay, é o cara... gay, não tem como ele ser homem, tem? Acho que gay é o gay, se ele decidiu virar gay, acho que... cada um... como diz a Bíblia cada um tem seu livre arbítrio, né? Pode seguir qualquer caminho, se ele quer seguir, acho que ele quer ser gay, gosta de roupa feminina, sei lá, aí é a parte dele, aí é ele [...] ele é um homem, mas tá se vestindo de... ele é um gay, quer virar uma mulher, difícil responder essa pergunta (riso contido) (Rubens).

Biblicamente falando é a mãe que toma conta dos filhos, ela que educa, ela que traz os princípios da família, os princípios do pai e da mãe, ela que dá tudo, ela que dá o leite também, né? A mãe é que dá o suporte, o pai mantém, a mãe cuida. [...] O pai cuida, o pai mantém, mas é fundamental também a presença do pai, tudo junto, né? É tudo um conjunto, né? Se um

falhar, o filho vai ser o reflexo da falta de um dos dois [...]. Dizem que o homossexualismo aflora no menino por ele ter contato só com a mãe, ou de repente tem com a irmã, então o filho não tem, não vê o pai como exemplo, então ele vê só a mãe, então ele vai pegar o jeito afeminado da mãe, aí acha que é homossexual, por causa disso. Não teve a presença do pai pra repreender, pra ser um exemplo pra ele (Fábio).

De acordo com Connel (1997), a opressão localiza as masculinidades homossexuais na posição mais baixa da hierarquia de gênero entre homens, visto que na ideologia patriarcal a homossexualidade representa tudo que é simbolicamente execrado pela virilidade. Dessa maneira, a análise da masculinidade deve abranger a relação entre sua vertente hegemônica e subalterna, o que inclui os gays. Na trilha da análise empreendida por Connel, as proposições de Welzer-Lang (2001) a respeito do heterossexismo, qual seja, “a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual” (p. 467), são de extrema importância. O heterossexismo consiste na valorização soberana da heterossexualidade e na subordinação da homossexualidade por parte de instituições e indivíduos. De acordo com essa noção, o mundo é dado como heterossexual, salvo exceções. No entanto, isso não se limita à subjugação da homossexualidade, qualquer forma de sexualidade que não se enquadre na heterossexualidade, no modelo único, é rechaçada, por exemplo, a bissexualidade e as sexualidades transexuais (WELZER-LANG, 2001). O mesmo autor afirma que há um paradigma duplo e naturalista que concebe a superioridade masculina perante as mulheres e que também impinge de modo normativo como a sexualidade masculina deve ser composta, qual seja, o homem ativo e dominante, tido como o “verdadeiro homem”.

Este homem viril na apresentação pessoal e em suas práticas, logo não afeminado, ativo, dominante, pode aspirar a privilégios do gênero. Os outros, aqueles que se distinguem por uma razão ou outra, por sua aparência, ou seus gostos sexuais por homens, representam uma forma de não-submissão ao gênero, à normatividade heterossexual [...] são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos “outros”, ao grupo dos dominados(as) que compreende mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem normal (WELZER-LANG, 2001, p. 468).

No que tange à sociabilidade entre grupos de homens e mulheres, a maioria dos entrevistados afirmou que seu comportamento e de seus pares, de modo geral, modifica-se na presença de mulheres, já que apesar de desfrutarem de liberdade nestas relações, frequentemente amenizam o tom das conversas, evitando falar “besteiras”, como palavras de baixo calão, chulas, ou assuntos relativos a sexo. Pode-se subentender que a presença de mulheres no grupo de jovens do sexo masculino representa a possibilidade de seduzirem-nas,

de tentarem engajamentos afetivos ou sexuais, embora não se possa generalizar tal afirmação. Diante do fato de que a virilidade é sobretudo uma manifestação pública, táticas como a sedução, poderiam levar à manifestação patente de sua masculinidade, sob olhar do grupo de pares e atestada por esses.

Essas constatações pertencem ao âmbito da sexualidade, que mais do que pautada em diferenças psicológicas, é fruto de recursos sociais forjados a partir do valor a ela atribuído por cada “nicho social”, de acordo com Heilborn (1999). Ainda segundo essa autora, dentre os segmentos populares, mas não apenas neles, a iniciação sexual dos rapazes é frequentemente comentada com os pares, sendo a opinião do outro importante para a construção de si, em que se revela a natureza moral do “homem sedutor” que deve ser ratificada pelos pares. “Essa disposição, culturalmente fabricada, não é de fato alcançada por todos os sujeitos, mas se integra como um dos elementos que definem a masculinidade: uma disposição ativa para o sexo e o desejo de exploração de suas múltiplas possibilidades” (HEILBORN, 1999, p. 46). Sobre a presença de mulheres em grupos masculinos, Álvaro afirma que há diferenças no comportamento dos rapazes:

Tem às vezes, tá ligado, cara? Porque, eu sou... tipo, eu num ligo de falar a palavra sexo aqui alto, ou cocô, tá ligado? Porque pra mim não me incomoda, mas incomoda algumas pessoas. Mas quando eu estou num meio entre homens e mulher... porque homem é isso mesmo, normal, ainda mais quando está entre amigos, tá ligado? Mas quando tem mulher, cara, eu num fico muito maquiando, tá ligado? Você chega pra mina e fica: “Ah, hihhi”... coisas assim, às vezes você nem está afim da mina, você está lá trocando uma ideia mesmo, eu num faço diferença, às vezes rola, às vezes assim... se eu vejo que a pessoa num curte eu tento evitar um pouco, porque não faz sentido também, não tem necessidade, o que incomoda, tá ligado? Mas num vejo muita, é esses os caso assim, num faço muito diferença não [...]. Sei lá falar umas piadas sobre puta, umas coisas assim, você num falar pra uma mulher porque ela provavelmente não vai achar engraçado, num tem porque (Álvaro).

Apesar de tais afirmações poderem ser incluídas no rol de manifestações tradicionais a respeito das relações de gênero, já que evidenciam a imposição do modelo de exercício da masculinidade, os entrevistados também relataram vias alternativas a ele. A difusão de códigos modernos pode contribuir para modificações nesse padrão, pois a maior parte dos participantes afirmou também a importância do homem ser parceiro da mulher. Isso ocorre principalmente no que tange ao relacionamento afetivo-sexual entre homem e mulher, quando afirmam a importância da parceria nessas relações, onde não caberia mais ao primeiro colocar-se como “dominante”, e sim como aquele que procura estabelecer posição

relativamente equilibrada. Essas constatações estão em consonância com aquelas documentadas por Nascimento e Gomes (2008), que investigaram o sentido que jovens do sexo masculino pertencentes às camadas populares do Rio de Janeiro atribuíam à sexualidade. Conforme esses autores, os participantes manifestaram marcas tradicionais a respeito da masculinidade, como também traços que constituem inovações ao modelo hegemônico, por exemplo, o homem colocar-se não somente como provedor da família, mas também como aquele capaz de cuidar, seja de tarefas domésticas, seja no trato com os filhos, o que em gerações anteriores era tipicamente atribuído às mulheres.

O que diferencia [comportamento do “homem atual” em relação ao do passado] eu acho que é a visão que a sociedade masculina teve com relação à mulher. Antigamente a mulher era só pra procriar e cuidar da casa, hoje não, hoje é diferente, hoje a mulher num é só pra ter um filho, mas é pra viver junto com o homem, os dois vive junto, tem uma coisa junto, cresce junto, ela trabalha, ele trabalha, e por aí vai, acho que tem muita, tem uma grande diferença... por exemplo, o padrasto da minha mãe falava que mulher num tinha que [...] hoje eu não, acho que a mulher tem que trabalhar, tem que fazer a parte dela, mas ela tem que cuidar também da criação dos filhos e da casa, o homem tem que ajudar também, num é só a mulher que tem que esfregar o chão, o homem tem que esfregar também (Fábio).

Vamos supor, eu sou o homem da família, o que eles esperam de mim? Pros machistas, esperam: “Ah! Ele vai ser o homem da casa, ele que vai dá a palavra”, certo? Mas assim, normalmente, pra quem não é... pra quem... tipo, num é machista, num tem o pensamento machista, é assim: “Ah! Mais uma pessoa vai ajudar aqui dentro”, só isso, entendeu. Tipo, num tem uma visão machista: “Olha, ele é homem, é, tipo, sabe? Ele dá a palavra”, pra uma pessoa machista, mas pra uma pessoa que não é machista, num vai pensar assim: “É mais uma pessoa aqui pra ajudar”, é uma pessoa como se fosse outra, quer dizer, num diferencia o homem da mulher, entendeu? Tipo, tipo... ele dá a palavra, num tem dessa, assim tipo, tudo se resolve na conversa, num... conversar junto e eles dão a palavra juntos, né? As pessoas da família, tipo, vamos supor, o pai e a mãe, assim... entendeu? (Arthur).

Os pais geralmente pegam mais no pé da mulher, dão menos liberdade pra mulher do que pro homem, a sociedade é assim [...] questão de sexo, isso é bem diferente, homem e a mulher, se o homem está saindo com um monte de mulher, o pai fala que o filho é garanhão, se a mulher está saindo com um monte de homem, o pai já não gosta [...] o certo era ser justo, os dois são a mesma coisa, o certo era ser igual, se o homem catar é galinha, se a mulher catar é galinha, os dois... ou os dois são garanhões, acho que tem que ser igual pros dois, em lugar nenhum isso é igual, totalmente diferente, o oposto [...]. Eu acho que sim, a mulher tem dificuldade perante o sexo, isso aí é uma dificuldade para a mulher, se a mulher gosta mais de sair com homem, isso é bem mais cobrado dela [...] se ela gosta de curtir, ela fica bem mais falada, o homem não, se ele gosta de curtir, ele é o garanhão para o pai dele (Daniel).

Como se nota, a maioria dos entrevistados parece conceber, alternativamente e em contraposição à postura tradicional, um relacionamento relativamente mais equilibrado entre homem e mulher, se comparado ao vigente em gerações anteriores. Tais constatações são importantes por evidenciar que já se verifica nas camadas populares a difusão de códigos modernos de relacionamento, embora a presença de traços tradicionais não possa ser negligenciada, tal qual a afirmação de Márcio, relativamente distinta das anteriores, que postulam maior igualdade entre o casal:

Sei lá, mulher, tipo... o que ela gosta de fazer é cozinhar, então, sei lá, mulher cozinha, lavar uma roupa, limpar uma casa e ser mulher tipo na hora H [...], saber, tipo, sei lá, fazer o negócio na hora certa. De repente você chega mó morto, cansado, mulher já pula em cima de você já, e aí, como é que você vai fazer o negócio cansado? Porque mulher não é só... tipo, máquina de lavar roupa, fazer comida, ela tem que ter também o dia dela, tipo, você tem que mostrar pra ela que ela não é só sua empregada [...], você levar ela, tipo, pra comer fora, porque com certeza a mulher enjoa de comer só a comida dela, levar ela num restaurante, num cinema, fazer tudo que você fazia com ela antes de casar, quando vocês namoravam... (Márcio).

Essas interpretações dos entrevistados merecem ser analisadas com cuidado, isto é, de que maneira os códigos modernos estariam se difundindo entre as camadas populares? Seriam modificações nas formas de relacionamento do casal? Qual o papel das instâncias de socialização, como escola, mídia, família, religiões, nesse processo, como analisa Setton (2002, 2009)? Como os códigos difundidos por essas diferentes instituições, isto é, as representações sobre gênero, são consonantes ou concorrem entre si na vivência subjetiva dos participantes?

Discursos sobre modificações nas relações de gênero também constam em outros trechos das entrevistas, quando os interlocutores declararam que a situação feminina atual é diferente da vivida no passado, em que a dominação masculina e a ordem patriarcal impunham-se sobre os relacionamentos afetivo-sexuais com grande força, redundando na subordinação extrema da mulher. Conforme se depreende dos discursos, é possível que a mulher tenha maior liberdade no relacionamento do casal e no universo familiar, o que foi resultado de sua inserção no mercado de trabalho, segundo os participantes. Os dados obtidos indicam que os entrevistados concebem um relacionamento relativamente equilibrado entre homem-mulher, inclusive no campo da afetividade, o que sugere a incorporação de códigos culturais renovados que se manifestam nas representações sobre masculinidade e gênero. Esses jovens constatarem certas mudanças em suas representações quando as comparam com as paternas e ainda que essas inovações sejam relativamente reduzidas, convivendo



ambiguamente com modelos tradicionais, tendem a se considerarem diferentes dos homens da geração anterior quanto a algumas dimensões definidoras da masculinidade e das relações de gênero.

Por outro lado, isso não significa que elementos tradicionais ainda não estejam presentes nas famílias brasileiras; em particular naquelas pertencentes às camadas populares. Basta mencionar que a atribuição do trabalho doméstico e cuidado com os filhos é ainda tarefa maciça das mulheres, da mesma maneira que declarar certa igualdade no relacionamento conjugal, não significa que a dominação masculina e suas injunções foram suprimidas, muito pelo contrário, já que elementos mais arraigados e comumente inconscientes também perpassam a conjugalidade. No entanto, as declarações abaixo expressam modificações gradativas nesse padrão.

Com relação ao passado acho que está até melhor, mais atuante [...] [mulher] saiu de dona de casa, de procriar, pra pessoa que é ativa mesmo, está mais humana [...] [antes] era animal, essas novela antigamente, o homem da fazenda lá tinha esposa, mas era só pra procriar, e depois tinha as concubina, as coisa tudo, até mesmo no Israel antigo, hoje já é mais diferente, a mulher se impõe: “Não, eu num sou objeto do sexo, eu sou uma pessoa”, já diferencia (Fábio).

Ricardo: Antigamente era aquela ideia de... chefe da casa, sustentava a família [homem], hoje em dia acho que isso mudou, um parceiro, alguém que está ali pra ajudar e ser ajudado [...]. Antigamente era aquela visão que sustentava a família, o líder... hoje em dia eu num vejo isso.

Entrevistador: Por que isso mudou?

Ricardo: Porque hoje as mulheres estão bem mais independentes, né? Tem umas que ganha até mais que o marido, então, num tem como manter aquela visão...

Mulher fala mais, conversa mais, mulher é mais... eu acho que a mulher tem mais atitude, também, num sei por que, tá ligado? Os caras, os caras são mais sossegados, do que eu vejo, em geral, num sei se é mesmo. No meu círculo de convivência é o que eu vejo, as mulheres são mais ambiciosas, elas vão mais atrás das coisas, não sei se é bom, tá ligado? Vontade de ter as coisas, a mulher... na verdade se eu começar a falar de mulher aqui eu vou longe, eu acho que as mulheres foram oprimidas por muito tempo, tá ligado? Tipo assim, uma vez eu pensei nisso e cheguei à conclusão, o cara, o cara homem, ele teve no poder desde sempre, tá ligado? Então ele teve muito tempo para desenvolver a personalidade, cara, a mulher, ela esteve sempre, tipo, na sombra do homem. O homem sempre foi aquela coisa por muito tempo, cara. Aí a mulher se libertou há pouco tempo atrás, ela deu um salto muito foda, tá ligado? E hoje em dia é a mulher que domina o mundo cara, só que o que aconteceu, nesse salto muito rápido, acho que se perdeu, o cara é definido, por isso que eu acho que a mulher às vezes acha o cara chato, as mulheres falam: “Ah! Homem é tudo meio tonto”, porque o cara, a gente já é meio definido assim, a gente... e a mulher, num sei cara, a mulher dominou e

ela num está muito sabendo o que fazer com tudo isso, não que o homem possa saber, o homem dominou todo esse tempo aí e está uma bosta, tá ligado? Mas... num sei cara, fico meio encanado, então, acho que é diferença, assim, às vezes eu acho que a mulher é mais perdida que o cara. A mulher dominou e ela não está sabendo muito o que fazer com isto, às vezes eu acho que a mulher é mais perdida que o cara, o cara é mais estável [...]. A mulher ela muda toda hora [...]. Hoje em dia eu vejo que o mundo é movido por imagem sexual, a mulher que aprende a usar isso a favor dela, faz acontecer, e ela nem precisa dar, tá ligado? [...] Se a mina te dá uma bola, você fica meio encantado e o cara é meio tonto, cai nessa, a mulher atinge o que ela quer usando o fato dela ser mulher, eu acho, o homem atinge as coisa que ele quer na porrada, tá ligado (risos)? A mulher assim, a mulher envenena, o cara dá um tiro, acho que funciona assim... (Álvaro).

Nota-se certa ambiguidade na afirmação de Álvaro, pois ao mesmo tempo em que reconhece modificações nas relações de gênero, ainda recai em argumentos da sexualidade feminina como justificativa para suas conquistas. Para discutir o material coligido e acima apresentado, é importante recuperar o conceito de subjetividade, que conforme Brah (2006), refere-se às contradições e fragmentações que forjam o sujeito. Assim, pode-se inferir que a constituição do gênero é subjetivamente vivenciada, a partir dos afetos, contradições, lacunas, que permeiam a narrativa do eu, na acepção de Giddens (2002), conforme sua estrutura de identificações.

Às formulações de Brah (2006), podem-se somar as ideias de Moore (2000) a respeito da noção de subjetividade nos estudos de gênero, a fim de clarificar as ambíguas concepções que os entrevistados apresentam sobre a masculinidade e a hierarquia de poder presente nas relações sociais entre homens e mulheres. De acordo com Moore (2000), a identidade de gênero não se resume aos efeitos passivos da socialização, já que se deve discutir de que maneira as representações gerais sobre gênero afetam a construção desse âmbito da subjetividade e vice-versa. A noção de sujeito pós-estruturalista esboça-se promissora neste aspecto por conceber que a subjetividade é formada por meio de discursos e práticas discursivas que fornecem diferentes posições subjetivas a um mesmo sujeito. Nas palavras da autora:

Entre outras coisas, isso significa que um sujeito singular não pode mais ser equivalente a um indivíduo singular. Indivíduos são sujeitos multiplamente constituídos, e podem assumir múltiplas posições de sujeito dentro de uma gama de discursos e práticas sociais. Algumas dessas posições de sujeito serão contraditórias e entrarão em conflito entre si (MOORE, 2000, p. 23).

As múltiplas subjetividades são unificadas pela identidade, que além de relacionar-se à dimensão física do corpo, proporciona a vivência da historicidade, em que posições subjetivas

passadas engendram as posições de sujeito presentes (MOORE, 2000). Ainda de acordo com essa autora, “é também certo que em momentos diferentes a maioria dos indivíduos serão levados a representar uma variedade dessas posições e terão, portanto, que construir a si mesmos e suas práticas sociais em termos de um conjunto concorrente de discursos sobre o que é ser uma mulher ou um homem” (p. 25). Somado a isso, as posições do sujeito devem ser interrelacionadas às diferenças de raça, etnia, classe, sexualidade.

Dessa maneira, os conceitos apresentados são úteis para compreensão do modo como a masculinidade se constitui entre jovens das camadas populares, pois ao mesmo tempo em que as falas dos participantes evocam certo abrandamento da dominação masculina, há evidências de representações tradicionais a respeito da feminilidade e da sexualidade feminina, que atribuem à mulher sensibilidade, placidez, ao passo que ao homem associa-se “o caráter”, “a palavra final”. Do ponto de vista subjetivo, a partir das propostas de Moore (2000), pode-se aventar que a subjetividade dos participantes constrói-se ambigualmente no que tange ao gênero, de acordo com referências tradicionais e inovadoras que passam a concorrer na enunciação posições subjetivas, conforme o contexto. Por exemplo, os participantes reconhecem que há mudanças nas relações de poder entre homem e mulher no âmbito do mercado de trabalho ou das relações afetivas. Por outro lado, alguns entrevistados dividem a conduta moral feminina com base em sua sexualidade, ao condenar a lascívia da mulher e sacralizar sua castidade, que é tida como ícone imaculado para o engajamento efetivo em relacionamentos duradouros e sérios.

Nesse sentido, a subjetividade dos jovens entrevistados é constituída no meio de manifestações contraditórias a respeito de sua masculinidade e da própria dominação masculina, o que evidencia a multiplicidade de referências e autoatribuições de que o sujeito pode ser dotado, assim como os conflitos que vivenciam de acordo com os contextos sociais em que estão engajados. Por exemplo, no âmbito do discurso enaltecem a construção de relações mais equilibradas com suas namoradas, o que remete à conjugalidade, ao passo que determinados participantes condenam moralmente mulheres que têm vários parceiros, julgamento que não é imputado aos homens que se regalam diante daquelas que “não se dão valor”. Assim, as considerações sobre maior equilíbrio nas relações de gênero entre as camadas populares devem ser analisadas com cautela, como se nota diante da declaração abaixo, em que Arthur divide a moral feminina conforme suas condutas sexuais, baseando-se em uma descrição tradicional a respeito das relações entre homem e mulher.

Arthur: Assim, têm algumas [garotas] assim que... ela mesmo... ela mesmo dá... dá liberdade, né? Ela mesmo dá liberdade, aí fica assim: “Th... essa daí é a... rodada”, tipo, você fala o que quer, fala o que quer, num tem problema, aquela ali não, aquela ali é tal...

Entrevistador: O que é uma menina rodada?

Arthur: Fica com todo mundo, por exemplo, teve uma menina no carnaval lá em Sertãozinho [cidade localizada na região de Ribeirão Preto] que ficou com todo mundo, assim, tipo, teve uma hora que eu... que os meus amigos foi pra um lado, aí eu comecei a andar com os meus primos, né? A gente tava em cinco primos, ela ficou com os cinco, todo mundo, ficou com todo mundo, tava todo mundo bêbado (risos), ela ficou com todo mundo, aí, assim: “Ah! Essa menina eu num respeito não, tipo, piranha, uma vagabunda”, tipo é assim (inaudível). Menina mais séria é aquela que num dá... num é que num dá... num dá muita liberdade assim, tipo, você falar qualquer coisa, você conversa normalmente, uma menina não tão mais séria, mas tipo você num fala qualquer coisa, tipo, negócio de besteira, assim, você num fala qualquer coisa, é você num fala qualquer coisa, é uma menina que você sabe que você falar alguma coisa assim, ela vai tipo... virar a cara com você, assim, essas coisa... é uma menina que liga pros outros respeitar ela, entendeu? (Arthur).

Tem algumas que é pra... a gente ficar só... tem outras que a gente namorar [...] o estilo dela, se ela for mais atiradinha, assim, mais safadinha, é pra ficar, aquelas menininha que é mais quietinha, mais tímida, é pra namorar, aquelas mais safadinha é pra ficar, a safadinha que atira, é pra ficar, você fica, aí tem outro, é do mesmo jeito, fica também, num decide com quem ficar, na verdade não quer nem namorar, é ficar, é um rolo isso aí, varia de pessoa para pessoa (Rubens).

De acordo com Pinho (2007), que realizou pesquisa etnográfica em um loteamento popular da região metropolitana do Rio de Janeiro, as características de projetos individualizantes remetiam a construções modernas, dada a proximidade dessa população com modos de vida da classe média. O autor ainda afirma que por mais que as condições de existência da comunidade em questão fossem precárias, mudanças estruturais da modernidade levaram a alterações na posição da mulher no mercado de trabalho, assim como novos padrões entre público e privado, o que redundou em modificações nas relações de gênero, na sexualidade e na constituição da identidade. Nesses termos a sexualidade deixa de ser justificada pela natureza, ou por visões religiosas, para constituir-se enquanto projeto individual. No entanto, o autor constatou condutas extremamente machistas por parte dos jovens, que estariam associadas ao modo como eles vivenciam contraditoriamente as mudanças trazidas pela modernidade.

Não seria, assim, por tradicionalismo que os jovens do Jardim Catarina parecem tão machistas e ao mesmo tempo obcecados em submeter sexualmente as garotas. Não seria porque estão presos ao passado, mas

inversamente porque são ultramodernos e porque estão vivenciando essa modernização de si como uma contradição em relação às estruturas sociais. Contradição dos ideais de igualdade e de individualização diante da estreiteza de suas oportunidades sociais e da desigualdade real, reproduzida diariamente por meio das diferenças de gênero, do racismo e da pobreza (PINHO, 2007, p. 144).

De acordo com a perspectiva de gênero empregada na discussão deste trabalho, não se pode tratar sua constituição como homogênea e dominante, isto é, como se a constituição da masculinidade fosse unívoca, já que apresenta matizes conforme marcas de classe, geração, raça, etnia, dentre outras. A análise de Coles (2009) evidencia que a masculinidade hegemônica constrói-se relacionadamente amparada em outros referenciais, como capital econômico, cultural, social e o próprio corpo, que se digladiam via trocas simbólicas em campos específicos a fim de preservar a manutenção e determinação da masculinidade legítima e dos ganhos simbólicos dela decorrentes. A abordagem desse autor é passível de verificação, sobretudo no campo das práticas, o que demanda, por exemplo, intenso trabalho etnográfico a fim de delinear as masculinidades vigentes em certo contexto e como se imbricam. Para Epstein e Johnson (2009), que analisaram a constituição de gênero e sexualidade entre jovens britânicos, a construção da subjetividade envolve um círculo com diversos componentes. As identidades socialmente reconhecidas, espécie de “modelos” de masculinidade e feminilidade, são elaboradas em contextos específicos onde o grupo etário compõe “versões do eu”, enquanto a possibilidade do *self* desdobrar-se sobre si e constituir-se como múltiplo. A partir disso, elaboram-se um conjunto de estratégias pautadas nas condições de vida e na trajetória biográfica do sujeito, em que os jovens podem sustentar, desenvolver, rejeitar sua identidade, de acordo com os recursos e as relações de poder imbricadas no contexto, já que o arcabouço cultural mais amplo incita a reprodução de certas práticas e representações difundidas por suas instituições, que também podem ser contestadas. Segundo os autores:

Nesse contexto, é impossível separar, de alguma maneira sensata, gênero de sexualidade ou vice-versa. Gênero é desempenhado pela sexualidade, e a sexualidade, por meio do gênero. Igualmente, em sociedades racializadas e organizadas por classes, raça/etnia também são sempre generificadas, sexualizadas e afetadas pela classe – daí a importância de observar não apenas o gênero dos personagens trazidos como exemplos [referem-se às histórias de vida mencionadas na pesquisa] como também sua raça, sexualidade e classe (EPSTEIN; JOHNSON, 2009, p. 90).

Pautando-se nas ideias de Butler (2008), ressalta-se que a matriz heterossexual moderna institui coerência na construção do gênero, isto é, expressa uma continuidade socialmente imposta entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais. Tal construção garante inteligibilidade à referida matriz a partir de seus antagonismos, ou seja, por aqueles sujeitos limítrofes que não expressam a coerência presumível e se referem a um outro internalizado nos sujeitos hegemônicos.

No entanto, no mundo empírico esses eixos se encontram compostos de maneiras variáveis, ocorrendo uma multiplicidade de expressões das masculinidades. Coloca-se apenas como hipótese analítica que as práticas inovadoras no que concerne ao relacionamento conjugal e à própria constituição do gênero não apenas se relacionam a referências tradicionais, como honra e moral, mas também com aquelas que propõem maior equilíbrio nas relações entre homem e mulher. Além disso, tais práticas são fruto da incorporação paulatina do discurso individualizante, moderno, e também são constituídas via reiteração e contestação da matriz heterossexual, compondo ambiguidades no discurso dos participantes que, se por um lado idealizam a virilidade ou ao menos a honra nas relações domésticas e públicas, também apontam a importância de “não serem machistas”, embora nem todos adotem posturas inovadoras.

## **7.2 Sociabilidade grupal e convivência cotidiana com a violência**

*A multidão vaiou o policial, que dava tapa na boca de qualquer um, forjava flagrante, passava a mão nas mulheres com a desculpa de estar dando geral. Todos sabiam que, poucos dias antes, ele revirara com o cano do revólver a marmitta de um trabalhador com o objetivo de encontrar maconha. O cidadão indignado com a atitude do policial jogara a comida fora e recebera socos e pontapés por desacato à autoridade [...].*

*Cosme sentiu um arrepio ao ver a mãe abraçada ao cadáver do filho. Virou-se, aumentou as passadas em direção do braço esquerdo do rio, entocou as drogas e o revólver na beira do riacho. Sabia que iria ficar rolando na cama se tentasse dormir; resolveu andar até o sono chegar. A imagem da velha agarrada ao defunto insistia em ficar na sua mente, mas que se dane, otário tinha mais que amanhecer com a boca cheia de formiga mesmo.*

Os participantes afirmaram que cotidianamente tomam contato com jovens que moram em seus bairros e consomem ou comercializam drogas e ainda que não sejam seus amigos, com eles estabelecem relações cordiais. Se tal situação tende a ocorrer em bairros da periferia de inúmeras cidades, eles não são ocupados apenas por marginais e delinquentes, como se nota nos trechos acima do livro “Cidade de Deus” (LINS, 2007), mas é igualmente local de moradia de trabalhadores que estabelecem por vezes convivências tensas e conflitivas em seus bairros, como documentado por Sarti (2003) e Watarai e Romanelli (2009, 2010).

No caso do Jardim Azul, o envolvimento de jovens com a criminalidade é a tônica do discurso das agentes comunitárias da Unidade Básica de Saúde (UBS) e também do líder comunitário, Alberto. Essas agentes mostraram-se preocupadas com a situação da juventude que ali reside, afirmando que aqueles que se envolvem com o tráfico, estão cientes de que podem morrer ainda jovens, mas pouco se importam com isso. Argumentaram também que é comum se deparar com rapazes comercializando e consumindo entorpecente a luz do dia. Como estratégia de enfrentamento, elas procuram não se envolver com esses jovens e embora os cumprimentem cordialmente, a interação cotidiana limita-se a essa espécie de reconhecimento consentido. Convém ainda esclarecer que quando era solicitado a essas agentes que indicassem jovens para entrevistar, elas alegavam que seria relativamente difícil, pois a maioria deles estava “na rua”, praticando atividades ilícitas. Pôde-se notar também que as operadoras da saúde têm contato direto com a população, até porque residem no mesmo bairro em que trabalham, e realizam visitas regulares às famílias. No entanto, parecem não travar “grande envolvimento” com moradores e familiares que estão ligados a atividades ilícitas, limitando-se ao cumprimento de sua função, quando não a certo distanciamento em relação ao assunto.

A temática também é tema de preocupação de Alberto, presidente da Associação de Moradores do bairro. Seu filho, que trabalhava como operário na construção civil, foi asilado na Fundação Casa em virtude do envolvimento com atividades ilegais no bairro, que não foram especificadas por seu pai. Alberto mostrou-se preocupado com as perspectivas de vida da juventude local e afirmou engajar-se para sua modificação, por meio de atividades como melhorias estruturais nas quadras recreativas ali existentes, busca de voluntários para dar aulas de futebol para as crianças e para dar palestras para os jovens, solicitando que o pesquisador fizesse algo semelhante, ainda que fosse para os pré-adolescentes, na tentativa de “mudar a cabeça dessa garotada”. Cabe ressaltar que Alberto, em seu embate para melhorias no bairro, parece não almejar que os jovens ali residentes ascendam socialmente, ou que tenham condições financeiras de adquirir produtos de alto valor simbólico, mas sim que

consigam viver distantes da criminalidade, da maneira como quiserem. Tampouco se coloca como arauto da moralidade do local; pelo contrário, parece primar pelo respeito aos moradores e por tentativas de trazer melhorias para suas condições de vida. Saliente-se também que, algumas vezes foi observado jovens consumindo maconha, ou escondendo entorpecente em frestas dos muros de algumas casas, sob sol a pino.

Os dados acima documentados perfazem a complexa temática da violência urbana e seu modo de enfrentamento pelos jovens das camadas populares. Por quais motivos o filho de Alberto, que trabalhava na construção civil, também praticou atos ilícitos que culminaram em sua reclusão? Por que as agentes de saúde, também moradoras do local, temem atender às famílias cujos membros têm envolvimento com o crime organizado? Qual a relação dos moradores com os equipamentos sociais municipais e estaduais ali existentes como escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, unidade básica de saúde? Esses questionamentos poderão em parte ser respondidos a partir dos dados coligidos e da literatura da área, embora se deva adiantar que alguns deles ficarão em aberto para futuras pesquisas, pelo fato de não haver material empírico suficiente que sustente respostas precisas, assim como por não compor o objetivo precípua deste trabalho.

Ao evitarem o contato com as famílias que apresentam integrantes imiscuídos a práticas ilícitas, as agentes de saúde restringem sua atividade profissional, ao mesmo tempo em que parecem se defender de eventuais consequências mediante contato direto, já que a ocupação que desempenham exige o estabelecimento de relações sociais cotidianas com os usuários do serviço, a fim de relatar suas queixas junto aos demais operadores da saúde e também instituí-los como grupo que tem demandas de saúde e sociais específicas que devem ser amparadas pelo Estado.

Trata-se, portanto, do exercício de uma função política, que visa à atenção integral, em nível de saúde primário, aos moradores do local, no âmbito do Programa de Saúde da Família, embora na unidade de saúde em questão, esse dispositivo do governo federal não estivesse dotado da estrutura plena requerida para tal e conciliava suas atividades com o atendimento regular de uma UBS. Com base nas formulações de Zaluar (2000) que apontam para os riscos de delação por moradores da favela que relatam aos policiais as atividades dos bandidos, pode-se antever que as operadoras de saúde, ao manterem contato distanciado com os agentes do crime organizado, procuram garantir sua proteção pessoal e familiar, já que podem ser acusadas de deladoras dos atos infracionais cometidos. Conforme inspiração na análise de Feltran (2010), nos contextos dos bairros periféricos a justiça formal é premida pela força bruta, violenta, que cala a todos, com ameaças à vida do “delator”.



No que tange à sociabilidade das camadas populares em outras cidades, pesquisa de Leite (2008) apontou que, no caso de moradores de favelas do Rio de Janeiro, a relação subjetiva/objetiva entre esses e os praticantes de crime vai além de mera ambiguidade ou convivência. Assim, “o que se apresenta como ‘ambiguidade’ derivada da proximidade social e moral integra uma forma de atuação discursiva e prática que preserva os potenciais recursos de diminuição dos danos associados às situações de perigo” (LEITE, 2008, p. 130). Dentre as estratégias empregadas para diminuição dos riscos, a primeira diz respeito a não confrontação direta com os criminosos, com evitação máxima dos encontros. A partir desse recurso, os moradores estabelecem fronteiras simbólicas com os criminosos, o que significa distanciamento moral em relação a práticas engendradas por esses, a fim de conquistar seu respeito, evidenciando sua condição de “trabalhador” e “pessoa de bem”. Outro conjunto de estratégias demonstra a fragilidade do distanciamento diante da proximidade inevitável dos traficantes; nessas ocasiões colocam-se como moradores da “comunidade”, o que não significa que recorram a conluíus com os traficantes. Trata-se de recursos utilizados pelos moradores a fim de evitar “que o exercício da força se abata sobre si mesmo, seus familiares e/ou amigos” (LEITE, 2008, p. 131).

Analisando formas de convivência a partir de estudo etnográfico em um bairro da periferia de São Paulo, Feltran (2010) discutiu a ação política de seus moradores e de que maneira a violência, fruto da expansão do crime organizado, se imbrica na trajetória de militância de seus grupos, mostrando que, nas últimas três décadas, houve mudanças nos parâmetros de experiência coletiva nas periferias. Nos anos iniciais da década de 1970, destacavam-se os “frutos” do “milagre brasileiro”, que a partir da modernização e da oferta de emprego industrial, estimulava milhões de migrantes a se estabelecerem nas periferias das metrópoles.

O perfil da população que ocupou essas periferias foi, por essas duas razões, majoritariamente migrante e centrado na família extensa, cuja expectativa era ‘melhorar de vida’ na cidade. A coesão social dessa população se ancorava nos valores católicos e no projeto de mobilidade social ascendente pelo trabalho industrial [...]. A promessa pública, no entanto, era a de que a modernização do país inscreveria essas “classes trabalhadoras” na dinâmica salarial, e que a contrapartida social do assalariamento, o acesso a direitos sociais, geraria melhoria objetiva nas condições de vida das famílias. (FELTRAN, 2010, p. 204-205).

Também são importantes os estudos pioneiros de Zaluar (2000) sobre o envolvimento das classes populares do Rio de Janeiro com o narcotráfico, evidenciando as estratégias de recrutamento e seleção de crianças e jovens para o tráfico, em faixas etárias cada vez mais precoces, no limite entre a infância e o início da adolescência. Esse cenário deve ainda ser relacionado à internacionalização da criminalidade urbana, que articula grupos locais que comandam o tráfico com quadrilhas que gerenciam sua distribuição nacional e conexão com centros de circulação e produção, localizados na Colômbia, Bolívia e México, principalmente (ADORNO, 2002).

Para Adorno (2002), o padrão da criminalidade urbana vem se modificando nas últimas décadas e o crime organizado, relacionado ao tráfico internacional de drogas, tem ampliado sua atuação, “colonizando formas tradicionais de ação delincente (como roubos em suas variadas espécies)” (p. 56).

De acordo com Feltran (2010), com o decorrer das décadas, houve mudanças profundas na dinâmica social das periferias, tais como, expansão do crédito popular, adesão de fiéis católicos à igrejas neopentecostais, o acesso dos jovens às novas tecnologias de informação que possibilitam a construção identitária por meio de códigos renovados. Ao lado disso a “reestruturação produtiva”, levou a mudanças no trabalho industrial, com aumento do desemprego, principalmente nos anos 1990, redundando em modificações no mercado de trabalho. Na década de 1970 houve redução no trabalho fabril, cujos postos atualmente requerem alta escolaridade e especialização. Pesquisas recentes citadas por Feltran (2010) evidenciam que a inserção ocupacional dos jovens moradores de periferia é instável e abrange principalmente o setor de serviços e empregos terceirizados, além de atividades nas brechas do lícito/ilícito. “Nesse cenário, o ‘mundo do crime’, antes considerado o oposto diametral dos ‘trabalhadores’, surge recentemente como a atividade melhor remunerada e com alta disponibilidade de ‘postos de trabalho’ para jovens de favela. Além disso, ‘o crime’ passa a ser legitimado progressivamente como instância normativa e fiscal das regras de convívio” (FELTRAN, 2010, p. 207-208).

A maioria das respostas relativas à violência surgiu nas entrevistas quando foi perguntada a opinião que tinham a respeito do bairro em que residiam. Os entrevistados apontaram o uso de drogas como o principal problema do local, como se retrata a seguir:

Fábio: Geograficamente falando [o bairro] está em um ponto complicado, tem o bairro “F”, na baixada e o bairro “G”, também, barra, baixada também, em termos de segurança a coisa ficou ruim, mas é um bairro tranquilo de morar, um bairro normal. Só que o bairro “F” e o bairro “G”

perto acarretam em marginalidade, em criminalidade pro bairro, perto do parque, toda quinta-feira tem “feira de maconha” ali, pessoal do bairro “G” e do bairro “F” sobem, se unem e pronto. A bandidagem fica tudo ali [...] é a feira da maconha, hoje ali tem só moleque que vai fumar maconha, cheirar cocaína, eu acho que devo ter visto um casal transando lá, tava meio escuro.

Entrevistador: Como é conviver neste bairro com criminalidade?

Fábio: Eu estou aqui no bairro há 22 anos, tem bandido ali na rua, mas a gente já conhece, então, bandido de bairro num vai atacar ninguém daqui...

Há uns tempos atrás mataram um cara lá e jogaram no rio... acho que isso é um problema sério, mas matam gente em todo lugar, num sei nem se o cara era de lá, entendeu? Lá perto de casa tem uma boca que vende maconha, tá ligado, então não sei, cara... num sei, a única coisa que eu sei que vende lá é maconha, não, vende pó também, que uma vez eu fui lá comprar maconha e o cara ofereceu pó, mas eu não curto, e... é isso, cara, tem várias, você anda na rua, que é uma avenida, não é uma avenida, é uma rua, que tem um rio que corta o bairro no meio, aí você anda lá e as pessoas te oferecem, tá ligado? Se você está andando assim, você dá duas voltas, você vai e volta, alguém te para e te oferece: “Você quer comprar alguma coisa?”, tipo, você quer comprar droga? (Álvaro).

Antes eu podia andar na rua, tranquilo, agora onde você vai, você vê droga, e a polícia dando batida, você correndo o risco de tomar um tiro de graça e você não tem nada a ver [...]. Porque, às vezes, tipo, você está andando aqui na rua, a polícia passa dá batida, você correndo o risco de tomar tiro [...], teve uns que já levou tiro da polícia [...], bandido, mas vizinhança tudo na rua, correndo o risco também [...] (Márcio).

No começou eu até gostava [do bairro], mas, agora cresceu mais, eu achei assim, ficou meio ruim, por causa de algumas população [...] porque você vê muita gente fumando droga, muita briga, é isso [...] mas é mais por causa da droga, depende, se você sai andando você vê, você sente o cheiro, eu, assim, eu num mexo com nada, num é droga, é do brasileiro mesmo, se eu beber uma cervejinha, sossegado, agora droga, tem colega que mexe com isso, e droga você mexe se você quiser, porque colega que já ofereceu, eu num quis (Joaquim).

Os relatos mostram a constância de manifestações da violência na periferia, e os participantes referem-se às brigas, rondas policiais, aos homicídios e ao risco que a população do local corre diariamente em virtude não apenas do confronto entre os agentes públicos da ordem, como também entre os próprios bandidos. Segundo Feltran (2010):

A lógica instrumental do uso da força reaparece, em plena “democracia”, muito intensamente nas relações internas às periferias, a “violência urbana” se torna representação coletiva nas cidades e as taxas de homicídio explodem. Ora, não é necessário dirimir conflitos pessoais pelo uso da força privada, no limite letal, quando indivíduos se sentem inscritos numa ordem regida pelo direito; poder-se-ia recorrer à força pública, que numa ordem assim significaria proteção. Os relatos obtidos em pesquisa de campo,

entretanto, partem do pressuposto contrário: pela experiência (em dimensão, portanto, anterior mesmo à consciência), sabe-se que as polícias não protegem a favela. Assim, seus moradores têm de se proteger por conta própria. A disseminação do uso privado da força não encontra outra explicação mais convincente (p. 208-209).

Embora Feltran (2010), no trecho acima, refira-se às favelas para destacar o modo como o uso da força física ocorre no contexto em que a justiça e os aparelhos estatais estão distantes de executarem com jus suas funções públicas, sua análise pode ser ampliada para o âmbito das periferias, locais em que a violência também se espalha, desde a forma física, bruta, por exemplo, no confronto entre policiais e bandidos, como também aquela de caráter psicológico, no medo que atinge a rotina de seus moradores, e sobretudo dos pais que temem que seus filhos sejam cooptados pela estrutura do crime organizado.

Ao lado do temor de marginais e traficantes de drogas, os jovens também temem os policiais, cuja presença é algo constante, como declara Márcio, que diversas vezes já foi “enquadrado”, isto é, abordado e revistado por eles no bairro onde reside sua avó, também localizado na periferia de Ribeirão Preto.

Os jovens entrevistados, inseridos no mercado de trabalho formal e informal, compartilham com aqueles que praticam atos ilícitos a mesma condição geracional, o que implica constrangimentos estruturais. Assim, dividem um conjunto de representações e práticas relativamente semelhantes em função de sua condição de existência, conforme a sociologia dos gostos de Bourdieu (2007a). Em termos identitários, partilham representações comuns sobre a condição social a que estão submetidos, de que são pobres e moradores da periferia, contrapondo-se aos *boys*, membros das camadas médias, que têm acesso ao conforto material, artigos de luxo, como roupas, acessórios, atividades de lazer que não podem consumir com tanta frequência, como festas e bares caros.

Essa percepção da diferença e distância com jovens das camadas médias e altas, chamados por alguns participantes de *boys*, é relatada por Arthur que, no entanto, declara não haver atualmente grandes diferenças no que tange à indumentária que esses e os “moleques da periferia” trajam:

Hoje em dia todo mundo trabalha, quase todo mundo trabalha. A maioria dessas molecada rouba, aí tipo, coloca um *boy* e coloca um moleque da periferia, às vezes, você num sabe quem que é, diferenciar, sabe como *boy* se veste, roupa cara, moleque da periferia está igual, moleque da periferia está igual, por causa do tráfico, ele trafica, ele rouba, mas assim, a gente costuma, costuma classificar assim e tal: “Ah! Esse daí é *boy*”, hoje está meio difícil, num está tão difícil porque tem as marcas, tipo Oakley, tal essas marcas

assim. *Boy* assim usava só Oakley, aí hoje você vê a maioria do povo, todo mundo tem Oakley, todo mundo, hoje quem usa Oakley é bandido, quem usa Oakley, *boy* num usa mais Oakley [...]. Quem usa assim, ah! Eu guardei [refere-se às roupas que estavam em cima de sua cama e que foram por ele guardadas antes do início da entrevista] umas bermuda de *taktel*, assim, até o joelho, uma camisa de marca, tipo Oakley, é bandido, é o moleque chave, o moleque tipo, assim, pique de bandido, tipo bandido [...]. Mas chave, chave, chave mesmo, é tipo bandido, chave de cadeia, aí... hoje quem usa, tava conversando com meu tio agora, ali fora, quem usa essas marcas hoje, é só bandido que usa essas marcas, já era, tipo, os óculos assim, tipo tem o Race, tal, Race virou óculos de bandido (Arthur).

A fala desse entrevistado revela a pressão pelo consumo de bens materiais de alto valor simbólico, roupas e acessórios caros que perfazem o padrão estético da juventude urbana. Como se nota, os agentes do crime organizado dispõem de quantia suficiente para adquirir tais produtos, ao passo que os participantes desta pesquisa gastam, às vezes, boa parte de seus salários a fim de adquirir tais bens. Alguns sujeitos relatam que embora contribuam com as despesas domésticas, boa parte de seu salário destina-se à compra de objetos de uso pessoal e para atividades de lazer.

Se o temor de delinquentes e de policiais está presente no cotidiano do bairro, há outras formas de sociabilidade que se contrapõem à violência e que são extremamente significativas para a compreensão do modo de vida da juventude.

A sociabilidade entre iguais, no caso, moradores e vizinhos de um bairro periférico de São Paulo, analisada por Sarti (1996), permite recuperar o já discutido conceito de identidade social, qual seja, conjunto de identidades cambiáveis e dinâmicas forjadas por fronteiras simbólicas que erigem diferenças mesmo entre os iguais. Como as etnografias urbanas têm evidenciado, os habitantes da periferia tendem a estabelecer laços de proximidade entre seus vizinhos, cujas relações de amizade podem passar ao compadrio, isto é, ao atribuir-se a elas caráter típico da sociabilidade familiar, fundada nas obrigações morais e recíprocas entre seus partícipes. No jogo de construção das identidades sociais, às relações amistosas entre vizinhos conjuminam-se as rivalidades e dissensões, embora de caráter distinto (SARTI, 1996).

A construção da identidade de trabalhador e bandido conjumina um jogo duplo. Amparando-se em algumas análises (FONSECA, 2000b; FELTRAN, 2010; SARTI, 1996; WATARAI, 2006; ZALUAR, 2000), pode-se afirmar que, se por um lado, os jovens entrevistados diferenciam-se daqueles envolvidos no crime organizado, por outro lado, em determinadas situações, a condição social semelhante parece unificá-los como coetâneos e partícipes de vivências comuns. Por exemplo, na fala a seguir, Márcio comenta a respeito das constantes incursões policiais no bairro em que mora, assim como o fato de diversas vezes ter

sido “enquadrado”, isto é, abordado e revistado por policiais na periferia em que sua avó materna reside.

No bairro da minha avó, assim, que aí eles [policiais] dão blitz, estou andando na rua e aí eles param [...], revista, é a rotina deles [...] mas no meu bairro nunca me pararam [...]. Antigamente o povo num tinha nem tempo pra usar droga, nem pra vender, estava todo mundo trabalhando [...] porque antigamente, acho que a ditadura era mais forte, num é que nem agora, os bandido que domina tudo, hoje em dia eu tenho mais medo de polícia do que de bandido, porque se você tiver em uma esquina parado, o bandido vai falar: “Ou, aquele ali é um de nós”, agora você está na esquina e passa um policial vai achar que você está vendendo [...]. Vê os cara aí, os bandido forte de roupa da hora, carro, moto, vai ter o mesmo pensamento [meninos], comprar roupa, ter um carro, ter bastante dinheiro (Márcio).

No excerto acima, o participante afirma ter receio das abordagens de operadores da ordem que, diante das evidências estéticas de sua posição no espaço social, indumentária, acessórios, além do modo de falar e pelo fato de circular por um bairro de periferia, o revistam a fim esquadrihar qualquer evidência ilícita. Márcio parece desconfiar da ação dos policiais, pois em determinada altura de sua entrevista, afirma que a população local corre riscos diante das rondas e efetiva atuação desses agentes.

Quando o bandido afirma “aquele ali é um de nós” pelo fato de ser constantemente “enquadrado” pelos policiais, assim como o entrevistado, ambos partilham o sentimento de que são relativamente próximos. Desse modo, a atuação dos agentes da lei unifica, errônea e preconceituosamente, identidades, que ao lado de semelhanças, são efetivamente distintas. resulta daí, a revolta frente àqueles que, na suposta busca de “manter a ordem” da reprodução social, confundem trabalhadores e bandidos.

Nesse sentido, Pereira (2010), que investigou relações de sociabilidade no contexto escolar entre jovens da periferia da capital paulista, aponta que comumente os nativos designavam “quebrada” o bairro em que residem, alcunha que perfaz certo conjunto de relações entre seus moradores, assim como denota a intenção de apresentá-lo como espaço perigoso, que oferece riscos a quem não pertence a ele. O autor parte do discurso oficial sobre a noção de risco/vulnerabilidade tributada pelo poder público e por seus operadores à juventude que habita as periferias, a fim de discutir de que modo a categoria “risco” é elaborada por seus partícipes. De acordo com esse pesquisador, a categoria nativa “quebrada” implica dimensão universalizante aglutinadora dos jovens que por meio dela se reconhecem, se afirmam, e partilham certa identidade comum, ainda que pertençam a quebradas, regiões periféricas diferentes da cidade. Esta noção incorpora não apenas as formas de sociabilidade,

como também a possibilidade do risco, visto que aqueles que nela residem estariam mais sujeitos a condições adversas e, assim, seriam “mais fortes”, nas palavras de Pereira (2010). Ainda segundo o referido pesquisador, pertencer à “quebrada” conjumina aspectos positivos e negativos da vida nesses espaços sociais e implica na positivação de elementos tidos como negativos, como recurso para revisão de estigmas. “Dessa maneira, a noção de periferia ultrapassa a referência espacial, torna-se um modo de proceder na cidade em que se deve ter algumas referências comuns e dominar certos códigos tidos como próprios dos moradores da periferia” (PEREIRA, 2010, p. 46).

No entanto, em determinadas situações, a “quebrada”, que universaliza a identificação de seus moradores, torna-se palco de distinções identitárias, em virtude do código moral relacionado à diferença entre “trabalhadores” e “bandidos” e apresenta matizes variados. Conforme a análise de Sarti (1996), a distinção entre a identidade de trabalhador e bandido compõe-se como matriz moral na sociabilidade entre as camadas populares, embora apresente ambiguidades, visto que nem sempre aqueles que subvertem os valores do trabalho e da família são considerados bandidos, quando levam a cabo práticas ilícitas ocasionais, cujo objetivo é a manutenção da unidade doméstica, pois manifestam apreço pelo universo da casa. Sarti (1996) recupera o trabalho de Zaluar (2000), a fim de pontuar que “a ruptura com o mundo do trabalho e da família, significando a passagem para o ‘outro lado’, vincula-se ao crime organizado e ao tráfico de drogas, implicando o uso de armas de fogo” (p. 99).

Para Sarti (1996), circulam entre os pobres valores do mundo urbano e capitalista, benesses das quais não têm condições de usufruírem, em virtude das condições estruturais e desiguais de existência, em “uma sociedade que não realiza sua promessa básica de igualdade” (p. 110). Frente a esse arranjo, a identidade social dos pobres, ao mesmo tempo em que é concebida em termos dos “iguais”, da identificação com aqueles que partilham de contextos semelhantes de vida, forja-se também pela distinção entre os “diferentes”, aqueles que não partilham dos preceitos da família e do trabalho. Assim, a identidade social compõe-se via categoriais morais que são relativizadas conforme o contexto, onde as divisões hierárquicas da sociedade capitalista refletem-se no modo como os pobres concebem seus pares, semelhantes e distintos, “reproduzindo as hierarquias sociais numa relação simétrica e inversa à oposição que os pobres ocupam na sociedade, num movimento circular e reiterativo desta oposição” (p. 110).

Ao longo da trajetória juvenil, no tocante ao envolvimento ou distanciamento de práticas ilícitas, a socialização familiar deve ser considerada importante agente na transmissão de códigos morais, já que os entrevistados afirmaram que seus pais, mas sobretudo as mães,

comumente os instaram a ser “honestos”, “corretos”, e também que “tomassem cuidado” ao escolherem seus amigos, a fim de que se mantivessem distantes de práticas delinquentes.

Eu acho que tem que ter [importância da mãe na educação do filho], porque senão não vai ter educação direito, os modo de agir, porque senão pode ir até pro mal caminho, mal caminho o que eu quero dizer é as droga, convivência, essas pessoa que mexe com droga, é isso (Joaquim).

Minha mãe sempre me cobrou muito a escola, o ensino, a escola sempre cobrou muito, a educação, respeitar as outras pessoas, é... honestidade, meu pai sempre cobrou isso de mim, e... respeitar todo mundo, a casa das outras pessoas, não destratar ninguém, não desfazer ninguém, independente de quem seja, acho que isso eu aprendi bem (Daniel).

Minha mãe, ela sempre fala: “Não anda com maus... maus exemplos, não vai pro mau caminho, se você vê que alguma pessoa que é o estilinho dela, que fuma, que usa droga, saia de perto, dá um jeito, saia de perto”. Aqui na rua eu, quando eu jogo bola, e para, eu fico ouvindo, aí depois que eles termina a conversa e muda de assunto, disse daí, eu dou um jeito de saí, eu ouço primeiro, fico lá fingindo que eu tô cansado, tô limpando o suor, sou bobo, fico olhando pro lado, mas eu tô ouvindo, mas minha mãe sempre falou isso aí: “Dá um jeito, sai” [...], então minha educação foi feita nisso, isso eu vou passar pros meus filhos, falar que isso é ruim é... e tal... entendeu? Vou passar a mesma educação que meu pai e minha mãe passou pra mim (Rubens).

De acordo com os entrevistados durante a infância e juventude seus pais conversaram diversas vezes com eles a respeito dos amigos que poderiam ou deveriam ter, cujos critérios de escolha dever-se-iam pautar em que fossem honestos, isto é, “trabalhadores”, e não fizessem uso de entorpecentes, primeiro sinal para o ingresso no universo das práticas criminosas. Os pais, aos poucos, tentaram inculcar nos jovens a responsabilidade por suas escolhas, exortando que se afastassem de “más influências”, isto é, de amigos que consomem drogas ou estão envolvidos em sua comercialização. No âmbito das camadas populares, de acordo com Fonseca (2000b), a reprovação à maconha, não se liga a seus sinais físicos, e sim a seus efeitos morais, pois é relacionada como início do caminho para consumo de drogas mais pesadas, “torna-se uma espécie de insígnia dos jovens que embarcam na vida de *marginal*” (p. 174, grifo da autora). Alguns entrevistados declararam que já experimentaram entorpecentes, por exemplo, Álvaro, que parece consumir maconha com certa frequência, além de Márcio, Rubens e Ricardo, que afirmaram que o uso se deu circunstancialmente. A seguir Ricardo relata que conhece alguns jovens de seu bairro que traficam:



Conheço pessoas que usam [drogas], conheço traficantes também, cada um é cada um [...] tem uns que eu já estudei junto, traficante que já estudei junto também, tenho uma relação de colega, num é amigo [...]. Conheço, um estudou comigo, o irmão dele já era um traficante grande dentro da favela, começou como aviãozinho, começou a crescê, só que aí rodô, tá preso (Ricardo).

Rubens relata que as condutas de seu primo, cuja idade é próxima a sua, são fonte de preocupação para seus familiares, em virtude de o rapaz esporadicamente estar fumando maconha. Pelo fato da correspondência geracional e de compartilharem laços consanguíneos, a situação de seu primo, além de angustiar o entrevistado, parece refletir o risco iminente de que ele, ainda que seus pais o exortem a trabalhar, estudar, e que se mantenha distante daqueles que não compartilham desses valores, também passe a consumir entorpecente, porta de entrada para o envolvimento como agente direto do crime organizado, conforme se apreende dos relatos. A seguir, o participante trata da conversa que seu pai manteve com sua tia a respeito de seu primo. Nota-se no trecho como parece não haver distinção, no contexto das camadas populares, entre o consumo de entorpecente, que embora em termos legais seja considerado ilícito, com atividades como tráfico, furto, roubo, conforme também afirmado por Fonseca (2000b). Destaca-se também a referência aos atos dos operadores da polícia militar, capazes de não apenas repreender aqueles que consomem drogas, como também de punir o jovem que rompeu com os valores morais da família e do trabalho, por meio de sevícias.

Aí meu pai falou assim [perguntou ao primo]: “Você tá andando com traficante?”. Aí ele não quis responder, falou que não. Aí minha tia falou assim: “Ele tá andando com os malinha ali da praça [...], com uns moleque ali...”. Aí meu pai falou assim: “Você tá andando com os malinha ali da praça? Com uns moleque folgadinho?”, sei lá o que é, num cheguei a perguntar, e eu quieto, ali no meu canto [...]. Aí minha tia falou assim: “Tá sim”. Aí meu tio começou a ficar nervoso: “O que você tava fazendo com aqueles moleque?”, aí ele não respondeu. Aí meu pai falou assim: “Fernando, tem um policial no local onde trabalho, onde ele faz entrega, que ele cuida dessa região aqui, da região do meu bairro, eu vou falar pra ele ficar de olho aqui, se ele te pegar, não vem chamar seu pai, sua mãe, pra te tirar de lá, porque se você cair dentro da força, dentro da polícia, se a polícia te pegar, pode crê, você vai apanhar, primeiro eles vão bater, depois eles vão te levar, porque como é réu primário, eles bate”. Eles bate pra... tipo assim... pra ver como que é ruim, né? Eu acho que isso tá certo, tem que bater mesmo, bater porque deve ser folgado pela cara. Aí meu pai falou assim: “Não vem chamar seu pai, sua mãe, ninguém, você vai se virar”. Aí ele ficou quieto. Aí meu pai foi e falou para minha tia: “Oh! Miriam, eu vou falar pro policial fazer alguma coisa, vir aqui, eu tô falando pro Juliano, fala pra ele tomar cuidado, porque se ele pegar, é um abraço”. Ele tem quase a minha idade [Juliano, o primo], eu tenho 18, eu sou um ano mais velho que ele [...], ele vai ficar de maior, eu vou lá cumprimentar ele [no aniversário do jovem], vou ver como que ele tá, num sei se ele parou mesmo. [...] Ele estudava [...]

fazia bico, à noite, trabalhava como pintor, estudava de noite, e trabalhava como pintor de dia, de manhã até a tarde, chegava de tardinha e ia pra escola. Aí ele parou no meio do ano, parou não quis mais voltar para escola, não sei se voltou, pelo jeito que não, ele num voltou, ele tá desempregado, tava procurando serviço, ele tinha parado, tava desempregado, tava procurando serviço. [...] Sexta-feira retrasada eu comentei isso com minha tia, aí eu falei assim: “Tia, o Juliano tá bem? Como ele tá?”. “Ah! Ele tá desempregado”. Aí eu falei: “Ele parou de usar isso daí?” “Acho que parou, ele num fala”. Aí eu falei: “Tia, ele quer trabalhar?”. Aí ela foi e falou assim: “Ele é um menino esforçado, no serviço ele é esforçado, se tiver qualquer serviço ele trabalha, ele num faz nada de errado, ele é um bom trabalhador”, e ele é mesmo, ele é tipo eu, no serviço ele num gosta nada de vê nada de errado, aí eu falei assim pra ela: “Bota ele no mercado, bota ele pra ocupar o tempo dele, porque se ele tiver usando, ele não vai ter tempo de usar”. Aí eu peguei e falei pra ela: “Tem vários mercado abrindo em Ribeirão Preto [...], manda o currículo lá dele, que ele pode pegar como repositor” (Rubens).

De acordo com Zaluvar (2000), “a identidade de trabalhador constrói-se em parte por oposição a bandidos e vagabundos que não trabalham” (p. 132). Todavia, mesmo o trabalho sendo categoria fundamental na divisão identitária, no conjunto das relações sociais essa não se dá em planos absolutos, isto é, as noções de “trabalhador” e “bandido” se relativizam no conjunto das relações sociais, de modo complexo e ambíguo, conforme a seminal análise dessa autora. Na concepção dos trabalhadores, bandido é aquele que se enleva pelo “dinheiro fácil”, que apresenta vícios e não quer trabalhar, ao passo que para esse, o trabalhador é um “otário”. Essas diferenças se devem à ética do trabalho, que possibilita que o trabalhador goze de apreço moral e consuma bens materiais, ao mesmo tempo em que carrega também uma concepção negativa, que atribui ao trabalho o caráter de escravidão. A ética do trabalho perfaz a lógica do provedor, que mantém a família no âmbito privado e goza de reconhecimento na sociabilidade pública, por ser moralmente elevado em comparação aos bandidos. No entanto, diante da impossibilidade de cumprirem as funções atribuídas ao provedor, que redundam na carga horária de trabalho exaustiva e baixos rendimentos, os jovens podem se revoltar e ingressar em atividades ilícitas (ZALUAR, 2000).

Conforme a autora supracitada, a lógica do trabalho é um dos códigos que compõe a masculinidade, que ao se prestar à afirmação do provedor, também apresenta suas vicissitudes, no caso em que o trabalhador sente-se subjugado pelos ditames do empregador, por seu autoritarismo, situações em que a insurgência e a defesa de sua honra pode ser inevitável. Mesmo assim, para além da carência material, do esforço extenuante, das pressões perpetradas pelos patrões, “o trabalho ainda é a fonte da superioridade moral dos trabalhadores e seus familiares” (ZALUAR, 2000, p. 146).

No entanto, a ética do provedor não consiste na única via para construção do ideal de masculinidade entre as camadas populares. De acordo com Zaluar (2009), entre os agentes do tráfico vigora um código hipermasculino cuja difusão não se restringe a eles, pois se espalha no conjunto das relações estabelecidas pelos jovens, mesmo por aqueles que não estão envolvidos com práticas ilícitas. Para essa autora, como consequência da exclusão social, forjou-se uma “cultura de rua de criatividade explosiva e desafiadora” (p. 69), marcada por um estilo exagerado e exibicionista de hipermasculinidade. Trata-se de homens cuja identidade não pôde se compor a partir de experiências como trabalhadores.

Ainda de acordo com Zaluar (2009), no estilo hipermasculino o consumo evidente, expresso em exibição de joias, indumentárias de alto valor material e simbólico, e as práticas violentas, traduzidas na exibição pública de poder diante dos mais fracos, constituem “identidades masculinas bem-sucedidas” (p. 69) e compõem esquemas ritualísticos do macho dominante na sociedade brasileira. Nesse contexto, “a fonte do dinheiro não é importante, mas a quantia, como na teologia da prosperidade de algumas igrejas neopentecostais” (ZALUAR, 2009, p. 69). Inspirando-se em Norbert Elias, particularmente, no conceito de *ethos* guerreiro, que se qualifica como “virilidade agressiva e destrutiva” (p. 70), a mesma autora afirma que esse estilo enreda os meninos do bairro cuja socialização se dá, em parte, na rua. Dessa forma, para além dos círculos do tráfico, decorre a impregnação de práticas e concepções violentas, que se traduzem, por exemplo, no ódio que as crianças do sexo masculino têm dos policiais e também no pavor de serem considerados delatores, diante do risco de perder a vida ou o reconhecimento de seus coetâneos (ZALUAR, 2009).

Diante do panorama apresentado por Zaluar (2000, 2009), e com base nos dados documentados, nota-se que a convivência cotidiana com o risco de que seus filhos passem a consumir entorpecente, e assim, paulatinamente, se enredem na estrutura do crime organizado, causa angústia extrema entre os progenitores. Por exemplo, o pai de Rubens, que na ocasião da entrevista permaneceu por um tempo presente na sala da casa, ouvindo a conversa que seu filho e o pesquisador travavam, em certo momento, declarou que prefere que o filho tenha amigos no bairro em que sua mãe reside, como se nota a seguir:

Eu prefiro ele ficar lá no bairro “H” do que ele ficar aqui, daqui onde eu moro, lá eu me sinto mais seguro, porque tem 18 anos, mas é um moleção de tudo ainda, é um criança de tudo, então, eu prefiro que ele fica pra lá do que pra cá, lá eu fico mais seguro, porque tem esses dois menino que ele conhece há muito tempo, a gente já morou lá, a gente sabe que os menino não mexe com tranqueirada, a gente fica mais seguro lá do que aqui [...] eu prefiro que ele fica pra lá do que aqui. A gente sempre fala pra ele: “Rubens, se os outro

vir te oferecer, num pega, fica de boa, fala eu num curto essas coisa”, você sabe que hoje em dia a malandragem tá difícil, pra bater na sua porta e te oferecer é dois palito, então, eu prefiro que ele fica pra lá, porque lá tá na avó dele, as tia dele, está esses dois menino, o primo dele, que nem se ele sair daqui e for pra lá, eu sei que ele vai tá lá, eu sempre falo pra ele, onde você for, você liga, porque hoje em dia do jeito que está as coisa é triste, eu num quero que ele passa o que os moleque daqui da rua está passando, porque é humilhante demais para um pai ver seu filho preso, num sei se você está entendendo a minha posição, vê uma polícia bater na sua porta dizer que seu filho fez isso, fez aquilo, então eu prefiro que ele fique pra lá (pai de Rubens).

Conforme se pode apreender do excerto acima, o pai de Rubens prefere que seu filho permaneça nas horas livres no bairro de sua avó, visto que ela e sua tia podem observar seu comportamento e suas companhias, além de considerar que se trata de um local menos sujeito às adversidades do Jardim Azul. De quais recursos os pais dos entrevistados dispõem a fim de evitar, na prática, que seus filhos não se deixem influenciar pelos apelos do crime organizado espriado pelas vias públicas, escancarado à porta de suas casas? Para Zaluar (2000), dentre os diversos motivos que levam alguns jovens às práticas ilícitas, pode-se mencionar a existência de modos de socialização contenciosos, a saber, um relativo aos trabalhadores, outro ligado aos bandidos, que se manifestam no afastamento da mãe nas tarefas de cuidado da prole que passa a vagar pelas vias públicas, além das brincadeiras infantis que mimetizam as contendas entre bandidos e policiais. A autora, a partir das declarações coligidas em trabalho de campo, afirma que dentre os nativos o ingresso na criminalidade é justificado, dentre outros motivos, por aqueles de ordem pessoal, enquanto os bandidos têm a “mente fraca”, são suscetíveis, ao trabalhador imputa-se e vivencia-se o sentimento de que se é livre e autônomo. No âmbito do trabalho constitui-se a liberdade pessoal de escolha, ainda que “dentro dos limites estreitos da opção entre a vida dura de trabalhador e a vida curta de bandido. É bandido porque não quer trabalhar” (ZALUAR, 2000, p. 159).

Segundo Gonçalves (2005), que coligiu dados de entrevistas realizadas com pais e jovens das camadas populares, esses apontam seus familiares como fonte precípua de sua referência identitária, reconhecendo seus esforços na lida para prover a casa e os componentes do grupo familiar, o que redundava em certa disposição dos jovens em receber os valores da geração predecessora e sua disposição em compartilhá-los. A população, ciente da omissão do Estado na gestão da vida pública, “termina por encarregar os sujeitos de prover por si mesmos a justiça e a segurança” (GONÇALVES, 2005, p. 216-217). Diante da carência de recursos políticos e econômicos e frente à ausência do Estado, as estratégias de enfrentamento da violência se pautam nas relações de parentesco, para essa autora.

A partir das entrevistas coligidas apreende-se que a sociabilidade pública dos entrevistados é marcada pelo contato com manifestações do crime organizado. No caso, Arthur declara a tentativa de ser “agenciado” por um traficante, assim como é alvo da abordagem de usuários que procuram o bairro próximo ao seu para comprar drogas, local em que o informante costuma circular com seus amigos.

Assim porque a gente anda ali no bairro “H” [bairro da periferia de Ribeirão Preto], né? A gente anda ali no bairro “H”, a gente anda ali, aí toda hora, tipo, para o carro: “Ah! Você tem pra vender?”. Tipo, a gente num mexe com estas coisa, né? Num mexe, aí tipo, aí também várias vezes, pá, o traficante chegou em mim, tal: “Ah! Vamos trabalhar pra mim tal”, que num sei quê, é que eu comento com os moleque, mas eu num comento aqui em casa, que é... vixe, mó falação, aí não comento [...]. Conhece, a gente conhece bastante gente assim, ali tem onde, tipo, fica os traficantezinho lá, assim, a gente não mexe com o negócio, mas mesmo assim a gente cumprimenta, tal, é um, tipo, colega assim, cumprimenta, ou mesmo por educação, passa na rua, e pá, cumprimenta, e tem alguns amigos lá pra cima também, tem isso [...]. Num mexe, mas respeita o cara, tipo eu num mexo, mas eu num condeno quem mexe, né? Eu num mexo, mas eu num condeno quem mexe, pra mim cada um cada um, você quer isso pra sua vida, mas depois tem as consequências, né? Tem as consequências... (Arthur).

Tem suas adversidades [o bairro], tem algumas influências, pessoas que... tem usuários de drogas, coisas assim... mas acho que é tranquilo, nunca vi nada assim, muito assim, eu acho que não é perigoso aqui não [...] falta muita coisa aqui, tem muita coisa que você precisa que não tem aqui, você tem que ir em outro bairro também, e também as pessoas, umas pessoas que fica aqui no bairro usando drogas, isso incomoda quem não gosta disso [...] eu não tenho contato com eles, alguns que eu tinha mais contato, num desrespeito ninguém, num destrato ninguém, se eles conversarem comigo, eu converso, mas não tenho amizade, alguns colegas que estudaram comigo usam e tudo, mas eu não tenho vontade, nunca tive... mas não destrato ninguém [...] até hoje nunca me desrespeitaram (Daniel).

Os depoimentos evidenciam a complexidade do tema em questão que não pode ser negligenciado por aqueles que pretendem estudar a juventude urbana brasileira, independentemente de divisões por camada social. Cumpre ressaltar que o envolvimento juvenil com práticas delinquentes é um fenômeno multifacetado, isto é, abarca diversos fatores que não se restringem à socialização familiar, como, por exemplo, a ação de outras instituições, como denominações religiosas, que também são responsáveis por veicularem códigos morais, além da dimensão relativa à escolha individual do jovem.

Conforme se pode apreender das entrevistas, os jovens atribuem importância à religião e declararam que ter uma religião possibilita que se sintam reconfortados, ao mesmo tempo em que os auxilia a discernir entre condutas consideradas corretas e erradas, e tenham

esperança de que serão exitosos em suas aspirações. Alguns entrevistados relataram serem fiéis de igrejas de denominações religiosas pentecostais e neopentecostais, e que participam com certa frequência de seus cultos e a maioria passou a participar desses rituais religiosos por influência dos amigos, pais ou demais familiares, como esboçam os excertos abaixo.

Importância da religião pra mim, eu acho que ensina a ser uma pessoa melhor, ter mais respeito, assim, acho que é isso, ter mais confiança em deus e ter mais fé, ser mais confiante, ter mais confiança para conseguir as coisas [...] quando você tem a fé, você confia mais que vai conseguir (Danilo).

A bíblia fala que o trabalho enobrece o homem, que mente vazia é casa do diabo, quando a pessoa trabalha, ela produz e se sente bem, eu me sinto bem trabalhando, ser ativo, se eu tivesse que trabalhar em uma marcenaria tudo bem, eu trabalharia, pedreiro, engenheiro, qualquer coisa, desde que tivesse produzindo (Fábio).

Joaquim: Eu, quando eu era pequeno, até uns 10 anos, eu ia na católica, mas aí meu colega, ele que me influenciou, eu vou na... eu vou mais no fim de semana, eu vou na evangélica [...] na Graça, é grupo de jovens, de sábado é de jovem, domingo é pra família, eu vou só no dos jovens [...].

Entrevistador: Como é para você estar lá?

Joaquim: É bom porque... não que mexe com a cabeça, parece que você muda, você muda, se você for pra ouvir mesmo a palavra, que tem gente que vai na igreja e vai por algum interesse ou senão vai só pra falar que vai...

Entrevistador: Muda o quê, por exemplo?

Joaquim: Muda o sentimento, você fica, sei lá, parece que você fica mais confiante em deus, você fica mais firme.

Essa forma de ensinar a criança, o adolescente, o jovem e afastá-lo das drogas, acho que num tem outro ensino, eu acho que... o professor, em si, pelo governo, não tem a capacidade de tirar os jovens das drogas, eu acredito que não, o ensino, a história, a matemática, não tira os jovens das drogas, tanto é que tem jovens estudiosos, na faculdade, que se drogam, as moças na faculdade, se formando, se prostituem [...] não tem um juiz que diga, que consiga mudar a mente de um jovem da nossa idade, um estudo diferente, igual o ensino religioso, que tinha essa matéria, não sei por que não tem mais hoje [...] eu tive na quinta série, quarta série, eu lembro, quinta e sexta, tive, a gente vê que é diferente, a molecada zuava o professor, mas tinha muito respeito por ele, eles zuava quando o professor saía, mas parando pra pensar, eles falava, realmente é diferente, o professor é diferente dos outro, num tem nada que possa mudar não, por isso eu num quero a licenciatura [refere-se à possibilidade prestar vestibular para ingresso em curso de graduação em História], entende? Pra falar de história e não falar do amor de deus, pra moldar, pra nos moldar, eu acho que... não vale a pena, não vale a pena, eu me formar, pra só falar, falar, falar, e ninguém aprender nada comigo, às vezes abaixar a cabeça e não pensar, ouvir e não dar ouvidos, tem isso, a pessoa ouve e não dá ouvido (Olavo).

Porque tipo na religião você aprende mais sobre deus, a importância que ele tem na sua vida [...] porque na religião você aprende o que ele fez por você, agora, sei lá... quem não tem religião, não sabe nada, vai por... vai seguir outros caminho errado, começar a usar droga (Márcio).

A partir das entrevistas, pode-se apreender que as diversas denominações religiosas transmitem um código ético que tende a funcionar como elemento que mantém o sujeito afastado da transgressão, unido aos códigos morais inculcados pelos pais. Em termos subjetivos, cabe ao sujeito escolher se os valores morais difundidos pela instituição religiosa e familiar serão seguidos ou rompidos, isto é, se irá ou não compartilhar da ética do provedor e sua inclinação para o esforço individual em nome da provisão material do grupo familiar e da manutenção da honra familiar no âmbito das relações públicas no bairro.

As escolhas individuais dos participantes decorrem dos constrangimentos estruturais a que estão submetidos em virtude de sua posição no espaço social, isto é, de acordo com as possibilidades e limites impostos à trajetória familiar e individual a partir dos capitais dispostos e transmitidos. As práticas socializadoras, no caso das camadas populares, orquestram-se com o padrão de benefícios que os jovens podem auferir a partir dos postos de trabalho que ocupam, da educação formal que receberam ou recebem, dentre outros patrimônios culturais. Assim, o plano das escolhas é instrumentado pelas condições de existência de cada camada social que acarretam determinadas práticas e representações específicas, capazes de situar historicamente o sujeito diante das possibilidades que lhes são apresentadas, que comumente reiteram a trajetória previsível a cada grupo social.

Em termos etnográficos, questiona-se como a ética do provedor/trabalhador pode ser levada a cabo entre jovens que se inserem de modo informal no mercado de trabalho, ou que quando regidos por relações formais, recebem salários baixos e submetem-se a rotinas extenuantes. Somado a isso, as qualificações escolares obtidas também não possibilitam ascensão social, o projeto de “melhorar de vida”, tão esperado por seus pais, que depositam no diploma escolar as turvas expectativas de um padrão de vida mais confortável àqueles que conseguiram concluir o ensino médio. No entanto, a escolarização não constitui, em si, garantia de um futuro melhor, apesar disso, alguns investem nesta estratégia. É o caso de Danilo, que cursa Ciências Contábeis, de Olavo que estava estudando inglês e em breve se inscreveria em um curso técnico de informática, de Rubens e Arthur que pareciam motivados em seguir seus estudos com vistas a alcançar melhores ocupações, enquanto Fábio havia iniciado o curso de Direito, mas tivera que abandoná-lo em virtude de não ter rendimentos suficientes para bancar as mensalidades. Os entrevistados mencionados têm a expectativa de

que, ao obterem um diploma de nível superior, possam ter melhores condições de vida quando comparadas àquelas que seus pais lhes proporcionaram.

O padrão de vida urbano, conforme discute Sarti (1996), traduz-se em diversos bens materiais de alto valor econômico e simbólico cujo consumo é almejado pela juventude, roupas, acessórios, tênis, automóveis, são insígnias estéticas e de prestígio social que manifestam a adesão a certas culturas juvenis, como relata Arthur a respeito da distinção entre *boys* e “moleques da periferia” e seus gostos estéticos. Nesse sentido, se no emprego os jovens devem se submeter à burocracia do capital, isto é, ao cumprimento de ordens, tarefas, cargas horárias extenuantes, vez ou outra conciliada com os estudos, a fim de auferir rendimentos que possam contribuir com o orçamento doméstico e na aquisição de bens materiais desejados, as atividades relacionadas ao crime organizado não exigem o cumprimento rígido desses padrões, além de resultarem em remunerações relativamente altas se comparadas aos salários que recebem no mercado de trabalho. Assim, a lógica socializadora retrata-se em matizes diversos que se imbricam em escolhas individuais calcadas subjetivamente a partir dos constrangimentos estruturais dispostos, em que as expectativas de conforto econômico alinham-se à corda bamba da ética que institui de modo conflituoso o trabalhador e o bandido, cordialmente iguais, quando identificados como jovens pertencentes às camadas populares, eticamente diferentes em virtude do apreço ou despreço à lógica do trabalho/provedor.



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame e a análise dos dados permitiram apreender e interpretar diferentes dimensões da constituição da identidade, subjetividade, masculinidade e das relações de gênero dos jovens entrevistados a partir das relações de sociabilidade vividas na família e no grupo de pares.

No que tange à sociabilidade familiar, os entrevistados declararam ser mais próximos de suas mães do que de seus pais ou padrastos. De modo geral, os jovens estabelecem relações ternas e calorosas com suas mães, que também os aconselham em diversos aspectos de suas vidas. Ainda que pertençam a arranjos familiares distintos, os sujeitos apontam a mãe como figura afetiva e mais próxima deles, sendo o pai ou padrasto relativamente distante.

A socialização familiar implica a incorporação de disposições tributáveis à determinada posição no espaço social, conforme a distribuição e hierarquia dos diversos capitais na vida doméstica. Nesse processo, embebido de afetividade, de manifestações de cuidado, zelo, bem como de tensões, conflitos e certa agressividade, os filhos se identificam com seus pais e constituem representações a respeito dessas figuras, não se devendo descartar a agência de instituições como escola, mídia, religião, que também difundem representações acerca das figuras maternas e paternas. Imiscuída à afetividade familiar, pode-se afirmar que as práticas vividas na cena doméstica, também são regidas por divisões de gênero, que imputam à mulher/mãe, maior proximidade em relação aos filhos, enquanto o homem/pai mantém relativo distanciamento, o que resulta na percepção dos participantes ao afirmarem que se sentem mais próximos de sua mãe do que de seu pai/padrasto.

Quanto à sociabilidade grupal, a maior parte dos participantes afirmou ter bastante afinidade com seus pares do mesmo sexo, com quem dividem questões pessoais, pois essas relações fundam-se na confiança mútua e na reciprocidade. Pode-se sugerir que o contato com os amigos é extremamente relevante para os entrevistados, já que permite experimentarem independência dos pais, vivendo situações comuns a membros de sua faixa etária. Da mesma forma, o fato de terem maior liberdade para conversar com os pares assuntos concernentes ao domínio afetivo-sexual, representa a possibilidade de trocarem experiências e se apoiarem mutuamente. Assim, o contato com os pares constitui um modo de amenizar o conflito de gerações, isto é, as tensões entre orientações parentais e disposições juvenis, compartilhando com eles vivências comuns e modificando suas identidades, que se reconstroem ao longo de sua trajetória individual, social e geracional.

No que concerne às relações de gênero e à constituição da masculinidade, nota-se no decorrer das entrevistas expressões como “ser honesto”, “respeito”, “assumir o que se faz”, “caráter”, que foram relacionadas à constituição da virilidade. Trata-se da dimensão da honra tida tradicionalmente como imprescindível à expressão da masculinidade. Portanto, a construção da masculinidade parece estar relacionada à honra, à virilidade, tal qual defendem os estudos de gênero. Ao mesmo tempo, a difusão de códigos modernos pode contribuir para modificações no padrão tradicional, em que o homem sente-se dominante em relação à mulher, pois a maior parte dos participantes afirmou também a importância de o homem ser seu parceiro, a partir do estabelecimento de relações de maior equilíbrio de poder. Apesar de manifestações tradicionais a respeito das relações de gênero, a maioria dos entrevistados também expressou vias alternativas a esse modelo. Isso ocorre principalmente no que tange ao relacionamento afetivo-sexual entre homem e mulher, quando os sujeitos afirmam a importância da parceria nessas relações, nas quais não caberia mais ao primeiro colocar-se como “dominante”, e sim como aquele que procura estabelecer posição relativamente equilibrada.

Desse modo, os participantes expressam certas mudanças em suas representações acerca das relações de gênero quando as comparam com as posturas paternas e ainda que essas inovações sejam relativamente reduzidas, convivendo ambigualmente com modelos tradicionais, julgam-se diferentes dos homens da geração anterior quanto a algumas dimensões definidoras da masculinidade e da convivência com mulheres.

Há ainda certa tendência para os jovens estabelecerem relacionamentos mais equilibrados com suas companheiras, por exemplo, na manifestação de que essas gozam de liberdade para trabalhar, garantindo também a contribuição feminina para o provimento material do grupo familiar. Por outro lado, de acordo com os dados, esses padrões modernos, e também individualizantes, convivem com manifestações ambíguas que revelam a permanência da dupla moral sexual, pois os entrevistados consideram, muitas vezes, que as mulheres devem coibir “sua sexualidade”, como se constata nas falas acerca das moças “safadas”, conforme categoria nativa.

As práticas inovadoras no que concerne ao relacionamento afetivo, projetadas inclusive na constituição futura de uma família, não apenas se relacionam a referências tradicionais, como honra e moral, mas estão associadas a maior equilíbrio nas relações entre homem e mulher. Além disso, tais práticas são fruto da incorporação paulatina do discurso individualizante, moderno, e são também constituídas via reiteração de injunções da matriz heterossexual, compondo de modo contraditório a subjetividade dos participantes que, se por

um lado idealizam a virilidade ou ao menos a honra nas relações domésticas e públicas, também apontam a importância de “não serem machistas”, embora nem todos adotem posturas inovadoras.

Contudo, isso não significa que elementos tradicionais ainda não estejam presentes entre os jovens, em particular naqueles pertencentes às camadas populares, objeto deste estudo. Da mesma maneira, afirmar que almejam certo equilíbrio no relacionamento afetivo com mulheres, não indica que a dominação masculina e suas injunções serão suprimidas. Muito pelo contrário, pois há elementos mais arraigados e comumente inconscientes acerca da posição masculina subjacentes à constituição do gênero, da identidade e da sexualidade.

Questiona-se, então, até que ponto a difusão de códigos inovadores contesta a dominação masculina e a matriz heterossexual que prevê coerência entre sexo, gênero, desejo e prática. A desigualdade de gêneros estaria sendo transmutada, adquirindo feições relativamente “libertárias”, mas ao mesmo tempo, garantiria sua perenidade ambigualmente, no caso das camadas populares?

Com referência à trajetória dos participantes, em particular sua inserção precoce no mercado de trabalho e a convivência cotidiana com jovens que praticam atos ilícitos no bairro em que vivem, os entrevistados apoiam-se na família como referência para seus códigos morais, a fim de que sejam “honestos” e “dedicados ao trabalho”. Por meio desses códigos, opõem-se àqueles que se envolvem em atividades ilícitas, com quem convivem de modo cordial no bairro, ou até mesmo com quem podem ter alguma proximidade. Trata-se de formas de enfrentamento cotidiano da violência, desde o distanciamento até certa afinidade.

Os jovens entrevistados, inseridos no mercado de trabalho formal e informal, compartilham com aqueles que praticam atos ilícitos a mesma condição geracional, o que implica constrangimentos, fruto da convivência compulsória no bairro. Pode-se afirmar que se por um lado os participantes diferenciam-se daqueles envolvidos no crime organizado, por não se envolverem diretamente com o tráfico de drogas, por outro lado, em determinadas situações, a condição social semelhante parece unificá-los como coetâneos e partícipes de vivências comuns.

As diversas denominações religiosas transmitem um código ético que tende a funcionar como elemento que mantém o sujeito afastado da transgressão e que se une aos códigos morais que vigoram na família. Em termos subjetivos, cabe ao sujeito escolher se os valores morais difundidos pela instituição religiosa e familiar serão seguidos ou rompidos, isto é, se irá ou não compartilhar da ética do provedor e sua inclinação para o esforço individual em nome da provisão material e da manutenção da honra familiar no âmbito das

relações públicas no bairro. No entanto, ressalta-se, que as escolhas individuais decorrem dos constrangimentos estruturais a que os jovens estão submetidos em virtude de suas condições de existência, isto é, de acordo com as possibilidades e limites impostos à trajetória familiar e individual a partir dos capitais transmitidos e incorporados de diferentes modos por cada um deles.

No bojo da discussão perpassa a representação do que é masculinidade. No caso dos jovens em questão, de que maneira articulam-se as referências inovadoras à premência pela honra nas relações domésticas e públicas, sobretudo em um contexto social em que o envolvimento com práticas ilícitas, relacionadas ao tráfico de entorpecentes, é relativamente comum. Desse modo, a subjetividade dos participantes parece encontrar-se na contenda entre a tradição, dada as referências moralizantes da família, e a inovação, diante do ambíguo discurso igualitário, enfeixados em matrizes que, se contestam a ordem de gênero tradicional, também não oferecem orientações seguras e claras para a transformação das modalidades convencionais das relações de gênero e da masculinidade.

**REFERÊNCIAS**<sup>12</sup>

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 25-36, 1997.

ADORNO, S. A delinquência juvenil em São Paulo: mitos, imagens e fatos. **Pro-Posições**, v. 13, n. 39, p. 45-70, 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down231.pdf>>. Acesso em: 3 Ago. 2010.

ANDRADE, M. **Contos novos**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1996.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BENNETT, A. Subcultures or neo-tribes? Rethinking the relationship between youth, style and musical taste. **Sociology**, v. 33, n. 3, p. 599-617, 1999.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BILAC, E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, p. 70-94, 1991.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a. p. 112-121.

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: \_\_\_\_\_. **Bourdieu - Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b. p. 82-121.

BOURDIEU, P. O espírito de família. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1997. p. 124-135

BOURDIEU, P. Futuro de classe e causalidade do provável. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 81-126.

---

<sup>12</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BOURDIEU, P. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 145-183.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998c. p. 71-79.

BOURDIEU, P. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papyrus, 1998d. p. 11-27.

BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. p. 133-161.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP. Porto Alegre: Zouk, 2007a.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BOURDIEU, P. Os ritos de instituição. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 97-106.

BOURDIEU, P. A crença e o corpo. In: \_\_\_\_\_. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 108-132.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.

BUARQUE, C.; LOBO, E. A bela e a fera. Intérprete: Chico Buarque. In: CHICO BUARQUE. **Carioca ao vivo**. [S.I]: Biscoito Fino, p2007. 1 CD. Faixa 11.

BUTLER, J. Performativity's social magic. In: SHUSTERMAN, R. (Ed.). **Bourdieu: a critical reader**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1999a. p. 45-63.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivo do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b. p. 153-172.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: PubliFolha, 2000.

CARSTEN, J. Gender, bodies, and kinship. In: \_\_\_\_\_. **After kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 57-82.

CARVALHO, J. J. Poder e silenciamento na representação etnográfica. **Série Antropologia**, n. 316, p. 1-20, 2002.

CASTEL, R. Pierre Bourdieu e a rigidez do mundo. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R. M. (Org.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 351-358.

COELHO JUNIOR; N. E.; FIGUEIREDO, L. C. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. **Interações**, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.

COLES, T. Negotiating the field of masculinity: the production and reproduction of multiple dominant masculinities. **Men and Masculinities**, v. 12, n. 1, p. 30-44, 2009.

COMERFORD, J. C. Desculpe a brincadeira: a construção social da amizade e suas modulações em um grupo de trabalhadores rurais. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 22., 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1998.

CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNEL, R. W. Main structures: labour, power, cathexis. In: \_\_\_\_\_. **Gender and power**. Cambridge: Polity Press, 1996. p. 91-118.

CONNEL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVAVARRÍA, J. (Ed.). **Masculinidades: poder y crisis**. Chile: Isis Internacional, 1997. p. 31-48.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.

CORRÊA, M. O sexo da dominação. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, 1999.

COUTO, M. T. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. **Revista Antropológicas**, v. 16, n. 1, p. 197-216, 2005.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAMATTA, R. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana**, v. 6, n. 1, p. 7-29, 2000.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 49-70, 2010.

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G. (Org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: EDFIOCRUZ, 2002. p. 195-223.

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. **Tempo Social**, v. 14, n. 1, p. 67-89, 2002.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURHAM, E. R. A família operária: consciência e ideologia. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 201-214, 1980.

ELBAUM, J. N. Qué és ser joven. In: MARGULIS, M. (Ed.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 157-171.

ELIAS, N. Sinopse: sugestão para uma teoria de processos civilizadores. In \_\_\_\_\_. **O processo civilizador**, 1994. v. 2: Formação do estado e da civilização. p. 191-274.

ELIAS, N. The civilizing of parents. In: GOUDSBLOM, S; MENELL, S (Ed.). **The Norbert Elias reader: a biographical selection**. Malden: Blackwell Publishers Ltd, 1998. p. 189-211.

ELIZALDE, S. El androcentrismo en los estudios de juventud: efectos ideológicos y aperturas posibles. **Última Década**, n. 25, p. 91-110, 2006.

EPSTEIN, D.; JOHNSON, R. Jovens produzindo identidades sexuais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 83-92, 2009.



FEIXA, C. **De jóvenes, bandas y tribus**. 3. ed. Barcelona: Ariel, 2006.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

FELTRAN, G. S. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, n. 79, p. 201-233, 2010.

FIALHO, F. M. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: < [http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006\\_9.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_9.pdf) >. Acesso em 3 Ago. 2010.

FINOTTI, I. Perfil é inédito no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2008. Caderno Especial 1, p. 2.

FONSECA, C. A alteridade na sociedade de classes. In: \_\_\_\_\_. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000a. p. 209-228.

FONSECA, C. Bandidos e mocinhos: a violência no cotidiano. In: \_\_\_\_\_. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000b. p. 165-208.

FONSECA, C. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. **Ilha**, v. 5, n. 2, p. 5-31, 2003.

FREITAS, L. C. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 299-325, 2002.

FRÚGOLI JR., H. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GASTALDO, E. O complô da torcida: futebol e performance masculina em bares. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 24, p. 107-123, 2005.

GAULEJAC, V. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. **Cronos**, v. 5-6, n. 1-2, p. 59-77, 2004/2005.

GIDDENS, A. **Modernity and self-identity: self and society in the late modern age.** Stanford: Stanford University Press, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, v. 10, n. 1, p. 161-173, 2006.

GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 207-219, 2005.

GRUNVALD, V. Butler, a abjeção e seu esgotamento. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. E. (Org.). **Prazeres dissidentes.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 31-68.

GUERREIRO, M. D.; ABRANTES, P. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 157-175, 2005.

HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

HEILBORN, M. L. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 40-58.

HESSE, H. **Demian.** 42. ed. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Record, 2010.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e sulbaternas. **Horizontes antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A; KNOBEL, M. (Org.). **Adolescência normal.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1981. p. 24-62.

KRAMER, F. **The red fez: art and spirit possession in Africa.** London: Verso, 1993.

KRAUSKOPF, D. Comprensión de la juventud: el ocaso del concepto de moratoria psicosocial. **Jóvenes - Revista de Estudios sobre Juventud**, v. 8, n. 21, p. 26-39, 2004.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LAWRENCE, D. H. **O amante de lady Chatterley**. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

LEAL, O. F.; BOFF, A. M. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, R; BARBOSA, R. M. (Org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 119-135.

LEAL, O. F.; FACHEL, J. M. G. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 96-116.

LEITE, M. P. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In SILVA, L. A. M. (Org.). **Vidas sobre cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 115-141.

LÉVI-STRAUSS, C. A crise moderna da antropologia. **Revista de Antropologia**, v. 10, n. 1/2, p. 19-26, 1962.

LÉVI-STRAUSS, C. O campo da antropologia. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia estrutural dois**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 11-40.

LINS, P. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LISPECTOR, C. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). **Gênero & Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: LOURO, G. L. (Org.). **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

LUHRMANN, T. M. Subjectivity. **Anthropological Theory**, v. 6, n. 3, p. 345-361, 2006.

MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000. p. 15-53.

MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Ed.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 13-30.

MARTINS, H. H. T. S. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, H. W. (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17-40.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.

MIAGUSKO, E. F.; FERREIRA, L. M. P. Circunstâncias e coadjuvantes na interação social: o poder da vergonha. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17-30.

MONTEIRO, M. Corpo, biologia, masculinidade. In: ROMERO, E.; PEREIRA, E. G. (Org.). **Universo do corpo: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p. 103-115.

MOTTA, F. M. Curió valente: representações de gênero em competições de pássaros canoros. **Cadernos Pagu**, n. 30, p. 199-229, 2008.

MOORE, H. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, n. 14, p. 13-44, 2000.

NASCIMENTO, E. F.; GOMES, R. Marcas identitárias masculinas e a saúde de jovens. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 7, p. 1556-1564, 2008.

NOGUEIRA, M. A. A construção da excelência escolar: um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 125-154.

OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: EDUFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

OLIVEIRA, P. P. Illusio: aquém e além de Bourdieu. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 529-543, 2005.

OLIVEIRA, R. C. O eu, suas identidades e o mundo moral: a liberdade do sujeito ético. In: \_\_\_\_\_. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: EDUNESP, 2006a. p. 59-86.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: \_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: EDUNESP, 2006b. p. 17-35.

ORTNER, S. B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, v.13, n. 28, p. 375-405, 2007.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 129-165, 1990a.

PAIS, J. M. Lazeres e sociabilidades juvenis: um ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, v. 25, n. 108-109, p. 591-644, 1990b.

PAIS, J. M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Org.). **Culturas juvenis: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 7-21.

PAIS, J. M. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.

PAIVA, A. B. et al. Jovens: morbimortalidade, fatores de risco e políticas de saúde. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 129-147.

PEIRANO, M. G. S. A alteridade em contexto: a antropologia como ciência. **Série Antropologia**, n. 255, p. 1-34, 1999.

PEREIRA, A. B. Os riscos da juventude. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, 2010, n. 3, p. 36-50, 2010.

PESSOA, F. **Poesias de Álvaro de Campos**. São Paulo: FTD, 1992. (Coleção grandes leituras).

PINHO, O. A fiel, a amante e o jovem macho sedutor: sujeitos de gênero na periferia racializada. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 133-145, 2007.

PORRECA, W.; ROMANELLI, G. Separação conjugal e segunda união de casais católicos. **Serviço Social e Realidade**, v. 13, n. 1, p. 71-87, 2004.

PROGRAMA RIBEIRÃO JOVEM. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. **O que é o Programa Ribeirão Jovem**. Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/rbjovem/i99dados.php>>. Acesso em: 2 Ago. 2010.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. On joking relationship. In: \_\_\_\_\_. **Structure and function in primitiv society**. London: Cohen & West Ltd, 1971. p. 90-104.

ROMANELLI, G. **Socialização, grupos de pares e relações jocosas**. 1995. Manuscrito não-publicado - Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1995.

ROMANELLI, G. Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 1-2, p. 25-34, 1997.

ROMANELLI, G. O relacionamento entre pais e filhos de camadas médias. **Paidéia**, v. 8, n. 14-15, p. 123-136, 1998a.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998b. p. 119-133.

ROMANELLI, G. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 99-123.

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. **Nueva Antropología**, v. 8, n. 30, p. 95-145, 1986.

SALEM, T. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. **Mana**, v. 12, n. 2, p. 419-447, 2006.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SETTON, M. G. J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 107-116, 2002.

SETTON, M. G. J. A socialização como fenômeno social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 296-307, 2009.

SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In \_\_\_\_\_. **Simmel - Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 165-181.

SOUZA, E. R.; LIMA, M. L. C. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1211-1222, 2006. Suplemento.

STOLKE, V. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 77-105, 2004.

VALE DE ALMEIDA, M. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. 2. ed. Lisboa: Fim de século, 2000.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

ZALUAR, A. Juventude e violência: a complexidade da questão. In: OLIVEIRA, K. B.; OLIVEIRA, G. G. (Org). **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. p. 63-79.

ZAGO, N. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Família & escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 17-43.

WATARAI, F. **Trabalhadores adolescentes do sexo masculino**: família, trabalho, escola, violência. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

WATARAI, F.; ROMANELLI, G. Escolarização e trabalho de adolescentes do sexo masculino das camadas populares. In: CUNHA, M. V.; PASIAN, S. R.; ROMANELLI, G. (Org.). **Pesquisas em psicologia**: múltiplas abordagens. São Paulo: Vetor, 2009. p. 205-232.

WATARAI, F.; ROMANELLI, G. Adolescentes do sexo masculino: trabalho remunerado e construção da identidade. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 3, p. 547-556, 2010.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.

WELLER, W. A presença feminina nas subculturas juvenis: a arte de se tornar visível. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 107-126, 2005a.

WELLER, W. Gênero e juventude. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 103-106, 2005b.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.



# ANEXOS



## ANEXO A ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Estado civil:

Composição familiar (idade da mãe, pai, irmãos, irmãs):

Ocupação dos membros da família e renda:

Você sempre morou em Ribeirão Preto? Caso não, onde morou anteriormente, por quê mudou-se de cidade?

*Escola (perguntas p/ aqueles que estudam ou não estudam):*

Até que série você estudou?

Iniciou algum curso de graduação?

Qual curso? Onde?

Por que deixou a faculdade? Voltaria a cursá-la? O mesmo curso?

Em qual período estudava?

Como custeava seus estudos?

Fez o EF e EM em qual escola?

Em que período?

Qual nome da escola?

Já repetiu o ano alguma vez? Caso sim, como lidou com isso?

Tem alguma dificuldade escolar atualmente? Caso sim, de que tipo (rendimento escolar, relacionamento com professores, diretores, colegas) (*Teve alguma dificuldade escolar, de que tipo...*)?

*Trabalho*

Quando você começou a trabalhar? Idade? Qual foi seu primeiro emprego? Como conseguiu este primeiro emprego? Quais motivos levaram você a trabalhar nesta época? Como foi começar a trabalhar?

O que sua família/amigos acharam quando você começou a trabalhar?

Você teve outros trabalhos antes do atual/último (Especificar: qual atividade? Como conseguiu o trabalho? Registrado ou não? Carga horária, relacionamentos profissionais, remuneração, tempo que ficou trabalhando, motivo da mudança da ocupação, o que achava do trabalho que fazia)?

Já esteve desempregado? Se sim, por quanto tempo? Como foi ficar desempregado?

O que acha do desemprego para a figura/papel do homem?

Como conseguiu seu trabalho atual?

Como é seu trabalho (ocupação, ambiente profissional, relacionamentos, cargo ocupado, hierarquia, remuneração, carga horária, registrado ou não)?

Você gosta do trabalho que faz?

Como são seus relacionamentos no ambiente de trabalho?

Há alguém com quem tem maior proximidade?

Pretende mudar de emprego? Se sim, por quê? Qual tipo de emprego gostaria de exercer?

O que você pensa de trabalhar? O que sua família e amigos, outras pessoas próximas pensam em relação a isso?

O que você faz com o dinheiro que ganha?

### *Vida familiar e doméstica*

Quem mora na sua casa? (parentesco, idade, ocupação, escolaridade)

A casa é própria? Há quanto tempo moram nela? Houve mudança das pessoas que moram nela? (composição domiciliar)

Como são divididas as tarefas domésticas? Como foi resolvida essa divisão?

Quem contribui com o orçamento doméstico? Como foi resolvida essa contribuição? - - Há alguém que não contribui com os rendimentos? Por quê? O que faz com o dinheiro?

Como é administrado o dinheiro em sua casa? Decisões em relação aos gastos, quem toma?

Em que horas você encontra as pessoas da sua casa?

O que fazem quando estão juntos? Sobre o que conversam?

Como é a educação que recebe da sua família?

Houve mudanças (antes era diferente? Relacionar com a vivência da juventude/separação dos pais)?

Com quem você mais conversa na sua família?

Como é seu relacionamento com sua mãe? Com seu pai? Irmãos? Com quem tem maior proximidade? Por quê?

Qual a importância da mãe na criação do filho? E do pai? Quais as diferenças?

Nota diferença na educação recebida pela sua irmã em relação àquela recebida por você e seus irmãos?

Você acha que tem liberdade para conversar sobre qualquer coisa na sua família (sexo, namorado(a), por exemplo)?

Você recebe conselhos da sua família? De quem?

Como são esses conselhos? O que acha deles?

Você pratica alguma religião?

Se não pratica: Já praticou? E a sua família?

Qual a importância da religião para você?

### *Grupo de pares e relacionamentos afetivo-sexuais*

O que acha do bairro em que mora?

Tem amigos que moram nele?

Quais são os maiores problemas de seu bairro?

Como vê a questão das drogas no seu bairro? Conhece alguém que usa? Próximo?

O que acha do uso de drogas? E no contexto da juventude?

Afora as pessoas da família, com quem você tem mais convivência (colegas do trabalho, escola, ou pessoas em geral com quem “sai”, idade, sexo, ocupação)?

O que fazem para se divertir? Horas de folga? Aonde vão? Em que dias da semana?

Horários...

Como são essas pessoas? O que acha delas? O que fazem juntos? Sobre o que conversam?

Compartilha com eles questões pessoais? Como é isso?

Quais os pontos negativos e positivos destas relações? Por quê?

O que é necessário para haver uma amizade entre homens?

Vê diferença na amizade entre homens e na amizade entre mulheres? Caso sim, como é isso para você?

Participa de algum grupo ou atividade que sejam constituídos apenas por homens? O que fazem? Como se sente nesse ambiente?

Já se sentiu constrangido em alguma situação frente a outros homens? Como foi?

Quais são as diferenças entre seu relacionamento com sua família e com seus amigos? Com quem tem maior liberdade? Por quê?

Já discutiu/brigou com algum amigo? Caso sim, por quais motivos, como foi isso?

Acha que os amigos são importantes para definição de seu “jeito de ser”/comportamento? Por quê?

Já se sentiu “pressionado” por seus amigos (ex. tomar determinada conduta que não desejava), como foi isso? Como lidou com a situação?

Para você o que é “zoar” alguém?

Costuma fazer isso? Com quem? Em que situação?

Você acha que seu comportamento é o mesmo quando está em grupos masculinos e quando está em grupos femininos (Por quê, como...)?

Você tem amigas? Caso sim, quem são? Em que seu relacionamento com elas é diferente daquele com seus amigos?

Você acha que já se interessou por alguma amiga sua? Caso sim, como foi isso?

Você namora atualmente?

Caso sim, como é namorar? Como é sua relação com sua namorada?

Há diferenças entre “ficar” e “namorar”? Já “ficou” alguma vez? Como foi?

Para você o que é um relacionamento (namoro) sério? Acha que isso já aconteceu com você?

Caso sim, como é isso?

Qual o significado que você acha que as relações sexuais têm na vida de um homem? E na sua vida atual?

Espera casar-se algum dia?

O que acha que é preciso para casar? Por quê?

Qual a função/papel esperado de um marido na família/relacionamento? E da esposa?

### *A condição masculina*

O que significa ser homem para você?

O que torna alguém um homem? O que é necessário para se construir um homem?

O que torna alguém uma mulher? O que é necessário para se construir uma mulher?

O que diferencia um homem de uma mulher? Por quê?

Você considera que um homossexual é um homem? Por quê?

Quais as situações mais comuns que ocorrem com homens? (Por quê, como, onde...)

Há situações que você considera que só aconteçam com homens? Quais? Você já passou por alguma delas? Qual o efeito que elas causaram em sua vida?

Você considera que certas situações são mais fáceis para os homens do que para as mulheres? (Se sim, quais? Por quê?) (Se não, por quê?)

Você considera que algumas situações são mais fáceis para as mulheres do que para os homens? (Quais? Por quê?)

Quais são as melhores situações que acontecem com homens? E as piores?

Você já passou por alguma experiência em que se sentiu inadequado enquanto homem? (Se sim, qual? O que sentiu?)

Você acha que os homens de hoje são diferentes dos homens de antigamente? (Se sim, em quê? Por quê?) (Se não, por quê?) O que contribuiu para essas mudanças?

Que valores você acha que são os mais importantes para sua formação enquanto homem? E os menos importantes? Por quê?

Na sua opinião, como é o homem da sociedade atual? (O que faz, como faz, o que pensa, quais as necessidades, medos, sonhos, desejos...)

Como é para você ser homem no mundo de hoje? (É possível expressar sentimentos, medos e dúvidas com as pessoas com quem convive? O que pensa sobre isso? )

Quais as vantagens de ser homem? E as desvantagens?

Do que você nota na sua relação com as mulheres, como acha que é a vida das mulheres atualmente? (Desejos, necessidades)

### *Fechamento*

Gostaria de falar mais alguma coisa, acrescentar alguma questão, posicionamento?

O que achou desta entrevista? E do roteiro?

**ANEXO B**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**(JOVENS MAIORES DE 18 ANOS)**

Meu nome é Eduardo Name Risk, R.G. nº XX.XXX.XXX-X, sou aluno do programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Romanelli. Com este propósito, estou realizando entrevistas com jovens com idade entre 18 e 25 anos. Para isso, necessito de sua colaboração, mas você precisa declarar, por escrito, se aceita as condições abaixo especificadas.

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa “Jovens do sexo masculino de famílias de camadas populares: sociabilidade, identidade, subjetividade” que tem como objetivo investigar as formas de convivência de jovens com sua família e com o grupo de amigos.

Se você estiver de acordo, terá que responder a uma entrevista, que será gravada, e terá o total direito de se recusar a responder qualquer pergunta que lhe for feita e de interromper a entrevista, sem o risco de qualquer prejuízo.

Você não arcará com nenhum gasto decorrente de sua participação na realização da entrevista e não receberá qualquer espécie de benefício, pagamento ou reembolso pela participação na pesquisa.

É garantida sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na entrevista. Serão divulgados somente dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. O resultado final da pesquisa será divulgado em seminários, congressos e publicações locais e nacionais; entretanto, sua identidade será mantida em sigilo.

Caso você concorde em participar, favor assinar ao final deste documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar, retirando seu consentimento e isso não lhe causará nenhum prejuízo.

Você receberá uma cópia deste Termo de Consentimento em que consta meu telefone, podendo tirar dúvidas acerca do projeto e de sua participação, entrando em contato comigo pelos telefones e endereço indicados.

Pesquisador responsável: Eduardo Name Risk

Assinatura: \_\_\_\_\_



Eu, \_\_\_\_\_, R.G. \_\_\_\_\_, declaro que li as informações contidas neste documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador dos procedimentos que serão utilizados, da confidencialidade da pesquisa, concordando em participar da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento.

Local e data:

Nome do participante:

Assinatura:

**ANEXO C**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**(JOVENS MENORES DE 18 ANOS)**

Meu nome é Eduardo Name Risk, R.G. nº XX.XXX.XXX-X sou aluno do programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Romanelli. Com este propósito, estou realizando entrevistas com jovens com idade entre 16 e 18 anos. Para isso, necessito de sua colaboração, mas o(a) sr(a)., na condição de responsável por seu filho, precisa declarar, por escrito, se aceita as condições abaixo especificadas.

Seu filho está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa “Jovens do sexo masculino de famílias de camadas populares: sociabilidade, identidade, subjetividade” que tem como objetivo investigar as formas de convivência de jovens com sua família e com o grupo de amigos.

Caso o sr(a). esteja de acordo, seu filho terá que responder a uma entrevista, que será gravada. Seu filho terá o total direito de se recusar a responder qualquer pergunta que lhe for feita e de interromper a entrevista, sem o risco de qualquer prejuízo.

O sr(a). não arcará com nenhum gasto decorrente da participação de seu filho na realização da entrevista e não receberá qualquer espécie de benefício, pagamento ou reembolso pela participação dele na pesquisa.

É garantida a privacidade de seu filho quanto aos dados confidenciais envolvidos na entrevista. Serão divulgados somente dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. O resultado final da pesquisa será divulgado em seminários, congressos e publicações locais e nacionais; entretanto, sua identidade será mantida em sigilo.

Caso o sr(a). concorde que seu filho participe, favor assinar ao final deste documento. A participação de seu filho não é obrigatória e, a qualquer momento, ele poderá desistir de participar, retirando o consentimento emitido pelo sr(a)., e isso não lhe causará nenhum prejuízo. O sr(a). receberá uma cópia deste Termo de Consentimento, em que consta meu telefone, podendo tirar dúvidas acerca do projeto e da participação de seu filho, entrando em contato comigo pelos telefones e endereço indicados.

Pesquisador responsável: Eduardo Name Risk

Assinatura: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, R.G. \_\_\_\_\_,  
na condição de responsável por \_\_\_\_\_ dou  
consentimento para que este participe voluntariamente deste estudo. Declaro que li as  
informações contidas neste documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador dos  
procedimentos que serão utilizados, da confidencialidade da pesquisa, concordando que meu  
filho dela participe. Foi-me garantido que meu filho poderá retirar a qualquer momento o  
consentimento por mim emitido, sem que isto acarrete qualquer penalidade. Declaro ainda  
que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento.

Local e data:

Nome do participante:

Assinatura: